

EM TEMPO

Quinzenário Nacional • Ano III • n.º 117 • 3 a 18 de junho de 1980 • Cr\$ 30,00

ESPECIAL
32 páginas
Cr\$ 30,00

LULA CONTRA-ATAÇA



AGORA, O PT

Exclusivo: duas horas de entrevista com Lula sobre as greves e o PT.
(Págs. 16 a 19)

Em primeira mão: a cobertura completa do Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores.
(Págs. 2 a 7)

O que está por trás do caso João Cunha
(Págs. 10 e 11)



Tomem seus lugares. Vai começar a transação.

Desde as primeiras horas da manhã de sábado, os delegados e participantes do Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores começaram a acercar-se do prédio do curso Sedes Sapientiae, no bairro de Perdizes, o mesmo local onde em 78 ocorreu o emotivo congresso nacional pela anistia. O céu limpo insinuava um dia de sol.

Os primeiros a chegarem foram os madrugadores dos outros Estados. Por volta de 9 h, já circulavam pelos corredores de acesso gente como o velho guerreiro Apolônio de Carvalho (distribuído sorrisos e abraços com fartura), os sindicalistas Olívio Dutra, Osmar Mendonça, Zé Pedro de Osasco, Zé Ibrahim, Heros Amorina, Inácio Hernandez, os intelectuais Francisco Weffort e José Álvaro Moysés, entre dezenas de militantes que lentamente iam submetendo-se ao rigoroso credenciamento. Às 9h 15, chegou Lula, os olhos vermelhos injetados, de quem passara uma noite mal dormida ou até mesmo em claro. "E hoje não estou bom", advertia irritado, o João Ferrador da sua camiseta branca.

O plenário era um amplo salão em forma de arquibancada, sem cadeiras, num carpete cor de mel. Cartazes pediam para que se fumasse pouco e jogasse as cinzas e as garrafas em improvisados cinzeiros de latinhãs de cerveja. Sob um palco, a mesa vazia aguardava a chegada da direção. As 10 h em ponto, com uma hora de atraso de acordo

com o cronograma oficial, Lula pegou o microfone para anunciar: "custou mas, chegou o momento", disse ele. Depois de revelar que a antiga comissão nacional provisória reunira-se até às 2 h da madrugada, ele declinou a composição da mesa: José Cicotti e Djalma de Souza Bom (sindicalistas de Sto. André e São Bernardo, cassados na recente greve), o sociólogo Francisco Weffort, e os deputados paulistas, Eduardo Suplicy e Irma Passoni, para assessoria técnica.

Boa notícia: o PT já é viável em doze estados

Weffort presidiu a sessão e começou com uma homenagem para várias personalidades do movimento popular presentes — "somos um partido jovem mas não devemos perder de vista o significado histórico da atuação de vários de nossos companheiros". O primeiro a ser anunciado foi Apolônio

de Carvalho, saudado com uma tremenda salva de palmas. Em seguida: o escritor e crítico literário Antonio Candido (uma agradável surpresa para o plenário), o antigo sindicalista carioca Joaquim Arnaldo, Benjamin Carvalho (do Espírito Santo), José Maria Crispim, Plínio Melo, e o grande ausente Mário Pedrosa, adoentado.

José Ibrahim, o líder da greve de Osasco de 1968, secretário de organização do PT, deu o primeiro informe a respeito da situação do partido (veja o quadro da radiografia do PT). De acordo com ele, havia representantes de 22 estados da federação. Em pelo menos 12 deles, o PT já está com garantias de viabilizar-se legalmente, isto é, cumpre o requisito de formação de comissões municipais em 20% dos municípios, de nove Estados. Anunciou também a quantidade de participantes presentes, naquele primeiro momento: delegados (313), convidados (34), dirigentes sindicais (45), membros da comissão nacional provisória (11), num total de 425 militantes com direito a voz e voto, além de 11 observadores.

Irma Passoni deu o segundo informe, acerca dos debates sobre o programa do partido, a ser votado no dia seguinte. Não haveria uma síntese das propostas apresentadas pelos vários Estados — cada grupo que fosse discutir, elegeria o melhor método que considerasse. Mas aponta por meio de cartolinas quais eram as principais divergências, ou

seja, aqueles itens no qual não havia ainda consenso:

- a inclusão da proposta de "governo dos trabalhadores";
- a controvérsia sobre o caráter do PT como frente ou como partido;
- a definição sobre o "caráter socialista" ou não do PT;
- o exercício do poder dentro do PT, isto é, a relação entre os núcleos, comissões municipais, regionais e nacionais;
- o papel dos parlamentares no partido;
- os caminhos da legalização da agremiação;
- a melhor maneira de expressar a palavra de ordem de combate à ditadura militar;
- a definição do PT como um "partido de classe".

Rápido e rasteiro. É a aprovação do regimento.

Depois disso, Weffort deu início aos trabalhos da parte da manhã, a respeito da aprovação do regimento do Encontro Nacional. Era o momento de fixar as regras do jogo da disputa democrática interna entre as correntes de opinião. A base para o debate foi uma "proposta indicativa da Comissão Nacional Provisória", de 13 artigos. Inicialmente, Weffort leu o texto, e os participantes iam solicitando destaque para as modificações. As emendas deviam surgir por escrito. Houve então nove tópicos sujeitos a debate, com mais de vinte emendas propostas. Entretanto, em apenas um deles o plenário aceitou a modificação, num aspecto secundário. O texto inicial, previa que "não havendo consenso na Comissão de Trabalho, a posição minoritária deverá constar do relatório" — a alteração aceita limitada em 1/5 o número mínimo de adesões à posição minoritária, para que o assunto entrasse no relatório. Os assuntos mais significativos desta sessão, que durou três horas, foram os seguintes:

1. Restrição aos parlamentares e aos membros da antiga Comissão Nacional Provisória de participarem como "delegados natos" ao Encontro Nacional. A argumentação dos que apresentaram emendas neste sentido girava em torno da necessidade de eleição pelas bases de todos os delegados, método que garantiria a democracia partidária. A

argumentação contrária baseou-se no critério histórico, isto é, na importância que Lula, Amorina, Dutra e outros tiveram no lançamento do partido em tempos difíceis, bem como, na importância que tem os parlamentares para um partido que pretende se legalizar e na crítica ao preconceito contra os parlamentares. Ganhou esta argumentação, por ampla maioria.

2. A restrição ao direito de voto dos "convidados". Ibrahim esclareceu que o critério de escolha dos convidados baseava-se na reconhecida representatividade política, na sua atuação como dirigentes sindicais (fundamental para um partido que pretende representar os trabalhadores), bem como de intelectuais de expressão, todos eles antes de mais nada militantes do PT. Quanto aos nomes, disse ele, houve unanimidade na antiga CNP. Entre os convidados estavam figuras como Apolônio de Carvalho, Chico de Oliveira, Plínio Arruda Sampaio, Luiz Eduardo Greenhalg. Quinze deles não haviam comparecido até aquela hora. Repetiu-se aqui o raciocínio do tópico anterior: embora ninguém questionasse a importância destas figuras, a prerrogativa de delegação estava com as bases do partido. Por outro lado, se contra-argumentou que eles não ameaçavam o partido, mas antes davam a ele mais projeção nacional. Mais uma vez prevaleceu o texto inicial, reforçado ainda diante da constatação de que as ausências tornavam reduzida a expressão dos seus votos.

3. Ampliação da pauta inicial — Aqui, reivindicou-se a discussão preliminar das teses que fundamentariam o PT, bem como a necessidade de ter um plano de ação imediato, junto com os documentos do estatuto e do programa. Queria-se também uma definição acerca das tentativas de fusão com o PDT de Brizola. Manteve-se a ordem do dia original.

4. Requisitos para o registro de candidatos à direção do PT. Há três aspectos principais neste item. Pediu-se o adiamento para domingo da fixação do percentual mínimo para eleição de uma chapa — o texto inicial previa 50% mais um voto, isto é, maioria absoluta (argumentou-se que ainda não estavam delineadas as tendências do encontro para uma fixação madura). Propôs-se que este limite mínimo fosse ampliado para 2/3 e para 80%. E questionou-se a necessidade de constar nas chapas as assinaturas de seus membros, pois tolheria as iniciativas de composição política. O plenário rejeitou as emendas, também.

Sem turbulências, a sessão transcorreu calmamente. Francisco Weffort, lembrava mais um animador de auditório de programas de tevê, que propriamente um sábio presidente de plenárias legislativas, o que contribuiu para fazer passar rápido e de maneira descontraída a resolução de um tema sem dúvida marcante.

Encontro de São Paulo

Vitorioso, mas sem unidade.

Por Carlos Tibúrcio

O Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, realizado nos dias 24 e 25 de maio na Câmara Municipal, com a participação de 284 delegados de 120 núcleos de base, cumpriu parcialmente os objetivos previstos, elegendo a Coordenação Regional Provisória. As discussões sobre os projetos de Programa e de Estatutos, que previam a aprovação de resoluções a serem levadas para o Encontro Nacional, foram realizadas de modo precário, durante um tempo exíguo, estabelecendo apenas formulações indicativas para a Convenção Nacional de 31 de maio e 1.º de junho.

Quase todo o primeiro dia do Encontro Estadual foi dedicado às discussões sobre o "Regimento Interno" da Convenção de São Paulo. Um dos artigos, o que definia a duração do Encontro, dividiu os delegados, na medida em que a proposta original da Secretaria de Organização Nacional previa o término da reunião para a noite do dia 25, levando em consideração o tempo necessário para a formação de comissões (em número de 12) que discutiriam os projetos de programa e de estatutos. A coincidência do período final do Encontro (tarde do dia 25) com a realização de uma Assembleia Geral dos metalúrgicos do ABC fez com que fosse proposto o seu término para as 13 h. do dia 25. Esta proposta, que afirmava a necessidade de todos os delegados e dirigentes do PT da região do ABC participarem da assembleia-geral, foi debatida e aprovada. Limitou-se, assim, a duração do Encontro, o que necessariamente acabou influenciando

EM TEMPO 107 • 3 a 18 de junho de 1980

na qualidade das discussões políticas sobre Programa e Estatutos.

Outro artigo do "Regimento Interno" que dividiu os delegados foi o que estabelecia o quorum necessário para a aprovação da Coordenação Regional Provisória. A Secretaria de Organização, no seu projeto de Regimento, propunha que tal quorum fosse de 2/3 (dois terços) para eleger uma chapa. Caso nenhuma chapa obtivesse esse percentual de votos, a direção regional seria composta de modo proporcional ao número de votos obtidos por cada uma das chapas concorrentes. Contra essa proposta surgiu a de que o quorum necessário deveria ser o de maioria simples. Houve pelo menos três votações sobre o artigo — braços levantados sem contagem, braços levantados com contagem e votação individual — ocorrendo um resultado surpreendente: empate. Coube o voto de Minerva ao presidente da mesa, Francisco Weffort, que optou pelo quorum de maioria absoluta (nem dois terços, nem maioria simples), o que levou os proponentes das duas outras alternativas a retirarem suas propostas. Lula defendeu a proposta de maioria simples.

Concepções de unidade

Por trás da divergência sobre quorum estava a questão da unidade na composição da direção do PT em São Paulo. Não há dúvida de que a proposta de maioria simples abriu espaço para que uma chapa composta a partir da exclusão de uma ou outra tendência política viesse a ser aprovada sem dificuldade. A de dois terços pressupunha o contrário: dificultar a eleição de uma chapa que fizesse tais exclusões, partindo da concepção de que a fase atual de construção do PT requer a unidade de todas as tendências, mesmo que haja uma maioria que discorda das propostas políticas de alguma delas.

No final das contas, após variadas tentativas de acordo por parte de representantes de diversas tendências políticas dentro do PT prevaleceu a apresentação de uma chapa que excluía alguns segmentos do PT em São Paulo. Contra esse resultado, foi apresentada uma "chapa simbólica", que procurava contemplar a unidade de todas as



Em São Paulo, já começa a se organizar a Juventude petista

tendências.

A votação indicou o seguinte resultado: 199 a favor da chapa defendida por Osmar Mendonça, o "Osmarzinho", 84 abstenções "pela unidade", conforme defesa da "chapa simbólica" feita por José Ibrahim, da Coordenação Nacional Provisória, e José Mentor, da Secretaria de Organização, e votos em branco e nulos.

É evidente que esse resultado não significa o que a grande imprensa indicou em sua cobertura do Encontro. Que de um lado, na chapa vitoriosa, estavam os que querem o PT original, legítimo, aberto, democrático, construído de baixo para cima etc., e do outro, da "chapa simbólica", os que "vestem duas camisas", a do PT por cima e alguma outra por baixo.

Antes de tudo, José Ibrahim, Mentor e muitos dos que lutaram pela unidade têm uma concepção clara de um PT de massas, aberto, democrático, sem dúvida semelhante à de muitos dos que compõem hoje a direção provisória de São Paulo. Em segundo lugar, é óbvio que a polarização não se deu de modo algum entre quem se diz quem têm "duas camisas" e os que só vestiriam a do PT. Em terceiro lugar, é importante destacar que os proponentes da chapa de unidade, a "simbólica", frisaram o tempo todo que sua concepção é a que defende o PT — "PT mesmo", ou seja, um partido que não é uma "frente de esquerdas", o que, certamente, é a concepção da maioria do partido.

Fruto do Encontro Estadual, que sem dúvida limitou a participação política dos delegados de base, seja nas discussões de Programa e Estatutos,

Bola pra frente. Mas antes, eis as regras do jogo

Éis um resumo do regimento interno aprovado para o Encontro Nacional do PT:

1. Quem participa com direito a voz e voto Delegados eleitos nos Encontros Regionais, cujos nomes constarem da ata oficial. Os membros da Comissão Nacional Provisória. Os parlamentares representantes do Partido no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. Convidados oficiais, aquelas personalidades políticas e lideranças do Partido convidadas consensualmente pela CNP, desde que o número não ultrapasse a 10% dos delegados.

2. Pauta: discussão e votação do Regimento Interno, Programa e Estatuto. Eleição da Comissão Nacional Provisória.

3. Funcionamento: A pauta será discutida, no que diz respeito ao Programa e Estatuto, nas Comissões de Trabalho e na Plenária. As comissões se instalarão sob a direção de um militante do PT indicado pela Comissão Organizadora, que procederá a eleição de um presidente, um secretário e dois relatores. Encerradas as discussões na Comissão de Trabalho, os relatores se reunirão para eleger dois redatores finais. Não havendo consenso na Comissão de Trabalho, a posição minoritária que obtiver 1/5 de adesão deverá constar do relatório.

4. Registro de Candidatos. A chapa de candidatos deverá ser composta de 15 nomes, sendo os 11 primeiros os componentes da Comissão Nacional Provisória e os demais seus suplentes. Somente 20 delegados poderão pedir registro de uma chapa, não sendo permitido registro de chapas incompletas. Na chapa, deverão constar as assinaturas de seus membros, sendo permitido ao mesmo candidato participar de mais de uma chapa.

5. Defesa das chapas. Antes do início do processo de votação a mesa convidará os representantes das chapas a proceder a defesa dos candidatos inscritos por um tempo não superior a 10 minutos.

6. A Votação. Mediante escrutínio secreto. A apuração será feita pela mesa diretora dos trabalhos, sob fiscalização de representantes de chapas. Será considerada eleita a chapa que obtiver 50% mais um, maioria absoluta, dos votos apurados. Não atingindo quaisquer chapas concorrentes o percentual de que trata este artigo, os lugares a prover serão divididos proporcionalmente entre aquelas que tenham recebido, no mínimo, 20% dos votos válidos apurados. Os eleitos serão empossados imediatamente após a proclamação dos resultados pela mesa.

seja na própria compreensão dos critérios para a composição da Coordenação Regional de São Paulo, foi eleita a seguinte direção, representativa da grande maioria do partido:

Lula, Jacó Bittar, dos Petroleiros de Campinas, Aírton Soares, deputado federal, Geraldo Silveira e Irma Passoni, deputados estaduais, José Pedro, metalúrgico de Osasco, Osmar Mendonça, metalúrgico de São Bernardo, Argeu Carvalho, sindicalista de Campinas, Alípio Freire e Luiz Antonio Carvalho, jornalistas e José Cicotti, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, sob intervenção. Como suplentes ficaram: Djalma Bom, Osvaldo Martins do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo, sob intervenção, Pedro Pereira, metalúrgico de São Paulo, e Miriam Scheel, vereadora de São Carlos.

O PT em São Paulo

Precisamente 120 núcleos de base, aglutinando um total de 6.025 filiados, estiveram representados no Encontro Estadual. Esses dados, levantados pela Secretaria de Organização Nacional do partido, foram apresentados no Encontro por meio de um minucioso trabalho do "Núcleo de Comunicação do PT" no Estado.

Representando os 120 núcleos de base participaram do Encontro 284 delegados, à base de 1 (um) por 21 filiados. Participaram, também, seis membros da Coordenação Nacional Provisória, 10 parlamentares, oito sindicalistas, 19 convidados e nove observadores.

Somente no Município de São Paulo estão organizados 51 núcleos, com um total de 1.752 inscritos, distribuídos por 27 bairros da cidade. Na Grande São Paulo, incluídos os núcleos do município, existem 75 núcleos de base, com 4.099 filiados. Existem ainda 19 núcleos organizados por categorias profissionais, com 763 trabalhadores. E, no interior do Estado, 26 núcleos, com 1.163 participantes. (Estes dados constam das atas apresentadas pelos núcleos à Secretaria de Organização, até uma semana antes da realização do Encontro Estadual. Mais detalhes ao lado).

BRASIL — RADIOGRAFIA DO PT — MAIO DE 1980

ESTADO	Nº de núcleos	%	Nº de militantes	%	Média de militantes por núcleo
Acre	12	1,9%	1.000	3,8%	83
Alagoas	1	0,2%	140	0,5%	140
Amazonas	22	3,5%	1.000	3,8%	45
Bahia	18	2,8%	1.100	4,2%	61
Brasília — D.F.	4	0,6%	80	0,3%	20
Ceará	38	6,0%	3.000	11,5%	79
Espírito Santo	18	2,8%	333	1,3%	19
Goiás	80	12,7%	3.000	11,5%	38
Maranhão	39	6,2%	819	3,1%	21
Mato Grosso do Norte	1	0,2%	21	0,08%	21
Mato Grosso do Sul	18	2,8%	402	1,5%	22
Minas Gerais	77	12,2%	2.300	8,8%	30
Pará	18	2,8%	62	0,2%	3
Paraíba	17	2,7%	320	1,2%	19
Paraná	22	3,5%	300	0,8%	14
Pernambuco	8	1,3%	332	1,3%	42
Piauí	10	1,2%	2.000	7,7%	200
Rio de Janeiro	37	5,9%	1.900	7,3%	51
Rio Grande do Norte	12	1,9%	330	1,3%	28
Rio Grande do Sul	28	4,4%	1.000	3,8%	36
Santa Catarina	27	4,3%	570	2,2%	21
Sergipe	5	0,8%	100	0,4%	20
São Paulo	120	19%	6.025	23,1%	50
TOTAL BRASIL	632	100%	26.134	100%	41

Os dados utilizados foram os constantes em atas para o Encontro Nacional.

Fonte: PT — São Paulo — Núcleo de Comunicação



Lula: A força do partido é a força da classe trabalhadora

SÃO PAULO — RADIOGRAFIA DO PT

LOCAL	Nº DE Núcleos	%	Nº DE Militantes	%
Município de São Paulo	51	42,5%	2.347	39 %
Outros municípios	24	20 %	1.752	29,1%
Interior do Estado	26	21,7%	1.163	19,3%
Núcleos por Categoria	19	15,8%	763	12,7%
Grande São Paulo (Sub-total)	75	62,5%	4.099	68 %
TOTAL GERAL	120	100 %	6.025	100 %

Fonte: Núcleo do PT de Comunicação. Os dados utilizados foram os constantes em atas para o Encontro Estadual.



O crescimento é fulminante. Já somos mais de 26 mil.

Os números da radiografia do PT evidenciam um crescimento fulminante da organização do partido, desde que, em outubro, foi lançada a palavra de ordem de constituição de núcleos por local de trabalho, região de moradia ou categoria profissional. Nestes oito meses que se passaram, o PT conquistou fácil a condição de agremiação que mais ênfase deu a organização de base: são 632 núcleos, com 26.134 militantes, numa média de 41 por núcleo. E o que é principal não se trata de núcleos híficos, criados apenas para preencher formalidades perante o Tribunal Eleitoral. São organismos que se reúnem com frequência e dão substância a vida partidária.

Uma análise dos dados constantes do quadro, indica que São Paulo, o maior centro industrial do país, está na dianteira da organização, tanto em número de núcleos quanto de militantes. Depois dele, em número de núcleos vem: Goiás, Minas, Maranhão, Ceará e Rio, nesta ordem. Na terceira, nesta categoria: Alagoas, Brasília, Mato Grosso do Norte, Sergipe, Piauí e Pernambuco.

Quanto ao número de militantes a classificação é essa: Goiás e Ceará (empatados em segundo), Minas, Piauí e Rio. Na lanterna: Mato Grosso do Norte, Pará, Brasília, Sergipe, Alagoas, Paraná.

Quanto a média de militantes por núcleo, um índice de dimensão dos organismos de base, pode-se concluir que o Piauí tem os núcleos mais numerosos (200 é a média), seguido de Alagoas (140), Acre (83), Ceará (79), Brasília (61), Rio (51) e São Paulo (50). Ao contrário, aqueles menos numerosos são: Pará (3), Paraná (14), Paraíba (19), Sergipe (20). Estados que ainda não cumpriram o requisito de núcleos de no mínimo 21 militantes, além de Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Norte e Brasília, cada um com uma média de 21. Entretanto, este não é um indicador muito rigoroso, pois trata-se de média aritmética e pode não refletir a situação real dos Estados.

SP está na dianteira. E mais o ABC, nem se fala.

A melhor performance do PT e o estado de São Paulo, o mais avançado industrialmente no país, o que pode servir como medida para entender o perfil e o caráter do partido. De todo o Estado, a capital fica com a maior fatia do bolo, números que ganham expressão mais elevada se somados aos outros municípios da região metropolitana de São Paulo, interligados entre si.

A presença no interior também é significativa e inclui 19 municípios liderados por Campinas que tem 7 núcleos e 251 militantes. São Carlos fica em segundo lugar no interior, seguido de São José dos Campos e Americana, em número de militantes.

O tópico "categoria" engloba além das "categorias profissionais" (como os servidores, bancários, metroviários, etc.), núcleos de estudantes e dos jornais O Companheiro e Em Tempo. O núcleo que se reúne na Associação Brasileira de Imprensa, composto majoritariamente por jornalistas, é o que está na frente, com 136 militantes. Os correios vêm depois, com 105, e o dos vidreiros com 64.



Ainda não há um texto definitivo para os Estatutos do PT. O debate nas comissões gravitou e torno de três documentos básicos: um "Projeto de Estatuto" (discutido e aprovado em seus princípios básicos pelo Conselho Consultivo Provisório de Minas Gerais); um documento intitulado "Estatutos", de autoria de Plínio Arruda Sampaio (por indicação da Comissão Executiva Provisória); e alguns aspectos que constavam das teses apresentadas pela delegação paulista (originadas no Encontro Regional).

Os dois primeiros documentos desciam bastante aos detalhes e pormenores e chegavam a formular uma proposta acabada de Estatutos, ao passo que o terceiro propunha algumas regras básicas, mas não apresentava um texto definitivo.

O debate na plenária de domingo não chegou propriamente a entrar no mérito das propostas contidas em cada um deles. No fundamental, a preocupação maior estava na questão dos núcleos como expressão de um partido que pretende exercer a democracia de baixo para cima. O texto de São Paulo propunha "remeter detalhes e regulamentação dos núcleos e outros organismos da ação do Partido ao Regimento Interno, permitindo assim a reavaliação periódica de regulamentação". Este, entretanto, não foi o entendimento do plenário, que aprovou várias resoluções a respeito.

Sobre o texto final dos estatutos, o plenário delegou a formulação a uma comissão de juristas. Três deles são do PT: Sandra Starling (Minas), Marco Aurélio Ribeiro e José Mentor (SP). Dois são externos ao partido: Dalmir Dalari e Plínio Arruda Sampaio. Esta comissão tomará como base os dois documentos mais completos (de Minas e de Plínio Sampaio), e lançará mão das contribuições do Encontro Regional de São Paulo na medida em que achar necessário.

A criação de um Conselho Consultivo Provisório composto de 2 membros por Estado e eleito pelas bases nos respectivos Estados foi uma matéria controvertida nas comissões e o plenário depois de intenso debate terminou por rejeitá-la por escassa margem de votos.

Publicamos a seguir o material referente a discussão dos núcleos.

As resoluções sobre os núcleos aprovadas pelo Encontro Nacional

I) Que o Estatuto do PT contemple o poder de decisão dos núcleos nas brechas da lei.

II) Que o regimento interno regulamente o poder já garantido no Estatuto.

III) Sobre os núcleos:

1. A Unidade orgânica do PT é o núcleo de militantes. E, assim, os objetivos gerais dos núcleos são: A) aprofundar e garantir a democracia interna do PT; B) estreitar a ligação do PT com os movimentos sociais de base; C) promover a educação política dos militantes.

2. Os núcleos terão atividade regular, a cada 15 dias pelo menos.

3. A articulação entre os núcleos, a nível distrital, setorial, municipal, far-se-á através do Conselho de Representantes eleitos, nos núcleos, e removíveis a qualquer momento.

4. O contato entre distritos e núcleos será minimamente garantido através da participação de membros do diretório no Conselho de Representantes.

5. Os núcleos não deverão ser estrutura paralela aos diretórios mas canais de militância política e portanto deverão integrar o trabalho dos diretórios.

6. Os diretórios convocarão congressos de militantes antecedendo as convenções do Partido (exceto as municipais para a escolha de diretórios e delegados, onde todo filiado participa).

7. Dos terços das vagas dos órgãos do partido serão reservados aos militantes dos núcleos.

Estatutos:

Para as bases, o poder de decisão

O Encontro Nacional não chegou a um texto definitivo acerca dos Estatutos, mas fortaleceu a democracia interna assegurando aos núcleos de base, o direito de voto no interior dos diretórios.



O PT não será um partido eleitoral

IV. Fazer constar em ata que o militante só entra no partido por meio dos núcleos. (Nota da redação: a legislação eleitoral só permite o ingresso no partido via inscrição individual nos diretórios. O Encontro estabeleceu um pacto político de seguir esta resolução mesmo que ela não possa constar dos Estatutos).

A organização de base na proposta de Minas Gerais

A seguir, partes da introdução do texto de estatutos apresentado pela delegação mineira, cujo título é "A legalização do PT".

Todo mundo sabe que a lei sobre reformulação partidária cria todo tipo de obstáculo à livre organização de partidos políticos. Não é, portanto, uma legislação que atenda aos interesses da maioria do povo brasileiro.

Uma das piores características dessa nova lei é a ênfase que ela dá a democracia indireta, isto é, com exceção de um tipo de Convenção Municipal onde todos os filiados ao partido no município têm direito a voto, em todos os outros órgãos partidários, são apenas delegados das bases e, delegados dos delegados das bases que têm poder de decisão. Um verdadeiro lunil que cada vez retira mais poder aos militantes. É com mais um problema: em cada nível de direção existem membros natos, isto é, filiados que votam em todas as convenções e participam de todos os diretórios por força da lei e não por escolha das bases.

Tudo isso contribui para dificultar a criação de um partido político como se quer ter: um partido que responda ao generalizado anseio de autonomia e democracia direta que os trabalhadores brasileiros vêm demonstrando a todo instante.

Se a coisa é desse jeito, o Estatuto do PT terá de ser um Estatuto tão autoritário quanto essa nova lei?

Ai é que está. Embora sejam mínimas as brechas para se fazer um Estatuto mais democrático para o PT, também não temos que nos acomodar a esse autoritarismo para obter o registro. Existem algumas regras dentro da lei que não se pode deixar de cumprir, mas existem também algumas brechas que o PT pode aproveitar para melhorar a democracia interna, sem estar descumprindo a lei.

Essas brechas são duas:

1.º — Acima se disse que há dois tipos de Convenção Municipal. A primeira é composta por todos os filiados do partido no Município e sua atribuição é eleger o Diretório Municipal e os delegados do município a Convenção Regional. Nessa Convenção só se faz isso. Na hora de escolher candidatos as eleições, definir plano de Ação e tomar todas as demais decisões relativas à vida do partido no município, a Convenção Municipal é de um segundo tipo: nela só participam os membros do Diretório, os delegados à Regional, dois representantes de cada distrital organizado, os parla-

mentares que votem no Município e 1 representante de cada Departamento existente.

Sendo assim, a única maneira de democratizar mais essa segunda Convenção Municipal (que tem atribuições importantíssimas) é criando muitos Departamentos no partido.

2.º — Pela lei, o Diretório Nacional (órgão máximo de direção e ação no partido) é composto pelo líder na Câmara dos Deputados, pelo líder do Senado Federal e por representantes dos Estados. Se o partido quiser, diz a lei, pode incluir no Diretório representantes das categorias profissionais.

Como os representantes dos Estados não são eleitos diretamente pelas bases, mas pelos integrantes da Convenção Nacional (parlamentares, membros do Diretório Nacional e delegados dos Estados — estes, eleitos pelos delegados municipais), não há como democratizar a participação no Diretório Nacional, senão aproveitando aquela brecha de incluir nele representantes das categorias profissionais.

A proposta da Regional de MG aproveita exatamente as duas brechas acima mencionadas.

Como? — Ele atribui aos Diretórios (Nacional, Regional e Municipal o direito de criar quantos Departamentos quiser, todos eles compostos por Núcleos da Base, e com atribuição de desempenhar as funções específicas para as quais foram criados e mais, obrigatoriamente, participar de tudo quanto diz respeito à vida interna do partido.

É bom frisar os seguintes pontos: quaisquer Núcleos de Base compõem esses Departamentos. Por exemplo: digamos que no município X, o Diretório resolveu criar um Departamento para Pesquisas Sócio-econômicas. Como seria estruturado tal Departamento? Ele seria composto pelos Núcleos de Base existentes no Município que se interessarem pelo desempenho dessa atribuição. Pode integrar tal Departamento tanto o Núcleo do Bairro Y, quanto o Núcleo das Donas de Casa do Município, quanto o Núcleo dos Economistas ali existente. E mais, esse Departamento não poderá ficar só cuidando dessa Pesquisa Sócio-Econômica. Ele terá de discutir e fazer propostas sobre todos os assuntos de interesse do PT. Ele terá de participar de tudo quanto é tarefa que se decidir levar em frente no partido.

Em segundo lugar, o Estatuto proposto pela Regional de MG estabelece eleições diretas a nível nacional para a indicação dos representantes de categorias profissionais que deverão integrar o Diretório Nacional. Todos os filiados ao partido, em qualquer Núcleo de Base (e não apenas os que integram Núcleos por categoria profissional) votarão na escolha dos representantes de categoria profissional do Diretório Nacional. Os nomes assim eleitos comporão as chapas concorrentes ao Diretório Nacional.

Finalizando: sob os demais aspectos, a proposta de MG se atém às amarras da lei, porque não há outro jeito.

Um último ponto: apesar da luta pela legalização e apesar de ter sido rigorosamente observada a lei na elaboração da proposta do estatuto de MG, é preciso incluir no Plano de Ação do PT, aqui e agora, e incluir na própria campanha de filiação, a denúncia sistemática do arbítrio e do autoritarismo dessa legislação partidária.

Os núcleos nos Estatutos que Plínio Sampaio elaborou

Destacamos agora o capítulo VI intitulado "Dos núcleos de base", extraído de um dos textos que irá subsidiar a comissão de juristas, de autoria de Plínio Arruda Sampaio.

ART. 29 — Os Diretórios Municipais se subdividirão para eleito de organização interna e de consulta aos militantes, em Núcleos de Base.

ART. 30 — Os Núcleos de Base serão constituídos de, no mínimo 5 e no máximo 25 militantes e exercerão suas atividades no interior de um espaço territorial determinado.

ART. 31 — As funções dos Núcleos de Base são as seguintes: I — organizar ação política dos militantes residentes no interior do espaço territorial do Núcleo; II — Emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas ao seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária.

ART. 32 — O espaço territorial dos Núcleos de Base será delimitado pelo Diretório Municipal respectivo e ratificado posteriormente pela convenção Municipal.

ART. 33 — Ao atingir o número de 26 militantes, os Núcleos de Base deverão encaminhar à Comissão Executiva Municipal a proposta de sua divisão em novos núcleos, juntamente com a indicação dos limites territoriais de cada um destes.

§ 1.º — Uma vez aprovada a proposta pelo Diretório Municipal respectivo, executar-se-á, a divisão, sujeitando-se, contudo, esta decisão à ratificação da Convenção Municipal.

ART. 34 — O Núcleo de Base que permanecer mais de um ano sem admitir novos membros será objeto de intervenção por parte do Diretório Municipal ou distrital do qual faz parte.

§ 1.º — Nos casos do artigo anterior, os militantes do núcleo submetidos a intervenção ficarão suspensos do partido durante o tempo que esta durar.

§ 2.º — A Comissão interventora nomeada pelo Diretório Municipal formará, então, com novos aderentes, outros Núcleos de Base, no âmbito territorial do Núcleo sob intervenção.

A proposta paulista que não garantia os núcleos

Agora, o texto de São Paulo, cuja idéia básica é não incluir os núcleos no Estatuto e que foi rejeitada pelo plenário do Encontro Nacional.

"Os núcleos de base: Não podemos abrir mão desta conquista democrática dos trabalhadores que nasceu de nossa experiência de construção do PT. Vamos colocar nos Estatutos os seguintes artigos:

"Os filiados do PT poderão organizar núcleos, de acordo com a proximidade de seu local de moradia ou de trabalho, ou ainda nas categorias profissionais ou movimentos sociais de que participem, com o objetivo de participar conjuntamente do trabalho permanente do partido, tanto no que se refere às campanhas de propaganda de seu programa e a arregimentação em torno de seus objetivos, como no que diz respeito às discussões internas que precedem às deliberações partidárias".

"Os núcleos que reúnem filiados de um mesmo Diretório Distrital ficarão a ele vinculados. Os que reúnem eleitores de vários distritos de uma zona ou município ao Diretório respectivo. Os que reúnem eleitores de vários municípios ao Diretório Regional".

"Os núcleos poderão reunir-se entre si para discussões ou deliberações conjuntas, através de reuniões plenárias ou de representação proporcional a seus filiados".

"O funcionamento interno dos núcleos e suas relações entre si e com os Diretórios a que estejam vinculados serão objeto de um Regimento Interno elaborado pelo Diretório Nacional e referendado pela Convenção Nacional".

Esses artigos garantem a existência dos núcleos. A regulamentação concreta não deve constar dos Estatutos, por duas razões:

Primeira: Uma vez registrado os Estatutos, toda modificação terá de ser submetida de novo ao Tribunal. Se colocarmos muitos detalhes, ficaremos amarrados a eles e teremos de pedir licença ao Tribunal para fazer qualquer coisa nova.

Segunda: Não podemos passar a vida fazendo e reformando Estatutos. Os núcleos deverão ir decidindo, a partir de sua própria experiência e da necessidade dos trabalhadores, como é melhor funcionar."

Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo que novos avanços em suas lutas dificilmente serão conseguidos sem a construção de um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram no passado e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós para travar nossas lutas: um partido dos trabalhadores.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular — em vez de aparecer apenas em épocas de eleição — respeitando e defendendo a autonomia das organizações populares, maior garantia de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o PT é diferente também por causa de seus objetivos políticos: lutamos pela construção de uma democracia que garanta em todos os níveis a direção desses trabalhadores nas decisões políticas e econômicas do país segundo seus interesses e através de seus organismos de base.

Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Essas lutas não começam hoje. Nem começaram ontem. Nesses últimos anos, importantes passos foram dados. A grande dificuldade é unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias e regiões do país.

Somente esta unificação e seu direcionamento contra o regime atual, permitirá transformar a infinidade de movimentos, que vêm se desenvolvendo, em uma força política verdadeiramente expressiva em nossa sociedade. Para conseguir isto, é que os trabalhadores precisam de um partido, que não se limite a tal categoria ou a tal região: precisam de um partido político nacional.

O PT nasce numa conjuntura em que um dos grandes problemas da sociedade brasileira é o da democracia. Garantir o direito à livre organização dos trabalhadores, em todos os níveis, é hoje para o PT sua luta democrática concreta. A democracia que os trabalhadores propõem como valor permanente, portanto, é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização política dos milhões de brasileiros que constroem a Nação com seu trabalho. A luta contra o regime deve apontar uma alternativa que golpeie o poder econômico e político dominante, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e o povo. Uma alternativa de poder para os trabalhadores e oprimidos que se apoie na mobilização e organização do movimento popular e seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um governo que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados.

Claramente, para atingir este objetivo o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. No entanto, surgido do movimento sindical e popular, proposto como partido de massas de amplo alcance social, o desenvolvimento de sua estratégia depende da permanente relação com movimentos como este.

Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização, resistindo e combatendo a consolidação do atual regime e agora com o seu partido avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.

Entre as prioridades que o Partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva, está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder centrado no executivo. Além disto, enquanto não forem desativados os órgãos policiais que violentam as organizações e movimentos populares, só haverá democracia no papel. A maior e mais ampla liberdade de organização partidária e condição elementar para garantia de eleições democráticas.

A cada nova greve, temos sentido o peso da legislação e da polícia, jogado contra reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o P.T. deve sua proposta de fundação, o Partido já conta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização livre dos trabalhadores e, que, juntamente com outros setores que integram e integrarão o PT, orientarão a atuação do partido na luta por uma nova legislação trabalhista, condizente com os interesses dos trabalhadores na cidade e no campo.

Isto estabelece desde já as linhas de ação do PT na luta por liberdade e justiça. O PT afirma o caráter político dessa luta e sabe que a verdadeira luta por liberdades democráticas está e continuará sendo travada, não só no parlamento, mas, sobretudo, nos sindicatos, fábricas e bairros e campo.

Programa:

Por uma sociedade sem exploração

O programa aprovado reafirma a importância fundamental da luta pela democracia que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Eis o texto:



Lula: a classe trabalhadora não pode abrir mão de seu partido

O PT reafirma que os combates contra a miséria, a doença, a ignorância e os preconceitos não são independentes da luta por liberdade e justiça. Pelo contrário, são inseparáveis.

Os direitos do povo à alimentação e à saúde, assim como à educação e à cultura, são atualmente transformados em campo livre para a acumulação do capital. A deterioração e privatização crescentes do ensino e da saúde pública prejudicam a um só

tempo professores e estudantes, médicos e pacientes. Serviços de educação e saúde públicos gratuitos, são direitos básicos do povo de uma Nação, verdadeiramente democrática. O PT lutará por estes direitos. Em cada uma destas áreas, o Partido dos Trabalhadores desenvolverá sua política de atuação juntamente com sua base social e o detalhamento de seu programa surgirá da prática política desses setores.

Plataforma de lutas

I. LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SINDICAL

- Liberdade e autonomia sindical;
- Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado;
- Direito irrestrito de greve;
- Total liberdade de organização partidária;

II. DESMANTELAMENTO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO POLÍTICA E FIM DA LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO

- Revogação da Lei de Segurança Nacional;
- Anistia Ampla, geral e irrestrita;
- Apuração das torturas, perseguições políticas e todas as arbitrariedades policiais, com punição dos responsáveis;
- Eleições livres e diretas em todos os níveis, com direito de voto para analfabetos, cabos, soldados e marinheiros.

III. COMBATE À POLÍTICA SALARIAL

- Fim da atual política salarial e recuperação das perdas;
- Salário mínimo unificado que atenda as necessidades básicas dos trabalhadores;
- Negociação direta entre trabalhadoras e patrões;
- Unificação das bases-base de negociação salarial;
- Estabilidade no emprego;
- Escala móvel de salários;
- Redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas sem prejuízo do salário;
- Eliminação das horas extras;
- Contra o desemprego.

IV. POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

- Contra a privatização dos serviços de saúde. Pela assistência médica e odontológica pública e gratuita e eficiente para toda a população;
- Saneamento básico generalizado e medicina preventiva;

- Política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e controlada pelos próprios trabalhadores;
- Reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e loteamentos clandestinos;
- Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltados para as necessidades dos trabalhadores;
- Transporte coletivo público, farto, bom e barato;
- Urbanização e criação de serviços básicos nas favelas e bairros populares.

V. REFORMA AGRÁRIA AMPLA E MASSIVA E SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES

- Luta pela posse da terra a quem nela trabalha;
- Direito à resistência dos camponeses em suas terras, contra as expulsões;
- Apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários;
- Igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, homens, mulheres e menores.
- Garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores;

VI. INDEPENDÊNCIA NACIONAL

- Contra a dominação imperialista
- Por uma política externa independente

VII. APOIO AOS MOVIMENTOS DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES, NEGROS, INDIOS E TODAS AS MINORIAS OPRIMIDAS

- Contra a discriminação racial, econômica e social e política dos negros;
- Pela demarcação das terras indígenas. O reconhecimento de sua propriedade coletiva e a autodeterminação com direito a controlar seu processo produtivo.
- Pelo fim da discriminação à mulher;
- Criação de creches públicas nos locais de trabalho e moradia.



O PT tomará posição sobre os grandes temas nacionais, a partir da perspectiva daqueles que constroem a Nação. Para os interesses nacionais, o PT defende uma linha de ação em que o desenvolvimento nacional reflita os interesses dos trabalhadores. A crescente internacionalização da economia brasileira, ao mesmo tempo em que resulta num acréscimo brutal da dívida externa, submete a classe trabalhadora a uma exploração ainda mais desenfreada. Os trabalhadores brasileiros são os grandes prejudicados pela crescente dependência externa, financeira, tecnológica e cultural. A partir disto, desenvolver propostas de políticas de energia e matéria-prima, agrária e fundiária, industrial e urbana, voltadas para as necessidades do povo. É uma tarefa para os militantes do PT. O PT entende também que programas de desenvolvimento regional devem respeitar as condições culturais e ecológicas locais. O Partido combaterá as desastrosas propostas tecnocráticas vigentes. Desenvolverá suas críticas e suas alternativas a partir da atuação popular ampla, lado a lado com os setores profissionais organizados e engajados no PT.

Esta postura programática de buscar enraizamento do Partido e de suas plataformas de ação nas massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpula, é a experiência que o PT herdou dos trabalhadores que criaram este partido. O PT é democrático por esta razão e terá este caráter, refletido na democracia interna do partido, ou seja, nas relações entre seus filiados, militantes, lideranças e parlamentares. Nas lutas específicas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário, e é preciso dar instrumentos ao partido para que isto aconteça. No âmbito parlamentar, o PT prevê uma política de alianças sobre questões específicas que sirvam à causa dos trabalhadores.

Em todas as questões políticas, sociais e econômicas, o PT pretende intervir com o mesmo propósito de construir “de baixo para cima”. Mesmo em questões como o problema das minorias, em que, desde já o PT entende que respeitar as culturas e raças significa acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico, o partido procurará se incorporar aos movimentos de defesa destas minorias de forma solidária. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas, bem como a questão do negro, assume papel relevante. Segregação não é questão secundária, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo, e não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão — sem isto, democracia será palavra vazia para os trabalhadores marginalizados, social e politicamente, de ambos os sexos, e de qualquer raça e cultura.

Também para as relações entre as nações existe um ponto de vista dos trabalhadores. O PT defende uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações e à autodeterminação dos povos que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT deixa claro sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional, emancipação social, e a todos os movimentos de âmbito mundial que visam a criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade.

Este programa deve ser aprofundado permanentemente pelos membros do PT e detalhado pela prática política dos trabalhadores no partido. Sua característica geral, fundamental, para um partido dos trabalhadores é o compromisso de permanente participação junto aos movimentos sociais e na defesa dos interesses populares.

No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, desde os trabalhadores braçais até profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. São convidados ao ingresso e a participação no Partido dos Trabalhadores todos os brasileiros solidários com esta proposta de ação política, expressão neste programa partidário.



O partido já está pronto

Inovador, legal e de massas

Ao realizar o seu Encontro Nacional o PT concluiu uma primeira etapa de sua trajetória de baixo para cima na construção do partido deixando claro, na prática, seu repúdio e inovação frente aos demais partidos.

Por Eder Sader

Ao retirarem-se das salas da Universidade Católica, os delegados ao Encontro Nacional do PT haviam acabado de contrariar uma vez mais os planos traçados no Planalto para uma "reorganização partidária" condizente com a "democracia relativa" do general Figueiredo.

Nesses planos, cada partido deve surgir "de cima pra baixo", para enquadrar o povo, e assumindo um compromisso com o regime.

Pois o Encontro Nacional culminou um amplo processo de construção "de baixo pra cima", das bases para a cúpula. Vinte e seis mil militantes de 632 núcleos de 23 estados do país se reuniram, discutiram as propostas originais, enviaram sugestões, emendas e projetos alternativos. Elegeram delegados. E deram uma primeira feição nacional, provisória, ao partido.

Com uma reduzida base parlamentar, o PT fez seu caminho a partir da formação de núcleos de base e da incorporação de lideranças populares, grupos de periferia, categorias profissionais. Por isso mesmo ele pode incorporar em sua bagagem os problemas e experiências desses setores. Ele não surge para enquadrá-los mas para impulsioná-los, articu-

lá-los. Trata-se de uma tarefa que recém começa.

Finalmente, o PT surgiu e se desenvolveu no bojo das lutas dos trabalhadores. Daí sua marcada oposição ao regime de exploração vigente.

Essa é uma posição que antecede qualquer discurso ou texto programático. É mesmo sua marca registrada.

E por isso tudo seus militantes se cansaram de ouvir longas e pedantes preleções sobre sua "inviabilidade". Um partido estreito, um partido só de São Paulo, obreirista, incapaz de cumprir os requisitos legais, e outras jóias de um realismo que nos queria caudatários do dr. Ulisses, do dr. Brizola ou de dezenas de outras fórmulas mais "viáveis".

A viabilidade do PT surge da própria vitalidade do movimento operário e popular de nosso país. O segredo de sua façanha não pode ser explicado apenas pela mística já criada em torno da figura do Lula. É certo que ele já se transformou hoje num símbolo do espírito de luta dos trabalhadores. Mas o PT não conseguiria dar os passos que deu se não se organizasse de modo a incorporar a mais diversa gama de experiências e mo-

vimentos populares hoje existentes no país.

Evidentemente seria uma ilusão imaginar que o PT já surge como genuína expressão das bases e do desejo de emancipação dos trabalhadores. Porque isso mesmo é algo que ainda está apenas amadurecendo. Enfrentamos uma longa tradição de miséria, ignorância, elitismo, caudilhismo. O movimento popular constitui na verdade uma multidão de manifestações dispersas, localizadas, muitas vezes até divergentes. A expressão política desse movimento enfrenta inúmeros problemas. O primeiro deles é a tentação de outorgar a essas bases um discurso que lhes seja estranho. Nesse caso só se vai reproduzir o localismo de cada expressão de base, cooptando sua representação para continuar numa política de cúpulas.

Mas o PT não pode se satisfazer em reunir os vários setores de base. Ele deve impulsioná-los.

Os métodos para fazê-lo mal começaram a ser esboçados.

Muito já se disse que o PT é um "partido diferente". Se quer com isso indicar o que há de "novo" em sua proposta. A verdade é que também existe muito de

"velho", em várias práticas no seu interior, em várias propostas programáticas. Em discussões, tantas vezes abstrata, acerca de fórmulas de governo. Na compulsão de muitos por políticas de bastidores. O "novo" está presente na forma mesma em que nasceu esse partido e como incorporou amplas lideranças populares. Mas esse "novo" ainda não tem seu "discurso", sua forma de dizer e propor as coisas.

De qualquer forma, se a grande novidade do PT é a incorporação dos trabalhadores à vida política — e disso não temos dúvida — essa nova forma de dizer as coisas virá de sistematização dos trabalhos de base. Agora a grande tarefa — o grande desafio colocado aos seus militantes — é o de verdadeiramente massificar a atividade do partido.

Na medida em que seus 26 mil militantes atuais se lançarem aos bairros pobres, aos campos e fábricas deste país, eles certamente se multiplicarão. Eles produzirão uma nova proposta, eles terão o povo para a vida política. Eles terão viabilizado definitivamente o PT. Mas, muito mais que isso, eles terão rompido uma antiquíssima tradição de obscurantismo e elitismo no Brasil.

O Programa e a democracia interna

Algumas questões para o debate

Apesar dos avanços, o Encontro Nacional mostrou dificuldades na democracia interna e na definição de um programa.

Por João Machado

A discussão dentro do PT (e a principal repercussão fora), antes e durante o seu Encontro Nacional, girou principalmente em torno da sua caracterização programática, do seu perfil como partido político. Neste debate, situaram-se de um lado os que defendem que o PT continue o mais próximo possível da proposta e das definições com que foi lançado, especialmente na Carta de Princípios e na Plataforma Política do 1.º de maio de 1979: um Partido sem Padrões, que luta por um governo dos trabalhadores, contra a exploração capitalista.

De outro lado, os que se opunham a esta definição; ou por considerarem que ela era correta, mas deveria ser abrangida para evitar problemas na legalização do partido (já que a legislação proíbe partidos que difundam "preconceitos de religião, raça ou classe"), ou por considerarem simplesmente que é preferível um partido com definições menos claras ou "mais amplas". Ou finalmente por julgarem que o PT não deve ser propriamente um partido, com uma definição clara e uma perspectiva histórica, mas um instrumento de valor mais tático,

uma frente política, que comportaria objetivos mais limitados.

De um lado, os que entendem que a característica fundamental do PT é expressar um movimento dos trabalhadores por sua independência política frente aos partidos burgueses, ou seja, para construir um partido próprio; do outro lado, os que vêem no PT antes a virtude de ser um canal de mobilização na luta contra a ditadura.

Neste debate sobre o caráter e o programa do PT cruzavam-se, portanto, questões diversas e polêmicas diferentes. Do mesmo modo, cruzava-se com este debate a preocupação de levar a proposta à prática, de construir um partido de massas, presente nas lutas que se travam pelos trabalhadores. Com problemas complexos em discussão, há uma certa dificuldade na análise do resultado a que chegou o Encontro Nacional.

É certo que o Programa aprovado é consideravelmente mais diluído, menos preciso quanto ao seu conteúdo de classe, que a Carta de Princípios do 1.º de maio, ou mesmo que o Manifesto aprovado em fevereiro. Por outro lado, é fora

de dúvidas que não consagra a definição de um partido policlassista, e que não reduz o grau de acordo e de definições alcançado a uma simples frente, frente popular ou não. O PT continua sendo caracterizado como um **partido**, e um partido de trabalhadores, construído a partir de suas lutas, e que além de se enfrentar hoje contra a ditadura luta por "uma alternativa de governo para os trabalhadores e oprimidos", que "avança nos rumos de uma sociedade em exploradores e explorados".

O PT resiste

O PT conservou seu caráter básico, sua proposta original. E mais ainda: foi capaz de fazê-lo ampliando-se enormemente, tanto no número de militantes, quanto na composição das forças políticas participantes. E isto apesar de que muitas das forças que entraram para o PT depois de lançada a proposta original não concordam com ela, e fizeram um esforço considerável para modificá-la. A proposta de um Partido dos Trabalhadores **resistiu a uma situação difícil** — isto

prova a sua força. Este é o resultado principal.

Mas não podemos desconhecer que **não está ainda assegurada**. As pressões que o PT vai sofrer, à medida que prova sua viabilidade e sua enorme vitalidade, serão cada vez maiores. Pressões tanto por parte da ditadura e da burguesia, que poderão exigir concessões para a sua legalização, etc., como por parte de correntes do movimento operário que divergem da proposta do PT. E o debate e a luta no interior do partido vão prosseguir.

Outro problema posto em questão é o funcionamento do partido, em especial um aspecto desde o início enfatizado como básico: o da democracia interna.

Os maiores problemas ocorreram no Encontro de São Paulo, onde foi adotado o critério de que, desde que uma chapa obtivesse 50% + 1 dos votos, comporia sozinha a direção, qualquer que fosse a votação das minorias. Este critério foi repetido no Encontro Nacional. Em ambos os casos, foram feitas exclusões injustificáveis. A importância de garantir as condições de participação das correntes minoritárias não foi compreendida.

A nova direção aclamada

Sob os gritos PT! PT! PT! ao final de dois dias de debates e votações sobre estatuto e programa (ver págs. 4 e 5), eram aclamados os 15 integrantes da nova direção do partido quando, no início da noite de domingo, a chapa foi apresentada frente ao plenário.

O Encontro Nacional do PT, a esta altura, era uma festa. O plenário super lotado como em nenhum outro momento dos dois dias. Flashes e câmeras de televisão por todos os lados. E, a vizinhaça, atraída pelo evento e pela expectativa da fala de Lula, acolheu ao local do Encontro amontoando-se do lado de fora nas janelas do prédio.

Apresentada a chapa, no entanto, três questionamentos vieram do plenário. O militante Athos Magno da Costa e Silva, em nome da delegação de Goiás, registrou um protesto pela forma de encaminhamento da retirada de chapa, e lembrou que o PT em Goiás não é sinônimo do Senador Henrique Santillo. Outro militante, pedindo um aparte à mesa, indaga pela não inclusão de nenhuma mulher dentre os 15 novos dirigentes. De outro lado, o militante Raul Pont, da Coordenação Regional gaúcha do partido, lê uma nota de protesto contra os critérios que nortearam a escolha de nomes para a chapa. (ver box). Ambos os questionamentos, irão logo em seguida receber uma resposta de Lula, quando, em nome da chapa, ele faz a defesa no encaminhamento a favor (ver box), num discurso que merece a reflexão de todos no PT, pelas suas indicações sobre como resolver os problemas internos do partido.

Feita a votação por escrutínio secreto, e proclamados os eleitos, a festa continuou noite adentro, enquanto os militantes, aprontavam a ata de fundação do partido assinando o livro. Vários discursos foram aplaudidos e em seguida, em seção aberta ao público, todos foram convidados a assistir um audio-visual sobre a greve do ABC.

A chapa eleita

Abaixo, os nomes eleitos em chapa única numa eleição que resultou em 284 votos a favor, 16 contra, oito nulos e dois brancos, obtendo 91% dos votos.

Efetivos:

- **JACÓ BITTAR**, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas.
- **LUIS INÁCIO DA SILVA**, o Lula
- **OLÍVIO OLIVEIRA DUTRA**, presidente, deposto por intervenção, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre
- **ANTÔNIO CARLOS**, deputado federal pelo Mato Grosso do Sul
- **FREITAS DINIZ**, deputado federal pelo Maranhão
- **MANOEL DA CONCEIÇÃO**, líder camponês do nordeste
- **APOLÔNIO DE CARVALHO**, ex-combatente na guerra civil espanhola e na resistência francesa contra o fascismo, figura legendaria da esquerda brasileira.
- **JOAQUIM ARNALDO**, metalúrgico carioca, militante da Ação Católica Operária.
- **WANDERLY FARIAS DE SOUZA**, integrante da Comissão Pastoral da Terra no nordeste.
- **LUIS SOARES DULCI**, presidente da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais.
- **JOSÉ IBRAHIM**, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

Suplentes:

- **OSMAR MENDONÇA**, metalúrgico de São Bernardo do Campo
- **HÉLIO DOYLE**, jornalista de Brasília
- **FRANCISCO WEFFORT**, professor de Ciência Política da USP e estudioso da história do movimento operário brasileiro.
- **WAGNER BENVIDES**, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais.



Osmar, Ibrahim, Wanderly, Luis, Freitas Diniz, Manoel da Conceição, Apolônio, Olivio e Lula

“Eu não veto nomes de ninguém”

A resposta de Lula ao questionamento da democracia do Encontro

Companheiros: Eu gostaria de deixar bem claro duas questões. Em primeiro lugar as mulheres não participam hoje, aqui, da direção do PT, não é por elas serem mulheres não. Pelo contrário, as mulheres não devem participar do PT por serem mulheres, por serem um “animalzinho” que se usa de jeito nenhum. Elas participam do PT, e participarão cada vez mais, pela sua grandeza. Pelo que elas são para os trabalhadores e pelo que conquistarão nas lutas dos trabalhadores.

Em segundo lugar, eu queria registrar aqui a falsidade das palavras de algumas pessoas. Depois de 31 dias que passei na cadeia, depois de vários dias em que os trabalhadores em greve foram espancados e presos pela polícia, foram despedidos, estão na miséria passando fome, depois disto tudo, eu não posso aceitar de jeito algum que pessoas que não são trabalhadores venham aqui me dizer que esta chapa seja casuística.

Casuismo, isto sim, é a atitude daqueles que não tiveram a coragem de fazer uma chapa, já que estavam desgostosos com esta.

A grandeza do PT é muito maior do que as 400 pessoas hoje reunidas aqui neste congresso. Daqui há um ano, eu tenho certeza companheiros, nós estaremos sem dúvida fazendo um novo congresso com milhares de trabalhadores. E aí, eu tenho certeza companheiros, que não teremos novamente estas discussões imbecis, que não teremos correntes aqui e ali brigando por um espaço próprio, mas sim, pelo contrário, eu tenho a certeza companheiros, que a grandiosidade da classe trabalhadora vai passar por cima de toda esta coisa.

A imprensa está aqui, mas eu vou dizer. Companheiros, eu fico muito f... da p... com tudo isto, porque nós temos que entender, e de uma vez por todas, que os trabalhadores, os pedes de mãos calejadas, ou camponeses que estão sendo massacrados por este país agora, não vão vir e não vêm ao PT, por definições ideológicas não companheiros. Eles estão vindo ao PT é por uma definição de classe, por necessidade sentida mesmo.

Me revolta profundamente ver pessoas fazendo jogo de palavras, insinuando coisas que não são verdade. Esta chapa é muito boa, companheiros. Tão boa que aqui somente apareceu ela. E mais, esta chapa não surgiu de conchavo coisa nenhuma.

O companheiro que falou em casuismo e defendeu o Paulo Skromov é que esqueceu-se de defender também os companheiros Cicotti e Henos que estão no PT desde a primeira hora e que desde então deram o melhor de si para o PT. E foi a grandeza destes companheiros — Paulo, Cicotti e Henos — que permitiu que a gente pudesse chegar a uma chapa tão boa como esta.

E mais companheiros. Eu não aceito de jeito nenhum virem dizer que eu veto nomes. Eu não veto nomes de ninguém; o único nome que eu posso aqui vetar é o meu próprio. E se alguém acha que esta chapa não é boa que então faça outra chapa e a apresente no plenário.

Nós não queremos ganhar a direção do PT para nós companheiros, e isto tem que ficar muito claro. Porque não será um presidente ou um secretário geral do partido que fará com que o PT cresça. É a presença nossa nas portas de fábricas, nos bairros, nos bares, conversando e trazendo trabalhadores em massa para o partido que fará com que este partido seja de fato o PT que queremos.

Eu acho que é o momento de acabarmos com o ranço ideológico que tá na cabeça de muitos aqui. Pois não será com falsos trabalhadores, confortavelmente instalados em suas casas, sob a luz de cabeceira lendo livros de Marx e Lenin; não é assim que iremos construir o partido que os trabalhadores necessitam. Assim não faremos nada, companheiros. Se quisermos fazer um PT de verdade nós temos é que partir já para a luta. Pois o PT não é um resultado teórico, mas sim uma coisa muito prática.

E prá terminar companheiros, eu quero dizer que se esta chapa merece a confiança das bases do partido que elas digam sim; caso contrário, que pelo menos tenham dignidade e votem pelo não, pois não estamos aqui para mendigar votos de ninguém.



A construção da nossa democracia”

A nota de protesto contra os métodos usados para a formação de chapas

Em nome de diversos companheiros, encaminho um protesto ao plenário, com relação à maneira que foi usada para compor a chapa para a Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores.

Assim é que desde o início deste encontro foi proposto e aprovado um regimento prevendo a eleição de todos os membros de uma chapa, desde que esta obtivesse 50% mais um dos votos. Isto, de fato, exclui qualquer possibilidade de que eventuais minorias se representem na Comissão Diretora Provisória. A própria Lei Orgânica da ditadura nostra maior concessão à representação das minorias, quando prevê a representação nos Diretórios das chapas que obtenham um mínimo de 20% dos votos.

Mais ainda, isto obrigou a que se formasse uma chapa após exaustivos conchavos, que obrigaram boa parte das lideranças do PT a se ausentarem das comissões e do plenário, que desta forma foram excluídas das decisões. O casuismo destes conchavos, das soluções encontradas, ficou claro quando a Coordenação chegou a diversos resultados (que incluíam mesmo propor novo regimento para o Encontro), para a cada vez voltar atrás, sempre em conchavos sem consultas ao Plenário.

A proposta da eleição da chapa com 50% mais um foi encaminhada a em nome da unidade. Na verdade, levou à exclusão da instância máxima de direção do PT de companheiros que desde o primeiro momento vêm lutando pela construção do nosso partido.

Essa exclusão se torna mais nitida à medida que na chapa encaminhada não consta o nome do companheiro Paulo Skromov, companheiro que desde o lançamento tem estado à frente da proposta do Partido dos Trabalhadores. Também foram recusados outros nomes de inegável representatividade dentro do PT, e de contribuição inegável na construção do nosso partido.

Não se trata em nenhum dos casos de vetos a nomes, ou da inclusão de nomes mais indicados, mas claramente da exclusão de companheiros identificados com uma determinada concepção de Partido dos Trabalhadores.

Qual é esta concepção? Simplesmente a concepção que presidiu ao lançamento do PT: a de que nosso partido é um movimento pela independência política dos trabalhadores, um esforço dos trabalhadores para construir um partido nosso, sem patrões, que lute pelo poder para os trabalhadores, que lute por um Governo dos Trabalhadores, a de que o PT é um partido, e não uma frente de grupos de esquerda ou uma frente popular.

Essa, a visão do PT, agora excluída da Comissão Diretora Provisória.

Não protestamos contra a inclusão de nenhum dos nomes da chapa proposta; são todos companheiros que merecem o nosso respeito e nossa confiança. Protestamos contra o método dos conchavos que levam às exclusões.

O método das exclusões jamais serviu nem jamais servirá à democracia dos trabalhadores. A construção da nossa democracia exige a luta pela unidade da classe, unidade de todas as correntes do movimento operário e popular, unidade construída em vista do objetivo comum da luta contra a opressão e a exploração, por uma sociedade socialista, pela fraternidade humana.

Nosso protesto é contra a incompreensão da importância da democracia dos trabalhadores, que se expressou na proposta de maioria absoluta aprovada e nas articulações de bastidores.

Nossa confiança é em que o PT saberá corrigir este erro, e se construirá forte e unido.

Registrando este protesto, conclamamos os companheiros que se identificaram com estas considerações, a votarem na chapa indicada.

Viva o Partido dos Trabalhadores!



PCB: Por que o cabo Dias derrotou o capitão Prestes

O afastamento de Prestes da Secretaria-Geral e sua substituição por Giocondo Dias, assim como a subida de Tenório e Givaldo pra a Comissão Executiva representam a vitória do aparelho contra os extremismos "de esquerda" e "de direita".

Por Marco-Aurélio Garcia

Há 37 anos, reunidos clandestinamente na chamada Conferência da Mantiqueira, os dirigentes do então Partido Comunista do Brasil (que a partir de 1962 passaria a chamar-se Partido Comunista Brasileiro) elegiam **in absentia** ao capitão Luís Carlos Prestes para seu secretário-geral. O "cavaleiro da esperança" purgava nos cárceres do Estado Novo uma longa pena de prisão por sua participação no fracassado levante de 1935. Desde 1943, Prestes exerceu ininterruptamente as funções de máximo dirigente do partidão, até o penúltimo domingo deste mês de maio, quando, uma vez mais **in absentia**, o Comitê Central resolveu destituí-lo de suas funções, ou como explicou seu sucessor, o ex-cabo e também insurreto de 1935, Giocondo Dias, considerar "vago" o cargo designando um novo ocupante para ele.

As razões do não comparecimento de Prestes a estas duas históricas reuniões do PC diferem substancialmente, no entanto. Na reunião mais recente o velho dirigente resolveu simplesmente ignorar a convocatória que dois membros do CC lhe haviam transmitido em nome da Comissão Executiva. Era demais. Prestes, seis meses após sua volta ao Brasil não só se tinha negado a convocar e/ou participar de reuniões de direção, especialmente as da Comissão Executiva, como se furtara mesmo a discussão de caráter político com os membros do CC que iam procurá-lo.

Situação incômoda

A atitude de Prestes deixava a direção

em uma posição incômoda, situação que se agravou quando o secretário-geral resolveu conchamar as bases a rebelarem-se contra o CC. Ainda que o chamamento do "cavaleiro da esperança" não tenha provocado os efeitos que ele buscava, o Comitê Central se viu confrontado a uma situação insustentável. Impunha-se assim, de um lado, esclarecer as divergências políticas com Prestes e responder às acusações que este lançava contra o CC e, de outro, normalizar o funcionamento da direção, sob pena de aparecer ante os olhos da militância como ilegítima.

A flexibilidade da resposta do Comitê Central a Prestes nos mostrou que em matéria de estratégia o cabo Dias é superior ao capitão Prestes. A maioria do CC, no interior da qual Giocondo tem uma liderança incontestada, sabedoria do quão escorregadio era o terreno em que se davam os choques com o "velho", levou à prática uma tática de paciente envolvimento. Primeiro uma resposta moderada e provisória (assinada apenas pelos então membros da Comissão Executiva) e, posteriormente, a publicação de um longo texto onde as posições de Prestes são confrontadas com a linha do VI Congresso e seus atos são examinados à luz da sacrossanta disciplina de partido.

Insurreto contra a linha e contra os estatutos, buscando alianças fora do partido, especialmente como o MR-8, mas sobretudo de um personalismo muito mal visto numa organização na qual depois de 1956 os dirigentes cultivam a modéstia, Prestes se tornou extremamen-

te vulnerável. Poucos foram os que saíram em sua defesa, ainda que muitos não se mostrassem entusiasmados com os rumos que vinham sendo impulsionados pela maioria da direção. A grande imprensa, particularmente, procurava fazer alarde do progresso das posições "eurocomunistas" no interior do Partidão, estimuladas por algumas declarações pouco ortodoxas de dirigentes como Hércules Correa, José Salles e Armênio Guedes.

Vitória do aparelho

Somente um conhecimento superficial do partidão, no entanto, podia permitir diagnosticar o enfrentamento de tendências como um choque de uma ortodoxia esquerdista, representada por Prestes, como um emergente grupo eurocomunista, nutrido ideologicamente pelas posições do PC italiano.

O resultado da recente reunião do Comitê Central veio mostrar uma vez mais o peso do "centro" nos momentos de crise que enfrenta um partido comunista. Golpeando basicamente o "inimigo principal", no caso Prestes, o grupo centrista, que se confunde com o próprio aparelho do partidão, ao mesmo tempo que assumia a defesa das teses do VI Congresso, para cuja elaboração a "direita" teve um papel decisivo, eliminava da Comissão Executiva os dois elementos que apareciam como os mais ferrenhos opositores do ex-secretário-geral, Hércules e Armênio, considerados por muitos dois expoentes do grupo "italiano".

Ao afirmar seu reconhecimento pela solidariedade recebida internacionalmente "especialmente pelo PCUS", o Comitê Central refutava indiretamente as acusações de Prestes em relação a "posições anti-soviéticas" que se estariam desenvolvendo na direção do partido.

Mas os cortes "à direita" e "à esquerda" não provocarão inflexões na linha política do PCB, como se pode ver da leitura dos documentos que a **Voz da Unidade** nº 8 (22 de maio) publicou. Os próprios substitutos de Hércules Correa e Armênio Guedes na C.E. se inscrevem na linha de reforçamento do aparelho e de prosseguimento e aprofundamento da linha política atual.

A subida de Tenório à Comissão Executiva assegura a presença de um dirigente sindical que anos anteriores ao golpe de 64 desempenhou um papel importante no movimento sindical de São Paulo e que pode ser de utilidade para recuperar o terreno perdido nesta região fundamental do país.

Já a ascensão de Givaldo Siqueira, um pernambucano de 45 anos, há muito tempo radicado no Rio de Janeiro, significa a abertura da mais alta direção do PCB a um integrante da geração que ingressou no partidão nos anos cinquenta. A explicação da subida de Givaldo a C.E. apenas pelo fato de ser "um homem do Giocondo" não faz justiça ao talento político deste hábil articulador das posi-

ções do PCB, talento que exerceu nos congressos da União Nacional dos Estudantes, em fins dos anos 50 e começos da década de 60. Se é certo que desde esta época Givaldo já mantinha suas ligações com Dias, não é menos correto afirmar que as próprias posições de Giocondo se nutriram também de sua agressividade intelectual, que há vinte anos defende as posições hoje hegemônicas no partidão. Um detalhe que não deixa de ter sua importância: Givaldo Siqueira passou a maior parte de seus anos de exílio em Milão...

Perspectivas

A julgar pela atitude adotada por Prestes frente a sua remoção da secretaria-geral, a tática empregada pelo CC parece ter sido exitosa. O ex-secretário-geral, apesar de reiterar as críticas já contidas em sua **Carta aos Comunistas**, não parece estar disposto a um "racha". Alguns de seus partidários, ainda que demonstrando profunda irritação com os últimos acontecimentos, se mostravam pessimistas com as perspectivas da luta interna. Não passa despercebido que o "cavaleiro da Esperança" não chegou a receber nenhuma manifestação inequívoca de solidariedade. Mesmo a demissão do CC do legendário Gregório Bezerra não significou uma aprovação a indisciplina prestista.

É claro que há a perspectiva do VII Congresso, mas aí as coisas não parecem beneficiar o ex-secretário-geral.

Na reunião do CC houve unanimidade em torno à questão da convocação do Sétimo Congresso. Mais ainda, chegou-se ao acordo de que este se faria na legalidade ou não. A própria reunião decidiu reativar a Comissão de Teses, que deve elaborar os documentos preparatórios do Congresso daqui até o fim do ano. Detalhe importante: esta comissão estava paralizada pois um de seus integrantes, Luís Carlos Prestes, não comparecera às últimas reuniões feitas ainda na Europa. Isto, mais a crise da direção, fez com que a comissão nunca houvesse se reunido depois da volta dos dirigentes no Brasil.

É claro que Prestes pode introduzir algumas questões perturbadoras para o Congresso, como, por exemplo, a proposta de que o evento seja aberto a "todos os comunistas, de fora e dentro do partidão", o que em outros termos significaria propor a participação do aguerrido grupo do MR-8 com o qual o "velho" espera recuperar o controle do PCB.

Não é fácil, assim, prever os próximos embates entre o irrequieto e octagenário capitão Prestes e o taciturno e sexagenário cabo Dias. Tudo se pode esperar no entanto, pois, no ocaso da vida e de sua carreira política, o velho capitão desmentiu a todos aqueles que esperavam encontrar de volta ao país um simples monumento histórico, como aconteceu na Espanha com a "Passionária" Dolores Ibarruri, após seu longo e doloroso exílio.

UM LÊNIN PARA HOJE

À venda no
jornal **EM TEMPO**

Cópias da edição portuguesa
de 960 páginas por
apenas Cr\$ 400,00

Trata-se de uma biografia política que aspira a ajudar na reconstituição do significado do leninismo do próprio Lênin. Sua grande originalidade, bem como sua importância, vem do enfoque adotado.

O maior revolucionário do século (na opinião do próprio autor) e apresentado como alguém cuja vida foi feita de sucessos e fracassos, de realizações grandiosas e de erros gritantes, e cuja obra tem um caráter inacabado, evidenciado na dupla carência com que chegou ao fim da vida, e que se perpetua até hoje: ainda não foi criado o instrumento capaz de abater o capitalismo nas sociedades industriais avançadas (a III Internacional, que ele fundou, primeiro degenerou e depois foi dissolvida por Stalin); e ainda não foi construída, sobre as ruínas do poder burguês, uma sociedade socialista.

Mas na visão de Liebman, o estudo dos textos e sobretudo da prática de Lênin é indispensável para avançar na solução, num momento em que a crise do capitalismo se aprofunda e se combina com a crise do stalinismo.

O leninismo sob Lênin

Marcel Liebman



Os trabalhistas falam do PT

A “fusão” vista dos pampas

Depois que Ivete Vargas ficou com a sigla PTB os brizolistas tiveram que sair com o PDT — Partido Democrático Trabalhista — e agora estão de olho no PT.

Aqui, o centro e a esquerda do trabalhismo brizolista gaúcho falam do futuro de sua legenda.

Por José Bernardo Coutinho e Beatriz Loner

A julgar pelas declarações do trabalhista Porfírio Peixoto, deputado estadual gaúcho e de Dilma Vana Linhares, da Associação de Estudos e Debates do ex-PTB, atual PDT, o grupo brizolista não sofreu muito, em termos de força e representatividade com a perda da sigla.

Com a perda da sigla e os acontecimentos que a seguiram, houve uma modificação da imagem de Brizola que se antes era difamado como “homem de Golberi”, agora passa a ser visto como vítima, o que foi benéfico.

No sul, o partido conseguiu se manter coeso. Todos os deputados federais e prefeitos ficam no PDT. Os vereadores, é difícil avaliar, dado a sua quantidade, mas só se tem notícias de cinco deserções, duas para o PTB de Ivete e três para o PMDB.

Porfírio considera que os últimos acontecimentos do partido, não modificariam o programa. Este continuaria vinculado à herança do trabalhismo, mas reconhece que estes mesmos acontecimentos empurraram Brizola um pouco mais à esquerda. Segundo ele, Brizola até agora foi mais moderado porque temia exatamente a perda da sigla. Agora que isto ocorreu, ele pode falar mais claro.

Para Dilma Linhares, da Associação, a sigla PTB ainda estaria na memória das massas e a grande disputa que se trava agora, entre Brizola e Ivete será para ver quem conseguirá se colocar, frente às massas; como o continuador de Getúlio, ou seja, como o melhor intérprete de sua carta testamentária.

Aproximação o com o PT

Um verdadeiro confronto ideológico será travado, especialmente no Rio e em São Paulo, onde a disputa pela herança ideológica de Getúlio será mais acirrada, já que no Rio Grande do Sul, o predomínio do grupo brizolista é indiscutível.

A partir da perda da sigla,

notou-se por parte do grupo brizolista, um nítido interesse em discutir com o PT e buscar uma maior aproximação com este. Na realidade, enquanto o grupo brizolista ainda tinha esperanças de ficar com a sigla PTB, seu projeto se alicerçava na idéia da reedição de um passado, passado este que ainda estaria na memória das massas. Após sua perda, o grupo brizolista tem que optar por outras formas de viabilizar seu partido e a forma encontrada é a de maior sintonia com as reivindicações do movimento popular. Não é por acaso que, enquanto na greve do ABC o PTB de Brizola teve uma atuação muito fraca se comparada à do próprio PMDB, em sua recente convenção nacional o partido tenha agora aderido à campanha pela libertação de Lula.

Da mesma forma, a ofensiva que o grupo brizolista vem fazendo em cima do PT, em busca de uma possível aproximação, senão fusão, obedece a uma necessidade, o que fica claro quando um Porfírio Peixoto diz, por exemplo, que “O PDT precisa do espaço e do conteúdo ideológico do PT e o PT necessita da máquina eleitoral do PDT”.

Sem dúvida, Porfírio Peixoto é um dos parlamentares que mais avança no sentido de uma aproximação com o PT, que para ele se constituiria numa fusão dos dois partidos e da chamada tendência popular do PMDB. A argumentação de Porfírio sobre o que levaria o PT a concordar com a fusão centra-se nas dificuldades que o mesmo estaria encontrando para se organizar, o que poderia inviabilizar a sua constituição enquanto partido legal. É o perigo dessa não viabilização do PT que tornaria, segundo o deputado, esta proposta simpática para algumas áreas principalmente os parlamentares, preocupados em continuar participando da vida política.

Segundo Porfírio, o PT estaria dividido em três áreas: política, sindical e intelectual — que para

ele são basicamente os grupos de esquerda — e os entendimentos seriam mantidos preferencialmente com as duas primeiras áreas, mais receptivas à este tipo de proposta. Porfírio deixa claro que “o PDT não tem ilusão de atrair todo o PT e nem isto interessa” pois há uma determinada parcela da esquerda, (a esquerda “desequilibrada”, como ele a chama) que não interessaria ao PDT.”

Quanto ao programa e ao caráter do partido, ele acredita que com algumas concessões, especialmente por parte do PT, o problema poderia ser resolvido. Frente à argumentação de que as bases do PT não abririam mão da consigna “Partido sem Patrões” e que o PDT teria uma composição social diversa, Porfírio contra-argumenta que “se há uma impossibilidade técnica de se constituir um partido sem patrões, então temos que conviver com os patrões e procurar tirar a hegemonia de suas mãos!”

Embora Porfírio garanta que a maioria dos parlamentares do PDT seria a favor da fusão, tal não é a opinião de Dilma que julga haver um bom número de parlamentares contrários à idéia. Lembrando a resolução da Convenção: “O PDT faz um chamamento às forças populares e democráticas, particularmente ao PT, para que aprofundemos nossa unidade e encontremos formas de somar todas as nossas forças”. Dilma caracteriza muito mais o PT como aliado preferencial do que se pronuncia pela fusão. Por outro lado, considera a proposta de fusão com o PT prematura ainda e confusa, porque não se teria como definir qual é a correlação de forças hoje dentro do PT. Além disto, o PDT não teria como absorver “os setores classistas do PT, apenas os populares. “Porém, admite ela que tende a haver uma recomposição de forças, de qualquer forma entre os dois grupos, pois, do contrário, “a oposição acabará ficando sob a hegemonia do PMDB, ou seja, dos liberais.”

Moniz
Bandeira

PT, PDT
Progressistas do
PMDB

O grande partido de massas

Segundo o escritor Moniz Bandeira, da esquerda trabalhista, é hora de superar os “desentendimentos” havidos ente o PT e o ex-PTB e começar a construir “o grande partido de massas”



Moniz: o ex-PTB sempre defendeu a “democracia socialista”

O projeto que sempre defendi, sob a antiga sigla do PTB era, substantivamente, muito parecido com aquele que se corporificou no PT. Havia, evidentemente, algumas diferenças, como a recuperação da tradição nacional-popular que aquela sigla encerrava etc. Mas, substantivamente, o projeto, que, aliás, o próprio Brizola encampava, era o de um partido de massas, organizado de baixo para cima pelos próprios trabalhadores, um partido que vivesse o cotidiano das lutas sociais e não apenas às vésperas de eleições, um partido que fosse a um tempo um partido de massas e um partido de quadros e que se propusesse à construção da democracia socialista. Enfim, um partido que, socialmente, representasse um passo à frente em relação ao antigo MDB e que, com um caráter mais definido, pudesse impulsionar o processo de democratização e de mudança social. Houve, entretanto, muitas incompreensões e desentendimentos que, creio, começam a ser dissipados. E hoje estão dadas as condições para a integração daqueles que acompanhavam Brizola no projeto do PT. O programa não é problema. Todas as reivindicações e objetivos do PT estão contidos no programa do antigo PTB, hoje deno-

minado PDT. E a sigla também não é problema. Uma vez perdida a sigla para o grupo governista da dupla Ivete-Jânio não há porque não aceitarmos a sigla PT, unificando todas as forças populares que se propõem a derrubar a ditadura e a implantar uma democracia socialista. Estou convencido que os segmentos mais progressistas e avançados do PMDB somar-se-iam a esse processo de integração, que permitiria construir o grande partido de massas, o partido dos trabalhadores, principal força da luta anti-imperialista e anti-ditatorial. Esta é a posição que sempre defendi, inclusive em entrevista ao **EM TEMPO**. Não se trata, por conseguinte, de uma posição nova. É a continuidade de um esforço que venho fazendo desde que pela primeira vez, em 1978, denunciei as manobras do General Golberi, atrás de dona Ivete Vargas, para usurpar a sigla do PTB, pelo seu apelo popular, e, juntamente com Jânio Quadros, fazer um partido que iludisse as massas. Jânio Quadros sempre foi a grande ameaça fascista e hoje a ditadura procura favorecer a reconstrução do seu carisma para eriar uma opção civil à continuidade do regime implantado com o golpe militar de 1964.



Sem as “massas vibrantes” e a sigla “histórica” os brizolistas querem agora o PT.

O que está por trás da

Por Hugo Hase

O governo está tentando tirar a qualquer preço o deputado João Cunha da Câmara. Trata-se do primeiro caso de tentativa de cassação de um mandato desde a extinção do AI-5. Tanto a representação feita ao ministro da Justiça pelos três ministros militares com base no Artigo 154 da Constituição, quanto na intenção manifesta pelo procurador-geral da República de enquadrar o deputado — agora pertencente ao Partido dos Trabalhadores — no Artigo 33 da Lei de Segurança Nacional, está prevista a suspensão do mandato legislativo pelo prazo de duração do processo. Ou seja, sem a necessidade de autorização da Câmara Federal, apresentada e aceita a denúncia no Supremo Tribunal Federal, haverá uma cassação branca.

Por que a fúria cassatória contra um dos mais atuantes parlamentares da oposição? Obvio que o objetivo mais genérico do regime é intimidar o Congresso num momento em que adota uma série de medidas impopulares, na área econômica e política. Em outras palavras, o Planalto procura assustar o legislativo enquanto arranca a máscara popular do "presidente João". Mas será só esse o motivo? E mais: teria a iniciativa de todo esse processo partido originariamente dos três ministros militares? A resposta às duas perguntas parece ser não. Para tanto, vejamos a sequência dos acontecimentos que levaram o governo a se meter num verdadeiro **imbroglio** jurídico para cassar, ou ao menos tentar desmoralizar João Cunha.

Um discurso normal

No dia 28 de abril, o deputado, após presenciar em São Bernardo do Campo a prisão do Alemão, um dos líderes da greve metalúrgica, dirigiu-se, indignado, à tribuna da Câmara onde pronunciou o veemente discurso que serviria de pretexto ao governo para desencadear todo o processo seguinte. João Cunha falou no pinga fogo e nenhum dos parlamentares do partido do governo presentes ao plenário julgou necessário retrucar o discurso por considerá-lo ofensivo às Forças Armadas ou à figura do presidente da República. Era um pronunciamento veemente, contundente, como inúmeros outros que vinham sendo pronunciados pelos deputados da oposição sem que houvesse maiores consequências.

A grande imprensa, colaborando com o governo, sequer publicava esses discursos ou, quando muito, os resumia em algum pé de página. O pronunciamento de João Cunha, teve o mesmo destino dos demais. Não se tem notícia de sua publicação com destaque em algum jornal do dia seguinte. Resumindo: nenhum jornal, nenhum deputado e obviamente nenhum membro das Forças Armadas se abalou ou considerou, de imediato, ofensiva a fala do parlamentar. Era como se ela não existisse.

Só alguns dias depois é que foi desencadeado na Câmara o processo de indignação dos deputados governistas. E, diga-se de passagem, que não foram todos que participaram da encenação. O primeiro a se indignar e a estimular uma verdadeira chuva de pronunciamentos contra João Cunha foi o vice-líder do PDS, Hugo Mardini, que não dá um



passo sem antes consultar seu oráculo, o chefe do gabinete civil da Presidência, general Golberi do Couto e Silva. Comenta-se a propósito na Câmara que Mardini em sua ânsia por ocupar a liderança da bancada, derrubando consequentemente o atual líder, Nelson Marchezan, presta qualquer tipo de serviço ao Planalto. E, realmente, além de coordenar os pronunciamentos contra João Cunha ele se encarregava de remeter aos gabinetes militares de Brasília o discurso do deputado opositor que ainda não havia sido publicado no Diário do Congresso e cujas notas taquigráficas sequer haviam chegado às mãos do autor do pronunciamento para as correções gramaticais e de outra ordem que são praxe no Legislativo.

Um clima preparado

Por que, repentinamente, um fiel seguidor do general Golberi orquestrava uma verdadeira tempestade política na Câmara (houve um biônico que até quis levar o caso ao Senado), preparando assim o clima para a representação dos ministros militares. Esta só ocorreria mais de duas semanas após o discurso, cujo texto não existia ainda oficialmente, mas que o **Jornal do Brasil**, num repente de "objetividade jornalística", decidiu publicar em uma coluna (portanto, sem muito destaque) na íntegra. O exemplar do **Jornal do Brasil** do dia 13 de maio é aliás o único documento até agora juntado pelo procurador da República ao processo. Serve apenas de referência, já que sequer como suposto corpo de delito a publicação do discurso vale.

Mas, deixemos o juridicismo de lado e voltemos às indagações iniciais. Por que a crise, evidentemente, insuflada pelo Planalto? A quem serviria a defenestração do deputado João Cunha? A explicação para a indignação tardia nas hostes pedessistas, como já vimos, não deve ser procurada na sessão da Câmara do dia

28. A origem de todo o tumulto é mais provável que esteja numa reunião da CPI da Petrobrás e suas subsidiárias, da qual João Cunha é relator, realizada a 29 de abril, ou seja, um dia após o discurso no pinga fogo. Nessa reunião, o depoente foi o empresário Ralph Rosenberg, homem de estreitas ligações com o chamado grupo de Planalto.

Rosenberg foi incisivamente inquirido pelo deputado João Cunha e o desenrolar dos acontecimentos na CPI, obviamente, deve ter irritado o chefe do Gabinete Civil da Presidência. A grande imprensa, cada vez mais dirigida pela batuta da Secom do ministro Said Farah, registrou apenas o depoimento por escrito levado pelo empresário à CPI. A revista **Veja**, em matéria obviamente feita por encomenda, chegou a apresentar como grande nacionalista, o empresário cujas pretensões haviam sido barradas em 1958 no Conselho Nacional do Petróleo pelo então coronel Ernesto Geisel que considerou "necessário mandar investigar a situação legal e a idoneidade técnica, financeira e moral" da Petrosil (empresa de cuja direção Rosenberg fazia parte). Os debates da CPI (veja extratos na matéria seguinte), nos quais João Cunha perguntou ao empresário a respeito de suas ligações com figuras que viriam a fazer parte da gestão de Geisel na Petrobrás e na Presidência da República não apareceram na chamada imprensa sadia.

Geisel na Berlinda

Naquela reunião da CPI, o deputado opositorista voltara a requerer a convocação do general Geisel para que explicasse seus dois comportamentos ao longo de 20 anos de história da petroquímica no Brasil, em relação ao grupo de Rosenberg — primeiro barrando as pretensões do grupo e depois chamando para seus colaboradores mais próximos homens diretamente ligados ao empresário, como o



ex-ministro e atual presidente da Petrobrás Shigeaki Ueki, o ex-governador Paulo Egídio e o marechal Ademar de Queirós, ex-presidente da Petrobrás e atualmente no Conselho de Administração da empresa estatal. João Cunha chegou a indagar Rosenberg a respeito de suas relações com a empresa Dow Química, quando esta era dirigida pelo general Golberi.

É evidente que essas questões causaram profunda irritação no Gabinete Civil da Presidência e em Teresópolis, mais especificamente no Refúgio de Sinamomos. A CPI da Petrobrás estava se tornando cada vez mais incômoda. Aliás, cabe ressaltar que essa foi a única CPI que o falecido MDB sugeriu e conseguiu ver aprovada na Câmara. A dos direitos humanos, ou melhor, da tortura, já havia sido sumariamente torpedeada. Mas mesmo a CPI sobrevivente, que marchava aos trancos e barrancos, é perigosa para o regime. E o que mais desagradava ao Planalto no caso é o comportamento não reticente do deputado relator que chegou a querer convocar o general Serpa para depor, após seus discursos contra as multinacionais.

A reação do governo não se fez por esperar. Processando ou desmoralizando o deputado, obrigando-o a uma retratação no pronunciamento que quase ninguém conhece mas que já foi pré-julgado como ofensivo às autoridades constituídas, o estrategista-mor do Planalto tenta matar dois coelhos de uma só cajadada. Em primeiro lugar, procura fazer com que o Congresso se intimide, num momento de profunda crise econômica e social, aceitando a cassação de um parlamentar (apresentado como irresponsável) em nome do prosseguimento da abertura pretensamente outorgada. E, no embrolho, o regime conseguiria ainda transformar a pequena mas incômoda CPI da Petrobrás numa espécie de simpósio sobre a questão energética, em que os principais responsáveis pela política do setor não sejam questionados.

Petrobrás

punição a João Cunha

Reproduzimos a seguir alguns trechos dos debates na CPI destinada a investigar a ação da Petrobrás e suas subsidiárias, no dia 29/4/80, quando o discurso pronunciado no dia anterior pelo deputado João Cunha no plenário da Câmara não havia ainda despertado a fúria de ninguém. O depoente é o empresário Ralph Rosemberg que aparece nos registros da Câmara dos Deputados como membro do Conselho Administrativo da Empresa Oxiteno do Nordeste S/A. Ele compareceu acompanhado de um assessor, o general inativo Murilo Gomes Ferreira. O Presidente da CPI é o deputado do PDS Francisco Benjamim. O relator, João Cunha. Participaram ainda dos debates os deputados Erasmo Dias (ADS) e Freitas Diniz. (PT). Os demais membros da CPI não estavam presentes. Os trechos que se seguem são apresentando exatamente na forma em que se encontram registrados nas notas da Câmara. Os erros na transcrição de nomes de empresas ou pessoas são corrigidos nas notas de rodapé.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — ...pelo ano de 1968, quando a Bakol (1) foi vendida para a Dow Chemical.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Na época era Diretor-Presidente da Dow Chemical o hoje General Golbery do Couto e Silva.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Creio que não.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — À época dessa transação.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não, quem fez a transação foi o Sr., que já morreu.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Quem fez a transação — é outra coisa. Pergunto quem era o diretor.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não. Era o Presidente da Dow Chemical.

«Minha preocupação que deu fundamento a uma denúncia à Nação brasileira o ano passado: um mesmo grupo empresarial, Sr. Ralph Rosemberg, mudou de nome no curso dos anos, mudou de figura e de personagens, que se foram recolhendo e saindo à sombra.»

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — E o que era o General Golbery do Couto e Silva?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosem-

berg) — Acho que ele era o Presidente da Dow Nordeste (2)...

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — (...) Eu quero saber de V.Sa. se o Sr. Paulo Egidio Martins, integrante de sua empresa a partir de 68, na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de agosto de 68, entrou na diretoria da Bakol, como sócio ou como empregado.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Como conselheiro.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Mas como sócio interessado ou empregado?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não, só como conselheiro.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Como conselheiro. Eu quero saber também se o Sr. Gilberto Ronaldo Campelo de Azevedo (3) entrou como sócio ou como empregado.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Entrou como empregado.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Eu quero saber se a partir de 12 de agosto de 69, o Presidente da sua empresa, Bakol, eleito Presidente, Marechal Ademar de Queiroz, membro do Conselho da PETROBRÁS, é seu sócio ou empregado.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — E conselheiro.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Se ele é sócio ou empregado das empresas de que participa no Polo Petroquímico, hoje Oxiteno, Polipropileno e Estileno (4).

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Nada tem com isso.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Mas ele é sócio ou empregado?

«Outras personagens começaram a aparecer. Eu citei uma série delas. Citei Paulo Egidio Martins, Shigeaki Ueki, Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, Ronaldo Campelo de Azevedo, Fábio Yassuda. Todos foram conselheiros ligados as suas empresas.»

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Ele saiu da companhia.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Mas ele continua na Bakol, ou na Cebeol (5), ou na Locahe (6), ou na Bacolar?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não. Em nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Mas consta.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Se consta, está errado.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — V.Sa. está falando sob compromisso. Ele não faz parte de nenhuma das empresas de V.Sa., hoje? De nenhuma delas?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não, nem de uma.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Em que ano foi que saiu?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Deixe-me ver.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Em 1976, a PETROBRÁS soltou a situação das empresas, e o Marechal Ademar de Queiroz aparece aqui na Oxiteno do Nordeste S/A (7), no Conselho de Administração.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — É, mas como representante da PETROBRÁS.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Então, ele vem agora como representante da PETROBRÁS?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Na Oxiteno, sim.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Na Polipropileno realmente ele não aparece.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Na Estileno não aparece.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Na Estileno ele não aparece. Eu quero fazer uma pergunta a V.Sa. também. O Sr. Shigeaki Ueki foi sócio ou empregado das suas empresas.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Era empregado.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Empregado da Cebeol. O Sr. Fábio Yassuda, que foi Ministro do Governo Médici, foi seu empregado ou foi sócio da sua empresa? Fábio Yassuda.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Foi só conselheiro.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Conselheiro. O Marechal Waldemar Levy Cardoso foi sócio ou empregado de sua empresa, de uma das suas empresas?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — O Marechal Levy Cardoso é Conselheiro da PETROBRÁS e como tal se apresenta nas respectivas companhias.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Luiz Marcelo Moreira de Azevedo foi sócio ou empregado da empresa de V.Sa.?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Conselheiro.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Conselheiro. Murilo Gomes Ferreira é General. É Conselheiro da sua empresa. Eu tenho a impressão de que o Marechal Ademar de Queiroz, na Polipropileno, aparece como seu representante na constituição da sociedade, na escritura pública de 10 de outubro de 74, representando a Cebeol.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Pode ser. Não me lembro...

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Gostaria de ressaltar a minha preocupação que deu fundamento a uma advertência e denúncia à Nação brasileira, o ano passado. Coincidentemente, o mesmo grupo empresarial, Sr. Ralph Rosemberg, mudou de nome no curso dos anos, mudou de figura e de personagens, que se foram recolhendo e saindo, à sombra. Então outras personagens começaram a aparecer. Eu citei uma série delas. Citei Paulo Egidio Martins, citei Shigeaki Ueki, citei Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, também citei Ronaldo Campelo de Azevedo, Fábio Yassuda. Verdadeiramente, ocorreu o seguinte: todos foram conselheiros ligados às suas empresas. Coincidentemente, em 1968, data da administração Geisel na PETROBRÁS, iniciou-se a construção do Polo Petroquímico de Camaçari. Uma outra coincidência histórica: o Sr. Shigeaki Ueki foi levado para a direção da PETROBRÁS também de um dos setores administrativos da PETROBRÁS, em 1968. O Marechal Ademar de Queiroz foi para o Conselho de Administração da PETROBRÁS. Com a assunção do Sr. Ernesto Geisel à Presidência da República, em 1974, o Sr. Paulo Egidio foi para o Governo do Estado de São Paulo. O Sr. Shigeaki Ueki foi para o Ministério das Minas e Energia. O Sr. Luiz Marcelo Moreira de Azevedo foi ser Presidente da CESP, Centrais Elétricas de São Paulo. A pergunta que faço — e que não foi respondida — é a seguinte. Individualmente V.Sa. é um dos grandes acionistas da PETROBRÁS.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Ou alguma das suas empresas?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não. Só da COPENE.

O SR. RELATOR (Deputado João

«Os interesses particulares repelidos, em 1958, pelo então Coronel Geisel, foram aceitos posteriormente pelo então General Geisel, e essa coincidência formidável de circunstâncias propícias reuniram, no mesmo momento, em várias empresas de V.Sa., homens, que não sendo acionistas, foram conselheiros...»

Cunha) — Da COPENE? A COPENE é acionista da PETROBRÁS?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não, ao contrário.

O SR. ASSESSOR (Murilo Gomes Ferreira) — No momento, o senhor não é. O senhor o foi até 1974.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Até 1974?

O SR. ASSESSOR (Murilo Gomes Ferreira) — Empregando o dinheiro da venda da Bakol, compraram-se ações da PETROBRÁS.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — E na OXITENO do Nordeste? Ele é acionista?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não. Ele só se inscreveu, pelo que me consta, uma vez, como sócio da FINOR. Eu soube disso pelos jornais. Quanto ao resto, não sabia. Porque FINOR qualquer um pode assinar e subscrever.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Numa assembleia de aumento de capital ele não subscreveu 200 mil ações da OXITENO do Nordeste?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Ações FINOR, aquelas ações preferenciais que vão ser convertidas depois em dinheiro...

O SR. RELATOR (Deputados João Cunha) — Os altos interesses do meu País me fizeram — como fizeram aos elementos da Oposição brasileira — verificar a existência de interesses particulares repelidos, em 1958, pelo então Coronel Geisel, mas aceitos posteriormente pelo então General Geisel, e essa coincidência formidável de circunstâncias propícias que reuniram, todas elas, no mesmo momento,

em várias empresas de V.Sa., homens que, não sendo acionistas, foram conselheiros — todos os que citei... Evidentemente, verifico, no contexto dos anos, uma mudança de comportamento em relação ao grupo. E isso sugeriu a este Deputado, que tem responsabilidades para com a Nação, como todos nós, fazer esta pesquisa, como fiz, baseado em denúncia de um Marechal da República, ilustre Oficial do Exército brasileiro, Mário Poppe Figueiredo, de grandes tradições neste País, valho-me, pois, de sua denúncia, quanto ao que ele chama "história negra da Petroquímica brasileira". Em seu livro "Brasil, Gigante que Despertou", afirma S. Eva. tratar-se da história negra da Petroquímica deste País. Constatou-se, ademais, não só na petroquímica, mas em toda a estrutura econômica desta Nação, a presença do capital internacional, corrosivo, voraz. Evidentemente, as conclusões serão apresentadas pelo relator, ao final do seu parecer... Por isso mesmo, depois de ouvir o Marechal Janary Nunes, pretendo insistir mais uma vez — vou propor o requerimento ainda hoje — em que esta CPI ouça o General Ernesto Geisel, para que ele possa, melhor do que V.Sa., melhor do que este Deputado, melhor do que todos nós, ele, que controlou os destinos da PETROBRÁS e desta Nação por um espaço de 10 anos, dar-nos uma visão que nos tranquilize, uma visão que nos deixe certos da seriedade do empreendimento... É neste sentido que dou importância ao depoimento de V. Sa., porque V. Sa. teve por conselheiros homens que dirigiram a República, num processo de implantação da indústria petroquímica do Brasil, que o Marechal Poppe de Figueiredo denomina como a história negra da petroquímica brasileira. Eu me louvei na palavra de um Marechal, que, evidentemente, deve ser um homem honrado, honesto e patriota, como procuro, mirando-me no seu exemplo, também ser.

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — Essas ações foram vendidas, negociadas posteriormente.

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Vendidas e investidas lá em Camaçari (8)...

O SR. RELATOR (Deputado João Cunha) — (...) O General Geisel é sócio de V.Sa. em algumas dessas empresas do polo?

O SR. DEPOENTE (Ralph Rosemberg) — Não.

(1) Empresa do grupo de Rosemberg
(2) Na verdade, o general Golbery presidia na ocasião a Dow Química do Brasil S/A.
(3) Deputado da Arena cassado após o fechamento do Congresso em 1968.
(4) Estileno
(5) Cebeol
(6) Lokab
(7) Oxiteno do Nordeste S/A.
(8) O Polo Petroquímico de Camaçari, onde Rosemberg participa dos conselhos da Oxiteno, Polipropileno e Estileno.
(9) Resposta ao Deputado Erasmo Dias que viu propósito anti-semita na inquisição feita por João Cunha.

ESCRITOR

A Editora História publica, promove e distribui o seu livro.

Av. Prudente de Moraes, nº 15 — apto. 201 —
Cidade Jardim — Belo Horizonte — Minas Gerais.
C.F.P. 30.000

Contra a conciliação de classes

Diretor da UNE e Presidente Eleito da UEE/RS botam a boca no trombone e denunciam manobras dos adeptos da tendência estudantil que se identifica com o jornal «Hora do Povo».

No dia 22 de maio, em a Faculdade de Direito da UFRGS, tomou posse a primeira diretoria eleita da UEE/RS depois da sua reconstrução.

Estiveram presentes: além das entidades estudantis, Associações Profissionais, como médicos residentes, e o CBA/RS.

EM TEMPO entrevistou o presidente eleito, David Fialkow Sobrinho, e Fredo Ebling, diretor de Cultura da UNE, que representou esta entidade na posse.

Qual a plataforma de lutas e campanhas que Viração pretende encaminhar como diretoria eleita da UEE/RS?

David — Pretendemos realizar em todo o estado uma campanha contra o ensino pago e o aumento das anuidades e também uma campanha pela liberdade de expressão e organização dentro da Universidade. Pretendemos encaminhar também a realização de um Seminário de Ensino, no segundo semestre, onde os estudantes, junto com intelectuais e professores, começam a elaborar um projeto alternativo de Universidade.

Nosso objetivo é unir o Movimento Estudantil com os demais setores populares e operários. Uma unidade que no essencial passa por fora do parlamento, que se realiza nos bairros, nas escolas, nas fábricas e nos campos. A unidade que queremos não vai se dar no abstrato, mas sim no combate pela derrubada da ditadura militar, passo importante para avançarmos rumo a uma sociedade sem exploração.

Acreditamos que a unidade do Movimento Estudantil com os demais setores populares vai ser forjada sobre questões concretas como, por exemplo o apoio material e político aos metalúrgicos do ABC. Precisamos também construir formas mais permanentes e sistemáticas. Por exemplo: a campanha por mais verbas para a educação, e a volta ao índice de 12% do orçamento público à educação. Essa campanha deve se dar através de comandos que integrem além de estudantes, professores e funcionários, setores populares que não tenham acesso à educação universitária, como os operários, os camponeses pobres, os estudantes secundaristas etc.

— Em agosto o DEE promete realizar as suas eleições. A diretoria da Entidade, apoiada na posição de uma tendência que se expressa no jornal a Hora do Povo, considera o encaminhamento da UEE como uma atitude divisionista de setores do ME gaúcho. Como a diretoria da UEE responde a essas questões?

David — Assim como o conjunto dos estudantes gaúchos não reconheceram o DEE no pós 64, nós também não os reconhecemos como entidade. Esse aparelho sempre funcionou como um instrumento da ditadura no Movimento estudantil e nunca como entidade representativa dos estudantes gaúchos.

Os XXVIIIº e o XXIXº Congressos da UNE não reconheceram os DEEs e o DNE (Diretório Nacional de Estudantes) criados por atos de força, como entidades estudantis, mas apenas as UEEs e a UNE. Portanto não podemos concordar com a acusação de paralelismo pois não existe uma outra entidade dos estudantes gaúchos. Inclusive a atitude do DEE durante o Congresso de reconstrução da UNE em Salvador, deixou claro suas propostas políticas: sob o comando de Geraldo Rosas, então presidente, realizaram um enterro simbólico da UNE no centro de Salvador.

Quanto às eleições vamos propor ao CEE (Conselho Estadual de Entidades) uma campanha de esclarecimento e boicote.

— Mas como vocês avaliam a decisão do CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais) que reconheceu duas entidades estaduais no Rio Grande do Sul e a necessidade de fusão das duas?

David — Discordamos da decisão. O CONEG não tinha autoridade para desconsiderar decisões de Congressos anteriores da UNE. Desconsiderou também os níveis de deliberação e discussão que os estudantes gaúchos já vinham reconstruindo, como o Conselho de Entidades Estaduais, os dois Congressos e a diretoria provisória da UEE/RS. Inclusive a proposta aprovada no Coneg já tinha sido vencida no Congresso gaúcho, obtendo quatro votos contra 324. Além disso deve-se diferenciar as entidades que no Coneg votaram em tal proposta: algumas estavam realmente desinformadas. Mas outras estavam mesmo era representando interesses da diretoria e não expressando a decisão das bases.

O que existe por trás de tudo isso é uma manobra para revitalizar o DEE. Pois com o avanço das oposições em geral o DEE, como a direita em geral vai perdendo terreno e as poucas bases que mantinha. Hoje a direita no movimento estudantil só se mantém pelo oxigênio injetado por uma tendência estudantil que representa a matriz da conciliação de classe. Essa tendência, que se expressa no movimento estudantil mas também em outros setores, utiliza-se dos métodos mais reacionários para travar o movimento popular, poupando o próprio regime de um desgaste maior. Basta ver a atuação dos

“vendedores” do Hora do Povo, no Congresso da Mulher em S. Paulo, na Oposição Sindical Metalúrgica etc.

— Como vocês avaliam as posições da diretoria da UNE que, enquanto alguns de seus membros apoiam a reconstrução e eleições da UEE/RS, outros fazem campanha pelo DEE?

David — a diretoria da UNE é combativa e tem cumprido seu programa. O que ocorre é que alguns poucos membros, liderados por Marcelo Barbieri, traíram o programa eleito, numa atitude anti-democrática, e estão endossando as posições de uma corrente que se expressou em uma chapa derrotada nas eleições da UNE (a chapa “Unidade”).

Durante as eleições da UEE/RS a diretoria da UNE nomeou uma comissão com plenos poderes para julgar a situação do Rio Grande do Sul e encaminhar as decisões do CONEG. Essa comissão aceitou o recurso encaminhado pelo DCE da Universidade de Santa Maria, que anulava as decisões do Coneg, dado que estas baseavam-se em premissas falsas, como a alegada divisão do Movimento Estudantil gaúcho.

Enquanto isso Marcelo Barbieri, junto com o vice-presidente da UEE do Rio, participavam de uma reunião do DEE e passavam nas aulas da PUC propondo o boicote às eleições da UEE.

Fredo Ebling — É inegável e devemos reconhecer publicamente que a diretoria da UNE, hoje, encontra-se dividida. Existem pessoas que renegaram o programa criando um grande conflito interno na diretoria e que precisa ser resolvido. Mas o problema maior não é a existência de posições divergentes, pois isso é até normal em uma entidade democrática. O que não podemos admitir é que posições minoritárias sejam encaminhadas em detrimento das majoritárias e que as decisões do Conselho de Entidades e dos Congressos sejam desrespeitadas por qualquer membro da diretoria da UNE.

Um exemplo de desrespeito às decisões das bases, foi o que ocorreu em relação aos partidos políticos. O CONEG de Minas resolveu que a UNE como entidade apartidária seria solidária em todos os partidos que propusessem e encaminhassem lutas de interesse dos setores oprimidos. No entanto a minoria da diretoria da UNE alardeou publicamente seu apoio ao PMDB, comprometendo assim, frente aos estudantes, decisões anteriores. Isso configura claramente um desrespeito ao funcionamento democrático da entidade. No entanto no nosso estatuto e na nossa prática anterior, não temos nenhum mecanismo para enfrentar essa situação.



UnB vota greve

UnB Contra o Capitão-Repressão

A luta que os estudantes da Universidade de Brasília travam contra a permanência do Reitor José Carlos de Azevedo é na verdade contra toda a política educacional do governo. A política do Capitão-reitor na UnB representa uma balão de ensaio para ser estendida às demais universidades. Entre suas inovações se destacam: a “Universidade — Aberta”, isto é, a existência de cursos por correspondência que cotam com a participação da Fundação Roberto Marinho, como o Telecurso do 2º grau; critérios de desligamento da Universidade para alunos que tenham menor rendimento escolar, isto é, a prática do jubileamento; recusa em admitir alunos expulsos por razões políticas, mesmo que beneficiados pela anistia.

A UnB paralisou suas atividades desde o dia 20 de maio, por decisão de mais de 5.000

alunos em assembleia. No dia 26 de maio, com a confirmação do Azevedo por mais 5 anos, nova assembleia decidiu prolongar a paralisação. Nesta assembleia, o diretor regional da UNE, Ivamek Peres, defendeu a volta às aulas. Foi derrotado, apesar do seu prestígio — o que mostra bem a disposição de luta dos alunos. No mesmo dia, foi feita uma passeata até a Reitoria com palavras de ordem contra a ditadura e a Capitão, como: “abaixo a repressão e também o Capitão”.

Nos dias de paralisação, os professores se reuniram, e encaminham um debate com a comunidade universitária, sobre o futuro da UnB.

Na reunião de sexta-feira 23, quando foi lido o decreto de Figueiredo confirmando Azevedo, os professores fizeram um minuto de silêncio pela morte da UnB como instituição de ensino.

Viçosa Em greve desde o 19 de março

Os estudantes da Universidade Federal de Viçosa, estão em greve desde o dia 19 de março, reivindicando: o congelamento de todas as taxas escolares; eliminação das provas finais obrigatórias; fim do conceito R (reprovação) no currículo.

Após 30 dias de greve, com 95% de adesão, a reitoria decretou recesso de todas as atividades acadêmicas, fechando inclusive o refeitório e alojamento, com intuito de esvaziar o movimento. Durante os 17 dias de recesso, a administração, passando por cima do próprio regimento interno, baixou uma portaria que reduziu o limite de frequência de 75% para 60%, sem reposição de matérias, não se preocupando com o rendimento acadêmico, tentando com isto se isentar da responsabilidade de decretar a reprovação em massa. Devido a todas estas arbitrariedades, cerca de 95% do corpo discente corre o risco de perder o semestre letivo.

Os estudantes, na tentativa de mais uma vez superar o impasse, embora acreditando na justiça de suas reivindicações iniciais, fizeram propostas alternativas, e ao mesmo tempo foi dado um prazo até o dia 09/05 para que a reitoria desse uma resposta definitiva. Como a administração sequer apreciou o documento enviado pela assembleia dos estudantes, ficou claro a intransigência por parte da mesma.

Em assembleia geral do dia 09/05, os estudantes decidiram por uma evacuação do campus universitário, em repúdio à atitude da administração. O Comando Geral de Greve e um certo número de estudantes continuaram mobilizadas no campus, para encaminhar os trabalhos e fazer consultas jurídicas, tentando com isto impetrar mandado de segurança contra irregularidades administrativas.

O impasse continua até hoje sem perspectiva de solução.

Escolas privadas Pela unificação nacional das lutas

À medida que a entidade nacional dos estudantes não consegue se colocar como canal unificador das lutas educacionais contra o ensino pago, um conjunto de escolas vem promovendo o esforço de unificação. Esta necessidade existe porque é impossível vencer a política de privatização no âmbito de uma só escola, ou mesmo no âmbito estadual.

Dois passos vêm sendo dados na direção desta unificação. Por um lado foi marcado, para 13/14 de junho, em Belo Hori-

zonte, o I Encontro Nacional das Escolas Católicas, onde suas entidades estudantis vão buscar definir para o 2º semestre uma ação comum que oriente o combate de cerca de 350 mil estudantes matriculados. Na pauta dois pontos centrais: a luta por verbas e a questão do poder na Universidade.

Por outro lado, e mais imediatamente, os estudantes de Viçosa (em greve há mais de 3 meses — ver matéria acima), da Rural do RJ e da UCMG já decidiram atuar unificadamente.

Interventor ficou com o prédio do Sindicato...

Desde o dia 18 de abril, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo está sob intervenção do Ministério do Trabalho. Juntamente com seus bem remunerados assessores (entre eles pelo menos uma notória agente do SNI), o interventor Oswaldo Martins vai sentindo como é difícil ocupar o lugar que é de Lula e seus companheiros.

Por Vânia Almeida

Para o trabalhador que estava acostumado a ir até o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, antes de ser decretada a intervenção e, agora, se dirige até o edifício da Rua João Basso em São Bernardo para resolver qualquer assunto jurídico ou mesmo cortar o cabelo na barbearia, o choque é inevitável. Em vez daquele ambiente informal e quase familiar que havia antes, quando o Lula era o presidente, agora ele sente no ar um clima de desconfiança, um ambiente constrangedor de quem está sendo espionado em seus mínimos movimentos. De fato, qualquer pessoa que vá ao Sindicato e seja suspeita de ter simpatias pela diretoria cassada, passa a ser imediatamente seguida por um dos assessores do interventor Oswaldo Pereira D'Aguiar Batista. Os funcionários também estão proibidos de dar entrevistas e o simples bate-papo de um repórter com algum deles, desperta a atenção de algum dos novos ocupantes da Casa, que passa a fiscalizar todas as atitudes do visitante, além de esticar o ouvido de forma mais indiscreta possível.

Fora o mal estar causado pela presença do interventor, sentado comodamente na poltrona do Lula, entre os trabalhadores as notícias correm soltas. Segundo uma versão que circula insistentemente nos últimos dias, os nove assessores (Maria Aparecida Laino, Rubens Ferreira, Alvaro Lazaieni, Antonio B. Betoli, Vladimir Arienzo, Luis Antonio Gaiara, Armando Alvares Garcia, Alzira Braga Godoy, Mario Kaminsky) estão vivendo numa tremenda mordomia. Além do salário que recebem normalmente como funcionários do Ministério do Trabalho, têm a sua disposição uma diária de mil e duzentos cruzeiros per capita. Para quem paga a irrisória quantia de Cr\$ 15,00 por um almoço no Sindicato, uma diária de mil e duzentos cruzeiros é um verdadeiro escárnio em cima da categoria metalúrgica de São Bernardo, afirmam.



Metalúrgicos só voltam ao Sindicato com o fim da intervenção

Derrota do Interventor

Enquanto os assessores do dr. Oswaldo são bem pagos para fazer não se sabe o quê (segundo os trabalhadores, eles vivem remexendo gavetas e lendo papéis), os funcionários do Sindicato tiveram que se organizar para exigir seus direitos. Quando o Lula estava na presidência, todos eles recebiam o salário no máximo até o dia 5 de cada mês. Bastou o interventor assumir para haver um atraso de cinco dias e ainda por cima sem o aumento de sete e seis por cento estabelecidos pelo TRT. Acontece que o aumento salarial de uma categoria normalmente é estendido aos funcionários de seu Sindicato. Mas o interventor, alegando desconhecer o diploma legal que estabelecia essa condição, decidiu por conta própria, protelar o pagamento da taxa de produtividade.

Resultado: os funcionários elegeram imediatamente uma Comissão e foram falar com o interventor, ameaçando entrar em greve se as suas reivindicações não fossem atendidas.

Diante os repórteres que foram entrevistá-lo sobre a situação no Sindicato, o interventor tentou sair pela tangente, sem confirmar que estava, de fato, dialogando com uma comissão de funcionários, o que seria muito constrangedor admitir. Mas ficou implícito pelas suas

palavras que, na verdade, estava negociando com um grupo de funcionários para evitar que as coisas ficassem ainda mais pretas para seu lado. Oswaldo Pereira decidiu, então consultar a DRT sobre a extensão do aumento concedido aos metalúrgicos, aos funcionários do Sindicato. E a resposta foi positiva. O interventor, depois de criar toda essa confusão, prometeu pagar a taxa de produtividade no próximo pagamento do mês de junho, incluindo a quantia atrasada do mês de abril. Para os trabalhadores, isso representou uma grande vitória, pois nem o terrorismo implantando no Sindicato com a presença do interventor e seus assessores, (que inclui em sua equipe Alzira Braga Godoy, uma das ex-chefes do Departamento de Censura Federal ou como querem outros, uma agente do SNI) conseguiu quebrar a resistência dos funcionários que continuam fiéis à luta desenvolvida pelos metalúrgicos para reconquistar seu Sindicato.

Puxa-Sacos

Curiosamente, quando chega algum jornalista para falar com o interventor, seus assessores se esmeram em mesuras: "Querem um cafezinho? Já foram atendidos? O que mais vocês desejam?"

Um fato que chamou a atenção dos repórteres foi a atitude do interventor ao

responder a alguma pergunta. Ele anota a resposta num papel, a secretária pega o referido papel, vai lá fora e volta com a resposta. Sem dúvida, uma atitude intrigante. Alguns trabalhadores dizem que quem manda lá é um assessor do próprio interventor, que seria seu chefe no Ministério do Trabalho. Ora, o que fez com que o governo nomeasse para o cargo de interventor, o dr. Oswaldo e como seu assessor, seu próprio chefe, são razões que só o Golbery deve conhecer.

Outro fato interessante: apesar do zelo com que seus assessores remexem as gavetas e os papéis deixados pela antiga diretoria, o próprio interventor confessa que ainda não conseguiu descobrir nenhuma irregularidade. Mas a auditoria na contabilidade prossegue. Estão sendo levantadas ficha por ficha de cada funcionário. O interventor alega que, com o INPC a folha de pagamento foi para tres milhões e meio e precisa saber quanto ganha cada funcionário. Agora, sobre a ajuda de custo que ganha cada um de seus assessores ele diz que não sabe nada.

"Quero ver o Lula"

Alguns diretores cassados têm acompanhado ao Sindicato, quase sempre ao Departamento Jurídico, já que a maioria está sendo submetida a inquérito administrativo ou já foi demitida das empresas. Sempre sob o olhar vigilante dos "assessores" do interventor, eles conversam com os trabalhadores.

Muitos destes, aliás que não se conformam com a presença do interventor sentado na cadeira do Lula, chegam a ir várias vezes ao Sindicato, pedir para falar com o ex-presidente.

— Eu quero falar com o Lula, ouviu? disse um deles à secretária do indigitado Martins, depois de dar um murro na mesa. Enquanto a dama corria assustada para a sala do interventor, o metalúrgico desceu as escadarias do Sindicato, dando sonoras gargalhadas.

... Mas os trabalhadores estão com o Lula.

Para os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo, a sede do verdadeiro Sindicato é a Igreja Matriz. Lá funcionava inicialmente o Fundo de Greve, mas depois da intervenção, passou a ser o ponto de reunião da Comissão de Salários e Mobilização. Agora, com a saída de Lula e os ex-dirigentes da prisão, é a nova sede do Sindicato, apesar de Lula afirmar que isso de modo algum significa um Sindicato paralelo. Mas, como seus líderes estão ali, é para lá que se dirigem os metalúrgicos. Inicialmente, com o fim da greve, buscavam orientação: como proceder em caso de demissão. Depois, se acostumaram a passar lá, após o expediente na fábrica, para saber se havia algum suplemento informativo novo, ou uma nova edição do jornal "ABCD" que substitui o "Tribuna Metalúrgica", órgão oficial do Sindicato.

Agora, todo fim de tarde pode-se encontrar ali na Igreja um dos membros da antiga diretoria. Quando não estão ali discutindo os próximos passos a serem dados na luta da categoria, é porque deram uma escapadinha até o Bar do Crispim (ao lado da Igreja) para tomar um cafezinho e às vezes até um mé. O bar, forrado com jornais da época da greve, também é um ponto de reunião de jornalistas e metalúrgicos. E, quando a última leva de trabalhadores detidos em piquetes foi solta pelo DEOPS, houve ali uma festinha dos metalúrgicos, com muita batucada e cervejinhas geladas.

A tranquilidade é apenas aparente. Enquanto os responsáveis pelo Fundo de Greve falam em reativar os Comitês de Solidariedade para possibilitar ampla ajuda aos demitidos, a direção está preocupada em mobilizar a categoria para a reconquista do Sindicato e exigir eleições (já se pensa, inclusive, em comprar uma petua com alto-falante, para a ida às fábricas) o mais breve possível. Lula já afirmou que vai lançar uma chapa, possivelmente com toda a ex-diretoria cassada. E Osmarzinho insiste na necessidade de se manter a categoria informada sobre tudo que está acontecendo, inclusive a atitude que deverá ser tomada pelos dirigentes, face a anunciada divisão do Sindicato em nove, uma nova sacanagem do ministro Murilo Macedo para tentar acabar com a resistência dos metalúrgicos de São Bernardo.

Mas o moral está bastante elevado. Antes da assembleia do dia 25 em Vila Euclides, membros da diretoria percorreram as portas das fábricas (especialmente as montadoras, Volks, Scania, Ford, Mercedes) distribuindo boletins de convocação.

Apesar de o ministro não reconhecer a diretoria cassada e até se recusar a dialogar com ela, para as multinacionais eles parecem ser os legítimos representantes dos trabalhadores, embora gostassem que fosse exatamente o contrário. A Ford, por exemplo, curvou-se ante essa realidade e fez um acordo com os diretores afastados. Permitiu que

fossem lá no pátio da empresa distribuir manifestos. Enquanto os líderes gritavam: "Companheiros, a luta continua. Queremos o fim da intervenção", os operários disputavam o boletim e faziam o sinal de positivo com os dedos. Na Volks, apesar da violenta repressão interna que os operários estão sofrendo (os que foram reconhecidos como líderes, são chamados na Segurança e tomam chá de cadeira durante horas, além de serem humilhados e obrigados a dizer que gostam da Volks e pretendem continuar trabalhando ali), a reação foi semelhante. Todo mundo queria os boletins e o jornal ABCD. Na Mercedes, a Polícia apreendeu cinco mil jornais e levou dois trabalhadores, mas soltou logo depois, enquanto o pessoal dizia para os ex-diretores: "O Sindicato está de novo aqui. Puxa, que legal".

Situação de cada um

A reivindicação de estabilidade por um ano, que constava da pauta discutida com o grupo 14 da FIESP durante as negociações, era bem justificada. As empresas afinal se aproveitaram da situação e com a desculpa da greve estão demitindo milhares de metalúrgicos. Mais de 4 mil, segundo a diretoria, dos quais pelo menos 1500 por justa causa.

Entre eles, estão os ex-diretores do Sindicato. Vejamos a situação de cada um: Nelson Campanholo, que dirigiu as assembleias, depois da prisão de Lula e Severino, está aguardando o resultado de um inquérito administrativo da Karman Ghia e deverá ser demitido por justa causa. Manoel Anísio Gomes está sofrendo o mesmo tipo de inquérito na Polimatic, empresa onde trabalhava. Devanir de Carvalho está em conversações com a diretoria da Volks que quer mandá-la embora, sem direitos. O ex-vice presidente do Sindicato, Rubens Teodoro da Silva, esteve na Mercedes para trabalhar e a empresa mandou que voltasse na semana seguinte, quando provavelmente deverá ser demitido. Severino Alves da Silva e Gibson Correia de Menezes, da Scania, foram demitidos, mas tiveram mais sorte e devem receber seus direitos. Lula foi afastado da Equipamentos Villares por um ano, com licença remunerada. Depois, não se sabe. Quanto a alguns membros da Comissão de Salários e Mobilização, a situação é caótica: Osmarzinho, Alemão, Batista estão desempregados assim como dezenas de outros líderes e as perspectivas de conseguirem emprego são ínfimas. Afinal, o DEOPS, como já foi denunciado na Assembleia do dia 25, em Vila Euclides, fez o favor ao Murilo Macedo, de enviar os nomes dos líderes da greve a todas as empresas. E quem não era ainda conhecido como dirigente, ficou sendo.

Contra a divisão sindical: eixo da luta no ABC

Na assembléia de domingo, 25 de maio, os trabalhadores de São Bernardo voltaram a Vila Euclides, iniciando o balanço da greve que durou 41 dias. Na ocasião, Lula anunciou a luta contra a divisão do sindicato, posição retomada por Keiji, do Comando e do Fundo de Greve que também falou ao *EM TEMPO* sobre a maior mobilização sindical já ocorrida no País.

Por Tom Duarte e Eder Sader

— O que representou a assembléia do domingo, 25 de maio e a presença de 15 mil trabalhadores no Estádio de Vila Euclides, depois de 41 dias de greve?

Keiji — Apesar da assembléia não ter sido tão massiva como as realizadas durante a greve, tanto o comparecimento de trabalhadores, como os assuntos nela tratados, fizeram com que fosse muito importante. Em primeiro lugar, pudemos ter uma ideia geral de como a categoria se mostra organizada e disposta para continuar a luta. A assembléia não foi tanto de palavras de ordem, mas de esclarecimento. Transformou-se mais numa avaliação do que foram os 42 dias de greve, porque São Bernardo, mesmo fazendo 42 dias de greve não consegue um aumento enquanto outras categorias com um ou dois dias recebem tratamento diferente que nós. Vimos exatamente as explicações para a cassação e prisão dos dirigentes, a proibição da realização das assembléias no Estádio, a repressão que se abateu sobre os trabalhadores, etc.

A questão é que São Bernardo passa a ser uma porta aberta para uma série de lutas que vêm daqui para frente e, por isso mesmo, o governo quis por todas as formas interromper o nosso movimento, evitar que ele servisse de exemplo para as demais categorias de trabalhadores. E creio que hoje todos os metalúrgicos têm claro, como ficou demonstrado na assembléia.

— Vocês estariam programando um trabalho mais intenso de avaliação por setores, bairros, etc., de maneira a permitir uma participação mais ampla dos trabalhadores de base?

— Em pequena escala, isso já está sendo feito, e além disso, programamos ampliar esse processo. Mas é preciso ter claro que o que se vai fazer agora é muito diferente do ano passado, já que a avaliação foi feita por nós a cada dia da greve. Inclusive, é preciso dizer que estávamos um pouco preocupados com a assembléia do dia 25, já que não tínhamos nenhuma novidade (perspectiva de reabertura de negociações, por exemplo) para apresentar aos companheiros. Mas o que mobilizou bastante, no meu entender, foi a posição do governo, através do ministro do Trabalho, em querer dividir os sindicatos do ABC. E pelo que se viu na assembléia, é que ninguém aceita essa manobra e estará disposto a lutar muito contra ela. Aliás, a luta contra o “esquartejamento” do sindicato, como chamou o Lula, será um ponto unitário de luta não apenas no ABC, como para todos os trabalhadores do Brasil. Porque, não há nada mais avançado no movimento de massas no Brasil, do que em São Bernardo, particularmente. E querer dividir onde o movimento é mais avançado, onde o capitalismo é mais concentrado, onde as contradições aparecem mais, é certamente querer decretar a morte do movimento de massas no Brasil. E isso não só a categoria entende muito bem, como o restante dos trabalhadores brasileiros haverão de compreender.

— Uma das novidades surgidas na assembléia foi a resolução de instalar a diretoria do sindicato na Igreja Matriz. Isso pode representar alguma forma de sindicalismo paralelo?

— É apenas questão de palavra. Primeiro, a gente não considera paralelo porque a gente não tem o sindicato; O Sindicato que a gente aceita é o

sindicato com a diretoria que temos aí, Lula, Djalma, Severino, Ruhens e o resto do pessoal. E não somos só nós do Comando e da Comissão de Salários que pensamos assim, é toda a categoria também. E isso pode ser constatado na própria assembléia: os trabalhadores, espontaneamente passaram a gritar o “sindicato somos nós”, “Lula é o nosso presidente”, etc.

Por isso, está mais do que claro para todo mundo que quem dirige o movimento sindical no ABC é esta diretoria. Evidentemente que o prédio, suas instalações é importante e a gente vai tentar retomar isso aí, buscando colocar essa diretoria novamente à frente do sindicato. Pode ser difícil, mas qualquer tentativa de compor com o interventor, seria aceitar a intervenção, coisa que de maneira alguma podemos aceitar.

É por isso que eu acho que o sindicato não é paralelo; seria paralelo na medida em que, caso houvesse uma diretoria eleita pelos trabalhadores, fossemos criar outras estruturas. Na medida em que temos um interventor, o trabalho da diretoria deposta pelo governo, na Igreja não só é justo, como não significa, de modo algum, paralelismo sindical.

Evidentemente, a aplicação dessa orientação era bem difícil. Ninguém vai poder fazer operação tartaruga numa linha de montagem. Em determinados setores da fábrica você pode boicotar, em outros não. Por exemplo, o trabalhador não boicotar o controle de qualidade. Então, esse tipo de proposta pode ser feito, mas aplicado de maneira diversa em cada setor da fábrica. Mas como será feito isso? Com a gente incentivando os trabalhadores a se organizarem dentro da fábrica, porque lá dentro, eles saberão como e onde boicotar mais eficazmente a produção, qual a melhor forma de pressão a ser feita dentro da fábrica. E isso só é possível através da organização e discussão de grupos dentro da fábrica.

— Os trabalhadores estão fazendo horas-extras?

— Sim, o pessoal está fazendo. Mas por dois motivos: um, evidentemente, é para compensar os descontos. E o outro, para ir desde já formando seu fundo de greve pessoal para a próxima campanha salarial, aproveitando a experiência deste ano.

— Que tipo de organizações se criaram durante a greve e que sobrevivem nas fábricas?

— Primeiro, a organização se deu nos bairros. Os trabalhadores de diversas fábricas se reuniam para discutir a greve. Em alguns locais, essas reuniões contavam com mais de 500 trabalhadores. Pessoas que de madrugada faziam piquete nos ônibus, às seis horas distribuíam boletins, às 10 horas faziam avaliação desse trabalho. À tarde saíam novamente para “piquetear” os ônibus e a tardezinha novamente voltavam a avaliar o trabalho. Nesses grupos, ao mesmo tempo, o pessoal começou a avaliar a situação de cada fábrica. E aí surgiram várias comissões de fábrica, com pessoas discutindo questões tais como volta ou não ao trabalho, como se manter organizado, como encaminhar o trabalho lá dentro. Então, é por isso que se pode falar de comissões, não de comissões legalizadas, comissões clandestinas, mas que têm uma liderança e que coordena o trabalho dentro da fábrica. Para mim esse é o maior saldo organizativo da greve.

— E o Fundo de Greve?

— O Fundo de Greve começou centralizado na Igreja Matriz. Depois, foi descentralizado em oito postos. E nesses postos foram eleitos, em assembléias locais para assumir aquela função durante todo o ano, nos bairros, respondendo pela filiação ao Fundo de Greve, a arrecadação de fundos, a convocação de reuniões, a distribuição de boletins, etc. Por exemplo, essa estrutura foi importante para a distribuição de boletins. No começo, a gente, depois de ter listado as Igrejas de São Bernardo e da Zona Leste de São Paulo, teve uma certa dificuldade na distribuição: quatro ou cinco pessoas levavam até seis horas para distribuir esses boletins. Depois a gente melhorou o esquema: elegemos alguns pontos centrais, vinham os companheiros levavam para outras zonas e daí para cada bairro, em progressão geométrica. Em três horas o boletim estava nas mãos do trabalhador. E toda esta estrutura está montada, é bom que se frise.

— Quanto foi arrecadado pelo Fundo de Greve?

— O Fundo de Greve recebeu, aproximadamente, 11 milhões de cruzeiros provenientes do Comitê de Solidariedade instalado na Assembléia Legislativa, que foi o setor que mais contribuiu.

— E a Unidade Sindical?

— A Unidade Sindical arrecadou mais ou menos um milhão de cruzeiros, nacionalmente. Com todas essas contribuições pudemos distribuir mais de 500 toneladas de alimentos, a perto de 30 mil famílias de grevistas, atingindo, com isso, cerca de 140 mil pessoas.

E preciso enfatizar que esse trabalho não terminou. Ainda estamos distribuindo alimentos para o pessoal demitido, principalmente aqueles que foram mandados embora por justa causa, incluindo-se aí muitos companheiros ativistas. Em função disso continuaremos arrecadando mais dinheiro, preparando, igualmente, o nosso caixa para enfrentar as próximas lutas. Nesse sentido temos duas propostas. Uma é de no dia 30 passar nas fábricas, pedindo a colaboração com os mensaisistas e no dia 10 com os horistas. A outra é a realização de uma festa nos dias 21 e 22 de junho. Agora isso, estamos transando aquele show que o pessoal do Chico Buarque de Holanda se dispôs a promover, não só em São Paulo, mas em Belo Horizonte, Porto Alegre e no Rio de Janeiro.

— Em entrevista ao “EM TEMPO”, o Osmarzinho falou sobre a necessidade de transformar o sindicato de São Bernardo, num sindicato livre do atrelamento ao Ministério do Trabalho. Como vocês interpretam essa proposta?

— Bem, eu acho que a questão do desatrelamento e a formação do sindicato livre é feita através de rompimentos. São Bernardo tem dado o exemplo: em 1978, quando era proibido fazer e não se fazia greve, São Bernardo fez greve. Naquela ocasião, o governo e os patrões achavam que a greve desmontou das fábricas e ninguém pensava que o sindicato oficial, atrelado, pudesse assumi-la. E o sindicato, com uma diretoria combativa, mas, com pouco tempo de atuação, fosse assumir a greve. E foi assim o primeiro rompimento. No segundo ano, em 1979, houve já uma preparação para a greve a

partir do sindicato e que durou 14 dias, mesmo com a intervenção na entidade. E este ano o negócio foi ainda mais além.

Então, o rompimento com o atrelamento está se constituindo numa constante do dia a dia. Outra coisa: creio que não se propõe e não se consegue sindicato livre de uma hora para outra, que se possa dizer para os trabalhadores, “pessoal, amanhã nós temos sindicato livre”. Essa questão do sindicato livre está já na prática do sindicalismo que está sendo feito em São Bernardo, cujo sindicato tende a ser um sindicato livre. Isto é, um sindicato que ignora a lei de greve, ignora o Ministério do Trabalho e age por conta própria. É já um desatrelamento: isto não está legalizado, mas de fato já ocorre na nossa prática.

— Estamos há exatamente 15 dias da assembléia que decretou o final da greve. Naquele dia, foi proposta a “guerra nas fábricas”, ou seja, a marcha lenta e a sabotagem na produção. Qual o saldo disso tudo?

— Primeiro, é preciso explicar algumas questões. É necessário entender que essas palavras de ordem foram lançadas numa ocasião em que o clima aqui em São Bernardo estava muito pesado. Havia uma revolta muito grande do pessoal mais ativo na greve, que não aceitava a prisão dos companheiros e com a volta ao trabalho de um número já apreciável de grevistas.

— E para vocês, porque se dava essa volta?

— A gente procurou através da comissão de salários e do comando de greve, fazer um levantamento completo junto aos companheiros nos bairros, para tentar ver quais as razões da volta ao trabalho e qual o clima existente. E chegamos a uma conclusão: o pessoal estava voltando por um desgaste provocado pela greve prolongada e não exatamente por causa dos problemas econômicos, porque, pelo menos imediatamente, eles não iriam se resolver com a volta pura e simples. O que não quer dizer que a questão econômica não tivesse tido influência.

E preciso reconhecer que não tivemos capacidade para manter mobilizados os trabalhadores que estavam em greve mas não tinham uma participação mais ativa na greve. Foi mesmo uma falha e devemos fazer uma autocritica a esse respeito. Pois dá para entender que depois da primeira semana em casa, o trabalhador sem ter alguma coisa para fazer durante o dia, começa a sentir a harra pesar. Já para os ativistas - perto de 10 mil envolvidos na greve - o dia passava soando, tanta era a atividade a ser desenvolvida nos bairros, na porta de fábrica, nas assembléias, etc.

— Mas como se deu a volta? Foi cumprida a orientação da última assembléia?

— A nossa preocupação era voltar organizada para as fábricas. E naquele clima de revolta de que falei há pouco, voltar organizadamente significa não fazer horas extras, reduzir o ritmo de trabalho, boicotar a produção. Essa orientação era um reflexo, também, do estado de ânimo dos trabalhadores que estavam voltando, que não questionavam a greve como instrumento de luta, não questionavam a direção da greve, não questionavam o sindicato, etc., diversamente do que ocorreu no ano passado.

ENTOES:

Avança a preparação

A preparação do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), prevista para os dias três e quatro de agosto, avança aceleradamente. Dois Estados — Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul — já realizaram suas primeiras reuniões regionais, devendo o mesmo ocorrer em São Paulo, no dia 14 de junho.

Nomes expressivos do sindicalismo, como Luís Inácio da Silva, David Moraes, dos jornalistas, Augusto Campos, dos bancários Jacó Bittar, dos Petroleiros de Paulínia, Paulo Skromov do Sindicato dos Couros, José Ibrahim, ex-presidente do sindicato de Osasco, deverão participar do ENTOES/Regional São Paulo, cuja preparação vem contando com a decidida participação de várias Oposições Sindicais, particularmente da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

RIO DE JANEIRO

Cerca de 250 delegados, pertencentes a 16 categorias, participaram do primeiro Encontro Esta-

dual de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, realizado no Rio de Janeiro, no dia 25 de maio, que contou, além de oposições sindicais, com a presença de dirigentes de Sindicatos dos Metalúrgicos, Vidreiros, Engenheiros e Radialistas e da Comissão Estadual de Professores (CEP).

O aproveitamento da experiência grevista do ABC paulista, com ênfase no trabalho junto aos movimentos de base nos bairros, escolas, igrejas, etc., o esforço para a unificação, a partir da base, dos trabalhadores organizados na Central Única dos Trabalhadores (CUT) que rompa com o cupulismo sindical, foram alguns dos principais temas discutidos no encontro. Na mesma ocasião, embora criticassem o atual imobilismo da chamada Unidade Sindical, os participantes avaliaram ser importante ocupar o espaço por ela representado, rechaçando o paralelismo.

Ao final, foi eleita uma coordenação constituída por 43 sindicatos pelos diversos grupos de trabalho e que deverão representar o Rio de Janeiro no Encontro Nacional, em agosto.

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.

Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos: Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Uberlândia e Fortaleza.



Oposição vence nos engenheiros de BH

Foi a primeira vez em trinta anos que uma chapa alternativa se colocou como opção às eleições do Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais. E nem mesmo a presença na chapa de continuidade do atual prefeito de Belo Horizonte, Maurício Campos, do presidente do Conselho Regional de Engenharia, do presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros e do sub-secretário da Viação e Obras Públicas, conseguiu evitar a vitória da chapa *Atualização sindical*, de oposição.

O resultado das eleições (131 votos para a oposição e 116 votos para a situação) é bem uma evidência do esvaziamento da entidade nestes anos. De cerca de 22 mil engenheiros existentes em todo Estado, apenas 1.500 são sindicalizados; destes, sintomaticamente apenas 358 se mantêm em dia com a entidade.

Formada a partir de atividades encaminhadas pelo Centro de Estudos de Engenharia desde 1978, a diretoria eleita já tem claro que "com esse atual quadro de membros o sindicato jamais será representativo. O principal para a gente agora é abri o sindicato à participação e fortalecê-lo."

Os novos engenheiros: quem são?

Em 1978, uma chapa de oposição foi vitoriosa no Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul. Neste ano, uma chapa de engenheiros mais combativa foi também eleita para o Estado do Rio de Janeiro. E em São Paulo, estão ocorrendo eleições nas quais se procura quebrar o monopólio da direção do Sindicato por tendências continuistas e governistas. Caberia perguntar até que ponto a emergência desse sindicalismo combativo expressa uma tendência mais profunda da categoria em passar por um processo análogo ao ocorrido com os médicos, que têm se envolvido

de forma massiva em conflitos trabalhistas.

"A realidade atual do engenheiro aponta para pontos que a nova diretoria do sindicato vai ter que dar toda atenção", observa o pessoal da chapa eleita. Entre a faixa de engenheiros formados no período recente tem-se agravado o problema do desemprego. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Departamento de Engenharia Industrial da UFMG, houve nos últimos cinco meses uma queda de 50 por cento no oferecimento de empregos na área em relação aos sete meses anteriores. E mais: dos quase dois mil engenheiros que se formam anualmente, apenas cerca de 60 por cento encontram emprego à disposição.

"O problema do mercado de trabalho do engenheiro é fruto da conjugação de dois fatores: em primeiro lugar, deriva dos cortes recentes nos gastos de empresas públicas e de capital misto (por exemplo, o diretor do DNER declarou recentemente que a entidade está devendo 1 bilhão de cruzeiros às empreiteiras da construção civil o que já refletiu no corte de 4 mil empregos na área); em segundo lugar, é agravado pelo fato de não existir no Brasil um campo de desenvolvimento tecnológico, devido à importação indiscriminada de tecnologia. Para se ter uma idéia, conforme dados de um trabalho publicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em agosto do ano passado, enquanto nos Estados Unidos o número de cientistas e engenheiros envolvidos em trabalho de criação tecnológica é de 21 para cada 10 mil habitantes e nos países mais avançados da Europa é de 11 a 12 para o mesmo número de habitantes, no Brasil se computarmos também o pessoal docente nas faculdades de engenharia esse índice chega a um. Quer dizer: há um achatamento do mercado de trabalho devido a esta situação, além dos problemas de deformação do ensino".

"Outro fato novo é o que diz respeito a crescente especialização do trabalho do engenheiro. Anteriormente ao período recente de industrialização, quando predominavam as prestações de serviço em obras públicas, o engenheiro desenvolvia uma função mais complexa, na medida em que ele tinha que lidar com fundamentos de economia, de administração. Então ele era um assalariado em função técnica mais complexa. Hoje a maior parte dos engenheiros, com exceção daqueles que trabalham em empresas de construção de menor porte, não ocupam posições de chefia, de comando, mas executam funções mais especializadas".

Apesar disso, "seria difícil generalizar sobre a condição profissional do engenheiro devidos aos diferentes ramos existentes. Por exemplo: a engenharia civil no Brasil tem uma tradição, detém um know how que outros ramos não têm, como o elétrico, setor onde toda a indústria de equipamentos está nas mãos de empresas estrangeiras".

Tecnologia: a serviço de quem?

"Outro ponto que julgamos importante e para o qual tem sido sensíveis os engenheiros mais velhos principalmente aqueles ligados a setores industriais onde se promoveu uma importação indiscriminada de tecnologia, é o da defesa da engenharia nacional, voltada para os interesses da população".

"O argumento técnico tem sido utilizado frequentemente para justificar decisões de cunho político que vêm em prejuízo da população e alijar eventuais oposições. Assim julgamos importante que tenhamos um papel de emitir pareceres técnicos da categoria junto a instituições técnicas, de defesa do meio ambiente ou do patrimônio nacional e de defesa comunitária."

Enfim, listar todas as nossas divergências seria ocupar toda a página do "Piquetão".

Entretanto, por isso mesmo, sentimo-nos no maior direito de protestar contra a campanha desatada pelos órgãos de repressão e pelo governo contra os apoiadores e contra o próprio jornal, que num espaço bem curto de tempo foram vítimas de prisões, atentados à bomba em sua sede, no Rio de Janeiro e mais recentemente, contaram com duas edições apreendidas.

Defendemos, embora não concordando com sua linha editorial, o direito de "Hora do Povo" continuar circulando livremente, da mesma forma que reivindicamos a liberdade de expressão para todas as correntes de opinião, particularmente àquelas que, como a "Hora do Povo", apesar de todos os seus equívocos e deformações, se reivindicam do movimento popular.

Greve em Cuiabá

Cerca de 300 motoristas e cobradores da Viação Nova Era, empresa que monopoliza o serviço de transportes coletivos de Cuiabá, Mato Grosso do Norte, entraram em greve no domingo, 25 de maio. Os do guidão e do troco, cansados da vida dura e da miséria, reivindicam 100 por cento de aumento e melhores condições de trabalho.

Sudoeste baiano

Os 12 mil trabalhadores dos cafezais do sudoeste baiano continuam firmes em sua greve, deflagrada no dia 12 de maio, liderados pelo sindicato rural de Vitória da Conquista, pela Federação Baiana e pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Os da peneira batem pé firme em sua reivindicação de diária de Cr\$ 220,00, enfrentando a irredutibilidade dos patrões que, por sua vez, não querem passar de Cr\$ 130,00, não aceitando nem mesmo a proposta de conciliação da Delegacia Regional do Trabalho, que propôs uma diária de Cr\$ 155,00.

Curioso neste episódio, é a delicada posição do deputado Elquison Soares, um dos líderes da "Tendência Popular" do PMDB. Proprietário de uma fazenda de café, Elquison Soares ficou em cima do muro: não participou das reuniões dos patrões e nem levou sua solidariedade aos trabalhadores, o que também não deixa de mostrar as contradições enfrentadas por certos políticos oposicionistas.

Carreiros/ABC

Motoristas de todo o país deverão encontrar-se em São Bernardo do Campo, nos dias 16, 17, 18 e 19 de junho, para participar do primeiro Encontro Nacional de Carreiros. Na oportunidade, os da carreta deverão debater, juntamente com autoridades do setor de transportes, todos os problemas enfrentados pela categoria que, além de sofrerem a maior exploração de parte das empresas transportadoras, vêm enfrentando inensa repressão e extorsão da Polícia Rodoviária Federal.

Jari Florestal

A Jari Florestal e Agropecuária, empresa do multibilionário americano Daniel Ludwig, além de exploradora das riquezas nacionais (tarefa para a qual recebe aquele apoio do governo brasileiro) é, além de tudo má pagadora.

Agora, por exemplo, surge mais uma boa dos gringos: eles estão se negando terminantemente a pagar a quantia de 338 mil cruzeiros devidos aos estivadores que trabalham no porto particular da empresa, em Mungaba, no Pará.

Motoristas/ABC

Pela terceira vez consecutiva foram impugnadas as eleições para o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do ABC. A iniciativa partiu da Delegacia Regional do Trabalho, que alegou a falta de "quorum" existente. Com isso, a DRT tomou a decisão de intervir no sindicato por seis meses — o que na prática significa manter a pelegada no poder, já que são unha e carne com os representantes do governo.

É interessante ver que em todas as votações anuladas, a chapa dois, de Oposição Sindical, contou com 90 por cento dos sufrágios.

Jornalistas/SP

Há cerca de dois meses circulou pelas redações de São Paulo, um manifesto propondo a reativação do Movimento de Fortalecimento do Sindicato (MFS), fundado em 1972 pelos jornalistas democratas para combater a pelegada que se entrincheira, du-

rantê anos, em sua entidade de classe. Responsável pela eleição de Audálio Dantas e, posteriormente, de David de Moraes, o MFS refluíu, já que todos os seus integrantes entendiam que sua missão estava encerrada com a derrota dos pelegos. A partir daí, então, a tarefa dos jornalistas era fortalecer o seu sindicato atuando em suas estruturas e canais criados, tais como a diretoria, assembleias, comissões, jornal, e no Conselho de Representantes das Redações (CRRR), criado durante a atual gestão.

Por isso, não deixou de causar um certo espanto a proposta de reativação do MFS, já visto que a existência de movimentos paralelos ao sindicato tinha perdido todo sentido de existir, tendo em vista as condições atuais da entidade, democrática e aberta a todos os integrantes da categoria. E a estranheza aumentou quando se tomou conhecimento do teor das justificativas para o "renascimento" — o sindicato estava distante da categoria e esvaziado, havia um desalento nas redações e — pasmem — o sindicato estava excessivamente voltado para atividades externas à categoria (sem dúvida um prato cheio na mão da reação patronal e governamental, que nos últimos tempos desencadeou uma intensa campanha de calúnias e difamação sobre a diretoria presidida por David de Moraes).

Irônicamente, a primeira reunião de organização do MFS teve que ser adiada, justamente em função da necessidade de poio à greve do ABC, ou seja, com toda a justiça, os trabalhadores da imprensa entendiam que a luta que ocorria "lá fora", era também a sua luta.

Finalmente, na segunda-feira, 26 realizou-se a tão esperada reunião. Após a leitura do manifesto original, que anteriormente havia recebido uma equilibrada, porém contundente resposta da diretoria (diga-se de passagem que seis dos atuais 26 membros da diretoria o haviam firmado) o ex-presidente do sindicato e hoje deputado federal (PMDB) Audálio Dantas procurou mostrar os objetivos do MFS/80, segundo ele construídos, até de apoio a diretoria, etc. etc. No entanto, por mais que se esforçasse, foi incapaz de dirimir uma série de dúvidas que assaltava as cabeças dos quase 250 jornalistas presentes.

A intervenção de Dantas foi rebatida inicialmente pelo diretor Antônio Carlos Ferreira, que questionou fundamentalmente, assim como vários oradores que o sucederam, o verdadeiro caráter do MFS. Segundo Tônico, o MFS/80 escamoteava as condições objetivas que determinavam os problemas enfrentados pela categoria (sobretudo as mais de 300 demissões e a repressão que se seguiram à greve do ano passado), ao mesmo tempo em que mostrava a omissão dos articuladores desse movimento na vida sindical, principalmente a partir da greve.

Entretanto, embora não se pudesse exigir um acordo sobre as causas dos problemas, havia uma questão fundamental em jogo: a nova versão do MFS ocultava o seu caráter de oposição à diretoria, contribuindo, assim para aumentar a confusão e ampliar a divisão entre os jornalistas paulistas. Que o MFS se assumisse enquanto oposição e passasse a funcionar dentro dos canais sindicais, aumentando o comparecimento de seus membros às assembleias e eventos da entidade, invertendo a prática de muitos dos seus signatários.

Quase ao final, a grande surpresa: esclarecidas as posições a grande maioria dos presentes começou a se retirar do auditório "Vladimir Herzog". Lá dentro, pouco mais de 40 dos duzentos e tantos profissionais que firmaram o manifesto, pouco mais tinham a fazer, do que marcar uma nova reunião para as semanas seguintes. O presidente da mesa, Quartim, sequer se animou a formar as diversas comissões que anunciara no início dos trabalhos.



“É agora que minha carreira sindical está começando”

Por Flávio Andrade, Tom Duarte e Eder Sader.

Na última quarta-feira, 28 de maio, o EM TEMPO foi à casa de Lula para um papo sobre o que pensa e o que fará, agora, o dirigente sindical e líder do PT, recentemente libertado da prisão. Na casa, a agitação era grande: dezenas de pessoas entravam e saíam para tratar dos mais diversos assuntos. E o telefone tocava sem parar. Em meio a este movimento, e ainda sob o rescaldo da assembléia dos metalúrgicos e do Encontro do PT paulista ambos no fim de semana anterior, Lula falou durante mais de duas horas e sobre tudo. Ainda que com dificuldade, pois arrancara tres dentes na noite anterior. Aqui, e nas três páginas seguintes a íntegra de seu depoimento.

— **Prá começar, Lula: antes da deflagração da greve, vocês previam os rumos que o movimento veio a tomar, e com todas as suas consequências? Vocês previam a possibilidade de intervenção, prisão etc? Enfim, vocês se assustaram ou não com o desenrolar da repressão do regime?**

— Não foi susto nenhum. Tudo que aconteceu já estava premeditado por eles e previsto por nós. Nós sabíamos que a partir de São Bernardo o movimento sindical brasileiro poderia continuar acordado e que igualmente, a partir de nós o governo poderia tentar calar os trabalhadores. Era claro que o governo não poderia intervir nos sindicatos sem nos prender ao mesmo tempo. O que eu não esperava é que o governo abrisse as portas do Banco Central e do Banco do Brasil para sustentar as empresas até onde fosse necessário para os seus fins contra os trabalhadores. Eu tenho informações de que a Termomecânica — que fez acordo direto e em separado conosco — até hoje está sofrendo pressões do governo. Eu tenho também informações de que várias empresas que se dispuseram a negociar foram impedidas pelo governo. Era proi-



A luta agora é pela retomada do sindicato

bição mesmo de que elas conversassem conosco, diferentemente do ano passado. Esta dureza toda não estava prevista. O restante, estava tudo previsto.

— **E sua carreira sindical, ela terminou? O Murilo Macedo, hoje, fala, categoricamente, que você é irrecuperável. Isto também era esperado por vocês?**

— Do ângulo sindical que tem o Murilo Macedo ela terminou...

— **E com esta você contava?**

— Contava sim... Agora, do meu ponto de vista sindical, minha carreira agora é que está começando. Porque eu acho que sindicato é muito mais que o prédio. É você estar com os trabalhadores, reunindo nas portas das fábricas, nos bairros, independentemente do local, da sede. Isto não quer dizer sindicato paralelo, funcionar paralelamente, porque amanhã a gente pode recuperar aquele sindi-

cato. O que quero dizer é que nós vamos continuar atuando como dirigentes sindicais pois fomos eleitos pela categoria e não pelo Murilo Macedo.

— **Concretamente, vocês vão partir para a criação de uma estrutura organizativa própria, fora do sindicato?**

— A luta prioritária agora é pela retomada do sindicato. Nós podemos até criar algo à parte para podermos funcionar mas será com o objetivo de retomar o sindicato.

— **Mas o futuro de sua carreira depende de você vir a ser elegível após a retomada do sindicato. Você acredita nessa hipótese?**

— Eu não estou preocupado com a pessoa do Lula, se ele será ou não elegível.

— **Mas os leitores estão. Querem saber o que será da sua carreira sindical?**

— Ela não acaba, pois vejam bem, o pessoal do Comando de

Greve e do Fundo de Greve tinha uma importantíssima atuação mesmo sem serem dirigentes sindicais. Agora, a bem da verdade, eu vou brigar para voltar a ser o Presidente do Sindicato.

— **Mas no caso da intervenção ser suspensa, as eleições serem convocadas e você ser vetado, então você acha que nestas condições deveria-se candidatar uma chapa composta por nomes “limpos”?**

— Se não for possível a gente voltar... eu acho que o melhor é formar uma chapa com aqueles elementos que melhor representam os trabalhadores. Nós temos dezenas de companheiros, quem sabe, em condições de fazerem até melhor do que a gente fez.

— **Se isto ocorrer como fica a diretoria deposta? Ela será a diretoria de fato numa espécie de jogada para contornar a lei repressiva? E a nova apenas de direito? O que lhe parece esta hipótese?**

— Não. Nosso pensamento é que uma diretoria eleita será realmente dirigente e nós estaremos na base acatando aquilo que as assembléias e a própria diretoria decidirem.

Eu vou brigar para voltar a ser Presidente do Sindicato

— **Mas vamos voltar à questão de sua carreira. A continuidade de sua carreira sindical, enquanto dirigente com um cargo eletivo, poderá ter continuidade através da criação da Central Unica dos Trabalhadores, da CUT. O que lhe parece? E mais: isto pode ocorrer no curto prazo ou não?**

— É uma possibilidade, os trabalhadores estão cada vez mais sentindo a necessidade desta Central e ela virá. Mas creio que será um processo de médio prazo; não é para já. Agora, enquanto eu tiver vínculos com a minha categoria, sem dúvida que eu vou brigar para participar disto. Eu quero deixar claro o seguinte: o Murilo Macedo disse que eu sou irrecuperável para o movimento sindical. Eu acho que duas coisas têm que ficar bem claras. Primeiro, não fui eleito pelo Murilo Macedo; segundo, ele deveria entender que irrecuperável é ele, e para a sociedade brasi-

leira. E eu não sou.

— **No segundo semestre deste ano vai se dar o CONCLAT — Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras. Será que daí poderá nascer a CUT de que falávamos?**

— Eu não tenho participado da organização do CONCLAT por motivos que independem da minha vontade. Agora eu acho que se o CONCLAT for feito da forma conservadora como está parecendo, ele pode não contribuir para a organização dos trabalhadores.

— **O que é esta forma conservadora?**

— Existem algumas pessoas que estão na organização deste CONCLAT e que não estão se preocupando com as pessoas que poderão contribuir ou não para este Congresso. Há pessoas que estão articulando este CONCLAT e que acham que dele deve participar o Ari Campista, o Magaldi e outros mais, todos os traidores da classe trabalhadora. Não é que a gente queira fazer um encontro festivo. Ninguém quer fazer um Congresso de...de esquerda. Mas a gente quer fazer um Congresso de trabalhadores. E estas pessoas não podem, não devem e não merecem estar no meio da classe trabalhadora. Nem como participantes nem como ajudantes de organização.

— **Há outros caminhos hoje em dia apontados para a unificação nacional do movimento sindical. Por exemplo o EN-TOES — Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical — com data marcada também para o segundo semestre do ano. Você acha que por aí poderia surgir o verdadeiro Congresso de Trabalhadores? Um ponto de partida para a CUT?**

— Não, também não; é um outro extremo da coisa. Veja, este Encontro das Oposições Sindicais...

— **Não; não é isso. O EN-TOES é outra coisa...**

— Mas o que é então?

— **É uma outra alternativa de unificação nacional do movimento, diferente daquela apontada pelo CONCLAT e também daquela das Oposições Sindicais. Algo que reunisse os trabalhadores tanto de direções combativas como de oposições.**

— Ah!..

“O governo só pode avançar mais matando trabalhadores”



— Qual é Lula? Não vem dizer que você não está sabendo disto e que...

— Não, não... Quem me falou disso foi o Ibrahim e eu tinha esquecido do nome. É só isso. Bem, eu acho que esta proposta poderá ser um caminho. E aí é que entra um fato engraçado. Muitos pelegos se dizem contra a estrutura sindical. Mas eu acho que o importante é que a gente deixe de se dizer contra a estrutura sindical e aja de fato contra ela. O problema é a prática. Assim eu acho que este Encontro terá validade se ele não tiver a direção nem das Oposições Sindicais nem das direções sindicais, mas que haja um consenso dos trabalhadores em tirar uma coordenação aonde, a partir das experiências das fábricas, os trabalhadores discutam e aprovem propostas concretas. Eu acho isso possível se houver boa vontade por parte das pessoas que estão articulando o Encontro. Por parte do Ibrahim, pelo que eu pude perceber, há muita boa vontade neste sentido. Se assim for eu acho que poderemos ter aí um novo marco de propostas para a reformulação da estrutura sindical brasileira.

— É provável então que vocês de São Bernardo venham a participar deste ENTOES?

— Sim. Principalmente agora porque se existia um consenso de que pelego não participaria, eu agora já não sou mais dirigente sindical e então ninguém vai poder mais me chamar de pelego, né? Ah, ah, ah!

— Agora você é dirigente de Sindicato Livre; pode até entrar para a Libelu.

— Também não sou dirigente de Sindicato Livre nem sou de Oposição Sindical. Continuo com o mesmo ponto de vista sobre o sindicalismo.

— O Osmarzinho deu uma entrevista para o EM TEMPO onde ele propunha a retomada do Sindicato passando a ter a partir daí uma prática de Sindicato Livre dentro da instituição. O que você achou disto?

— Não, eu acho que o Osmar estava sonhando aí; ele devia estar meio desacordado quando falou isso. Porque agir paralelamente à estrutura sindical nós já estávamos fazendo; tanto é que caímos. Caímos porque burlamos tudo que a legislação sindical nos destina a fazer. Qualquer diretoria que voltar



Aceitar o resultado do TRT seria um absurdo

ao sindicato vai ter que agir, eu não diria nem contra a estrutura sindical, mas a favor daquilo que o trabalhador quer. E por aí, se ela fizer aquilo que o trabalhador quer ela estará sendo contra a estrutura sindical. Daí ela tende a cair como nós caímos ou então a avançar o sindicalismo brasileiro e ninguém cair mais.

E me considerando ainda representante dos trabalhadores e tendo que atuar junto a eles eu vou ter então que atuar ou na minha casa, ou no bar da esquina ou na porta de fábrica menos dentro do sindicato, dentro do prédio. Se na minha concepção sindicato não é sede, então eu vou continuar fazendo sindicalismo. Eu acho que a gente pode criar uma associação, uma estrutura para agir de fora para dentro do sindicato, encaminhando as lutas para dentro do sindicato.

— Desde muito tempo que se coloca a luta contra a estrutura sindical. Se dentro do espírito de São Bernardo o sindicato for retomado e as mesmas lutas forem travadas, novas intervenções virão. Como romper o círculo?

— Desde 1977 que nós temos avançado. E temos que continuar pisando no calo do adversário. O governo teve uma forma de reagir em 78, outra em 79 e outra agora em 80. Mas é inegável que os trabalhadores também avançaram. O governo hoje não tem mais o que avançar em 80 a não ser que mate os dirigentes sindicais. E nós temos muito que avançar ainda. Daí porque eu acho que a tendência é a gente continuar agindo da forma como viemos, talvez até avançando um pouco mais, e o governo tendo portanto que recuar porque não tem mais o que fazer. Então eu estou tranquilo em relação a isso porque eles já chegaram ao fundo do poço. Veja você que

eu hoje me sinto muito mais dirigente sindical do que 99% dos dirigentes sindicais brasileiros. Porque eu tenho aquilo que eles não têm. Eles têm o prédio mas eu tenho os trabalhadores que entenderam aquilo que a gente fez. E qualquer diretoria que entrar para o nosso sindicato, primeiro somente vai conseguir entrar se tiver este mesmo ponto de vista — eu duvido que a categoria eleja alguém que não pense assim. Segundo, a gente tem é que avançar e o governo não pode ir mais além pois não tem alternativa senão matar a classe trabalhadora para o que ele não está preparado e nem tem coragem de fazer.

— O Murilo Macedo chega à caricatura da CLT quando dentro de uma categoria que se demonstrou plenamente reconhecida na diretoria ele, em nome dos interesses da categoria, propõe a divisão dos sindicatos. Será que esta questão não dá o eixo para uma luta contra a CLT, não no abstrato mas no concreto?

— É necessário ver o seguinte: o pluralismo sindical, teoricamente, ele é muito democrático. Aparentemente ir contra o pluralismo é ir contra a democracia. Mas na prática a divisão somente interessa à classe empresarial. Na prática as indústrias maiores já pagam salários maiores; já dão condições de trabalho melhores, ou piores até. Então veja, 90% das reivindicações dos trabalhadores são as mesmas, seja na indústria pequena seja na grande. E o trabalhador já é muito inteligente para saber que uma empresa de fundo de quintal não tem os mesmos recursos que uma multinacional. Daí porque é perfeitamente possível que o sindicato seja único fazendo acordos de empresa por empresa ou de categoria econômica por categoria econômica. O que o Murilo Macedo não está tendo

coragem de dizer — e aí eu acho que ele foi muito infeliz porque assim caiu a máscara de uma vez por todas, não para os metalúrgicos mas para toda a população — é que ele fez isto exatamente em cima da categoria mais bem organizada deste país. Depois disso qualquer dona de casa, qualquer moleque de escola sabe o que ele está querendo. E ele deveria apenas ter tido o bom senso, já que ele está dizendo que nos países desenvolvidos existe este sistema de divisão dos sindicatos — e existe mesmo, é verdade — de reconhecer que lá tem uma coisa que ele não quer que tenha aqui que é a Central Única dos Trabalhadores. Então, até mesmo para ser coerente esta proposta que ele está pregando deveria vir junto com a proposta de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores brasileiros; não da indústria tão somente, mas de todos os trabalhadores. Aí era outra coisa que nós podíamos até discutir.

O setor que menos ajudou a gente foi a Unidade Sindical

— Alguns setores sindicais tem colocado, avaliando a trajetória da greve do ABC, que o melhor momento para o desfecho da luta teria sido aquele quando o TRT aprovou os 7%. Como você vê esta questão?

— O que estas pessoas estão deixando de falar — ou por má fé ou porque não querem entender — é o seguinte: nós não poderíamos ter aceito o resultado do Tribunal porque nós seríamos incoerentes. Veja, os empregadores já tinham nos oferecido mais do que o Tribunal deu. Não em termos de produtividade. Nisto, o Tribunal ofereceu 1% a mais, para quem ganha de três salários mínimos para cima, e ofereceu 2% a mais, para quem ganha de dois salários mínimos para baixo. Veja bem agora a incoerência que seria aceitar o resultado do TRT. Enquanto ele oferecia 2% numa faixa, e 1% na outra, ele tirava 15% de aumento no piso salarial. Nós tínhamos recusado uma proposta de um piso de Cr\$ 5.904,00 e o TRT decretou um piso de Cr\$ 5.100,00. Então na prática ele estava dando 2% para quem ganha de um a três salários mínimos e retirava destes mesmos trabalhadores — que seriam os beneficiados pelo

piso — 15%. Só por aí nós já tínhamos que ter rejeitado. Por outro lado os empregadores já tinham aceito pagar hora extra 5% a mais além do normal, e

100% a mais para as de sábado e domingo. O mesmo na questão da estabilidade para o trabalhador acidentado. E o Tribunal negou tudo isto. Assim, se tivéssemos parado o movimento neste momento teríamos demonstrado a maior burrice imaginável. Porque não era 4% que faria a gente levar o movimento não. O movimento se deu em cima da questão da estabilidade e como nem um nem outro tinham dado isto, e nós, noutras questões já tínhamos melhores propostas dos empresários, se parássemos ali a categoria teria que nos crucificar pela burrice. Teríamos entrado em greve desnecessariamente. A categoria entendeu isto, e porisso é que ela não parou o movimento neste momento.

— Como você vê a atuação da Unidade Sindical durante a greve?

— Ah!... eu sou suspeito para falar. Mas eu acho que a Unidade Sindical não funciona e eu vou repetir aquilo que tenho dito. Eu acho que a unidade sindical funciona é na prática. A Unidade Sindical propalada pelos dirigentes sindicais eu nunca acreditei e não vou acreditar porque ela não funciona. A unidade de cúpula, ela nunca deu certo em lugar nenhum. Segundo informações que eu tenho — ainda ontem fazíamos uma avaliação disto — eu acho que o setor que menos ajudou a gente foi o setor da Unidade Sindical. Os que mais ajudaram foram aqueles que racharam, que agiram paralelamente à Unidade Sindical...

— O Comitê de Solidariedade arrecadou 11 milhões, enquanto que a Unidade Sindical levantou apenas um milhão...

— Teve um dirigente sindical que chegou prá mim e disse: “Olha Lula, a gente vai arrecadando dinheiro em nome da greve de São Bernardo e quando você precisar você manda buscar”. Ora porra; a gente aí dando duro, o trabalhador passando fome, e os negos angariando fundos em nome do apoio à greve e a gente ainda tendo que pedir. Ah, não! Isto já é demais. Agora, é bom frisar; é necessário que se respeite algumas pessoas dentro da Unidade Sindical.



“No PT não há espaço para caudilhos”

— Pulando agora para o PT. Se sua carreira sindical for bloqueada, você agora vai jogar tudo no partido?

— Primeiro eu não estou jogando tudo no PT. Eu sempre joguei tudo no PT mesmo quando eu era dirigente sindical. Em nenhum instante, a não ser que as coisas mudem radicalmente, eu trocarei o sindicato pelo PT. Eu acho que há plenas condições de levar os dois ao mesmo tempo. Os dois são de fundamental importância para a classe trabalhadora. Eu vou levar as duas brigas.

— E o PTB? O que você está achando das cogitações de fusão?

— O que é importante de dizer é o seguinte: primeiro seria teoricamente uma burrice muito grande a gente não dizer que o partido está aberto ou que o partido não aceita fusão com quem quer que seja. O que é necessário deixar claro é que o PT aceita a entrada nele de qualquer setor da sociedade desde que subordinado às orientações iniciais do PT. No caso do PTB tem gente boa lá dentro como tem gente também ruim. Mas no caso do PTB a participação do pessoal deles no PT vai depender muito mais deles do que da gente. Depende deles se subordinarem aquilo que é orientação nossa e não nós nos subordinarmos aquilo que é orientação deles. Então eu acho que teoricamente a coisa pode funcionar, e na prática também, desde que haja humildade das pessoas e compromisso com a classe trabalhadora.

— Mas quais os próximos passos que você julga corretos para que o PT acumule mais forças diante desta proposta do PTB?

— Primeiro eu acho que em termos de acumulação de forças de oposição política neste país a gente precisa caminhar urgentemente para isso. Eu acho que é plenamente possível que os partidos de oposição ajam uniformemente dentro do Congresso Nacional quando a briga for comum a todos os setores de oposição. E deverão divergir abertamente quando as propostas forem divergentes.

Sabe, hoje só me preocupa uma acumulação de forças no PT. E eu fico muito triste — domingo no Encontro de São Paulo eu ia falar mas acabei não falando — quando eu vou numa reunião do PT e vejo poucos traba-

lhadores. Não que eu seja contra outros setores da sociedade mas é que eu acho que o setor que predomina na sociedade é a classe trabalhadora. E quando a gente vai numa reunião e vê muita gente que não é operária e uns três ou quatro operários somente, a gente fica muito triste pois acho que tem gente que não está querendo levar operário para dentro do partido.

Então eu acho que em termos de acúmulo de forças o importante é a gente por na cabeça agora, depois desta convenção nacional, que o PT só terá razão de existir se a classe trabalhadora quiser realmente que ele exista. E cabe a cada uma das pessoas que estão no PT esquecer suas divergências, suas pretensões pessoais, suas paixões e partir realmente para organizar o trabalhador.

O petebista que quiser vir para o PT terá que se subordinar à nossa orientação

Este é o acúmulo de forças decisivo que o PT precisa ter agora. A entrada da classe no partido.

— De volta ao problema do PTB. O que você vê como fundamental no PT? Qual o ponto ao qual os petebistas deveriam se subordinar para serem bem vindos?

— Na subordinação à classe trabalhadora.

— Mas isto é vago. O que significa isto em termos político partidários?

— Significa que não se pode tentar ditar regras à classe trabalhadora mas sim subordinar-se a seus interesses. Os partidos no Brasil sempre foram feitos da seguinte forma: um todo poderoso vem, escreve alguma coisa e diz: o povo tem que estar subordinado a isto, isto é que é o bom para a sociedade. E a proposta do PT embora possa até ter falhas ainda, é a que mais se diferencia disto. O importante então para quem queira vir para o PT é entender que lá não há espaço para ditadores de regras, para caudilhos.

— Mas você está ainda nas preliminares. Vamos às coisas concretas. O PTB cultua a herança getulista. Isto pode haver dentro do PT?

— Não, nem sequer dentro do movimento sindical. A partir do momento em que se discutir concretamente esta herança getulista se chegará à conclusão de que ela foi perniciosa. A verdade é que a gente vivia num regime de quase escravidão quando o Getúlio deu a estrutura sindical, mas foi para desorganizar e não para organizar a classe trabalhadora. O que Getúlio fez foi o que você viu eu fazendo aqui com a minha cachorrinha, reclamando para a Marisa comprar um osso para ela. Agora, ela está numa corrente com um espaço de liberdade de dois metros. E o que foi dado com a estrutura sindical e com a CLT — e foi em função disso que nasceu o PTB — foi esta liberdade com espaço limitado. E isto não aceitamos.

— E no caso da Tendência Popular do PMDB. Agora você está vendo mais possibilidades dela se somar ao PT?

— As pessoas que defendem a Tendência Popular dentro do PMDB têm sido muito próximas daquilo que a gente fala no PT. Então eu não sei porque estas pessoas estão num outro partido. Talvez isto se deva a compromissos com as bases ou mesmo compromissos pessoais, mas eu acho que as coisas caminham para um desfecho e aquelas pessoas que tivessem

realmente um compromisso popular acabarão vindo para o PT; se não tiverem então ficarão em outro partido.

— O que separa o PT de um lado, e o PTB e a Tendência Popular de outro, poderia ser uma questão de classe ou não?

— O problema é que estes partidos são de luta muito mais elitista do que de luta mesmo de trabalhadores. Eu acho que o PT — embora eu não goste de dizer isto porque a imprensa logo começa a explorar isto dizendo que eu sou obreirista, classista etc — é um partido que tem muito mais aproximação com ser um partido de classe do que qualquer outra coisa. Agora tem outra coisa também: as pessoas que acham que nós somos de classe não

Democracia é a minoria trabalhar para se tornar maioria

deveriam ficar horrorizadas com isto porque os partidos que existem aí são de classe dominante. Portanto é correto que o PT tenha esta aproximação de partido de classe porque ele surgiu é da organização dos trabalhadores.

— Mas e então, insistindo em um partido de classe deste tipo é compatível com a Tendência Popular e o PTB.

— Eu acho que sim, pelo menos com algumas pessoas da Tendência Popular que eu conheço é sim. Já com o PTB, tem alguns setores lá dentro, principalmente os da esquerda do PTB que tem uma visão muito próxima da gente.

— Entrando pelo PT adentro. Como você vê hoje a questão da unidade dentro do partido?

— Para mim a unidade ela existe até na diversidade; não quer dizer todo mundo pensando igual não. O que eu acho que há de estranho é que a gente está tão acostumado com as imposições que quando há um pouquinho de divergência as pessoas já acham que há racha etc. É importante e fundamental que haja divergência pois é por ela que se chega ao consenso. Agora é fundamental depois da divergência você concluir e acertar alguma coisa.

— A seu ver qual foi a divergência que ocorreu no Encontro Estadual do PT em São Paulo? Qual era o ponto em questão?

— Para mim está claro que não houve divergências. Eu participei de tudo e vi que o que havia de divergência era mais uma questão de nomes.



Torne-se um assinante do EM TEMPO

E ajude a sustentar uma imprensa ao lado dos trabalhadores, das greves e do PT
Ela só depende de você

Estou enviando o cheque nº por uma assinatura anual.
() comum: Cr\$ 500,00 — () apoio: Cr\$ 1.000,00 — () exterior. Individual: US\$ 40,00
() exterior, instituições: US\$ 80,00

Nome:
Profissão:
Endereço:
Bairro: Cidade:
CEP: Estado:

Preencha e remeta para Editora Aparte S/A — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 Fone: 852-8880

“Nosso compromisso: organizar politicamente os trabalhadores”



— Ora, e o que estes nomes representavam em termos de posições políticas?

— Pode ser até que teoricamente tenha, mas na prática não tinha isto. Se você tirasse fulano e botasse sicrano continuaria a mesma divergência; aquele que sáisse ficaria igualmente descontente. Ora, isto para mim que participei de tudo, de reuniões e não de conchavos — porque foi tudo aberto, tinha muita gente lá participando — eu cheguei aqui na sexta-feira, e discutimos aqui em casa no sábado a respeito de chapa até as quatro horas da manhã com o Ibrahim, o Paulo,

O PT tem uma aproximação de partido de classe

o Jacó e Henos... não tinha. Pelo menos da minha parte não existia sequer conhecimento de chapas até então — o que foi uma falha da Coordenação Nacional não ter apresentado um esboço para a discussão com um prazo maior de antecedência. Agora eu acho que a chapa que saiu, primeiro demonstra muita representatividade e demonstra a unidade do PT. E para mim o que as pessoas falam tem pouco valor porque o importante é a prática de cada um. E vamos dar um tempo para ver se as coisas se confirmam ou não.

— Ora, Lula. Vocês aqui à noite, no sábado, tiram uma chapa que é de consenso entre as partes aqui presentes que você mencionou. No dia seguinte, domingo cedo lá no local do Encontro é aquela conchavação danada até que sai a chapa finalmente eleita e com notórias exclusões de correntes de pensamento dentro do PT como aquelas espelhadas nas figuras do Ibrahim e do Paulo. O resultado foi claro. Trinta por cento de abstenções. Como não houve divergências? São os fatos. E estas divergências somente não se expressam a nível político porque o Encontro não discutiu nem votou programa. Foi inteiramente despolitizado. Eu não estou me colocando contra o fato de terem havido divergências. Simplesmente quero saber como você as viu?

— Nada disto, e você vai ver que será exatamente o contrário. Nós vamos ter uma reunião hoje para acertar algumas ares-



Lula: «Temos que acabar com isto de apontar grupos dentro do PT»

tas que podem ter havido. Primeiro eu me recuso a falar sobre nomes porque acho que a questão não é essa. Eu, por exemplo, se estivesse fora da Nacional, eu jamais me sentiria fora do PT...

— Ora, Lula, deixa de conversa para boi dormir.

— O quê? De jeito nenhum, não é conversa para boi dormir nada. Publica isto e você vai ver que não é conversa não, viu, não. É que eu nunca fiz as coisas — e é por isso que as coisas têm dado certo — pensando no eu. É melhor fazer as coisas pensando no nós. E eu tenho feito isso. Não aceito a colocação de que o Paulo e o Ibrahim tenham sido excluídos da Estadual. E quero crer, sem ter alvará deles para isso, que nenhum deles representa tampouco tendência alguma.

— Porque você foi contra o critério de eleição da chapa por proporcionalidade, desde que nenhuma delas obtivesse mais de 2/3 dos votos?

— Você pode pensar que democracia é participar maioria e minoria dentro de uma chapa.

Mas eu acho que a coisa tem que ser vista de outro ângulo. Eu acho que as pessoas para participarem não precisam estar lá. Da mesma forma que eu, por exemplo, para participar não vou precisar que meu nome esteja dentro de uma chapa. Agora veja também. Da minha experiência eu não conheço uma direção sindical bem sucedida aonde a diretoria não seja coesa. Aonde existe diferenças ideológicas esta diretoria não funciona. Porque se perde muito mais tempo discutindo os problemas internos do que aquilo que a classe realmente está necessitada. Eu acho que democracia é a minoria trabalhar para se tornar maioria, pô. Que cada minoria não tivesse ido lá apenas com um delegado mas tivesse levado 50. A gente tem que ver que se as pessoas ainda são minorias — apesar de que a gente sabe como o sistema age etc — o fato é que há muito pouca vontade de trabalhar. Eu conheço núcleos do PT que até agora os delegados, desde que o partido nasceu, são os mesmos; não cresceu nada.

— Mas a democracia interna nos partidos já consagrou ao longo da história o problema do

direito de expressão das minorias...

— Não, não, não é isso não. Você veja o seguinte. Vamos pegar o discurso que o Ibrahim fez lá. Ele apresentou supostamente uma chapa — leu lá na hora os nomes que ele julgava adequados — e de 11 nomes que ele falou, nove eram da chapa que foi eleita. Por isso que eu digo que o problema eram nomes. Nove meses comuns caracterizam uma unidade. E isto porque quem era contra a chapa não tinha tantos nomes assim para colocar. Apenas dois de diferença. E o resultado tá aí: foram 70% dos votos.

No Encontro de São Paulo não houve divergências

Eu não sei não, viu gente. O único nome que eu poderia propor para tirar da chapa era o meu; e eu propus, mas não aceitaram. Eu achava que a minha saída poderia servir para incluir mais alguém. E minha participação no PT não depende de cargo seja na Nacional ou na Estadual, ao contrário de algumas pessoas que acham que participam só se tiver cargo. Então veja: nenhuma chapa daria a unidade perfeita, porque foram tentadas todas as formas possíveis. Quando você apresentava um nome um grupo dizia: esta não. Aí você apresentava outro nome e era a mesma coisa da outra parte. Então o que que nós tivemos que fazer? Apresentar uma chapa e paciência. E houve quase que um consenso. No fim prevaleceu aquilo que era o consenso da maioria das pessoas.

— A imprensa mostrou a coisa como uma divisão entre de um lado os que têm uma outra camiseta debaixo da do PT e de outro os que só vestem a camisa do PT. O que você acha disto?

— Eu acho que as pessoas deveriam primeiro aprender a medir as palavras depois que termina uma reunião. Eu tenho por norma de trabalho de que tudo o que é feito abertamente não há nem vencedores nem vencedores. E vi algumas declarações nos jornais que não são prejudiciais apenas às pessoas que as fizeram mas que são prejudiciais ao PT como um todo. E eu acho que temos que acabar com isso dentro do PT.

Se eu faço uma proposta e ela é derrotada eu tenho então que acatar aquilo que foi decidido.

— No Encontro paulista do PT, duas correntes de opinião foram excluídas, uma simbolizada na pessoa do Paulo Skromov e outra na do Ibrahim. E corre o bojão de que no Encontro Nacional a dose vai se repetir...

— Sabe, nós não podemos tentar organizar o partido preocupados com as minorias. Temos que criar um partido de massas preocupado com as maiorias. E para mim a grande maioria não está preocupada nem com a maioria nem com a minoria; ela está preocupada é em saber de que forma ela pode participar. Eu não vi naquele Encontro de São Paulo a preocupação de maioria ou minoria. Pelo menos eu me acho muito liso para não estar nem com a pequena maioria nem com a pequena minoria. Eu acho que eu estou com o PT.

— Eu acho correto que numa direção não devam estar exatamente todas as minorias. Mas boa parte das vezes há diferenças que se complementam. E acho que seria ruim para o PT começarmos a pensar que algumas destas correntes de opinião não devem mais estar presentes na direção.

— Não, nunca me passou pela cabeça imaginar que tendências não cabem dentro do PT. O que eu acho é que o PT não pode ser uma federação de tendências e as tendências têm que aprender a usar, pelo menos enquanto PT, a camisa do PT. Eu discordo de algumas pessoas que acham que o PT tem que ser um grupinho fechado, revolucionário etc, e isso já existiu prá cacete no país e nunca resolveu problema de ninguém.

— Você acha então que o PT não deve ser apenas uma frente com objetivos tão somente táticos?

— Eu acho que o PT não deve ser apenas tático não. Isto já não deu certo em 64, em 68, e acho que o fundamental é termos um compromisso. Queremos ou não queremos organizar os trabalhadores politicamente. Se queremos, não, vamos esquecer as táticas que já foram, usadas e vamos passar para as coisas novas. E a coisa nova para mim é abrir espaço político para a classe trabalhadora atuar. E o PT, para mim, faz exatamente isto.

As comunidades de base e a política

Nos dias de hoje fala-se muito do papel que a Igreja desempenha junto ao movimento de massas. O regime acusa-a de incitar greves. Setores de esquerda temem pelo seu caráter reformista. Mas sua influência nos movimentos sociais que acontecem no país em escala crescente desde maio de 1978, é inegável. E o seu peso na conjuntura se deve ao fato de possuir a mais ampla rede de organização popular que o Brasil já conheceu em toda sua história: as comunidades eclesiais de base — CEBs.

Por Silvio Caccia Bava

O compromisso que a Igreja estabeleceu a partir do Vaticano II (1965) e do II Celam, em Medellín, (1968) de defender a causa dos explorados e oprimidos transformou a correlação de forças entre progressistas e conservadores no interior desta instituição, no Brasil, permitindo aí a constituição de um espaço privilegiado de organização popular que foi prontamente preenchido pela classe trabalhadora. Evidentemente isto não se deu (e não se dá) sem um acirramento do conflito entre bispos no interior da CNBB e, principalmente, entre as comunidades eclesiais de base e a hierarquia da Igreja. De todas as maneiras ocorreram transformações profundas na estrutura da Igreja e hoje o peso das CEBs é fundamental na renovação de sua prática pastoral.

A oposição ao regime

A medida que cresceram as CEBs por todo o país, sua pressão sobre a estrutura da Igreja forçou esta instituição a assumir, cada vez mais, a oposição ao regime e a defesa dos interesses dos trabalhadores. Hoje igrejas são invadidas por forças policiais, o presidente da República acusa pelos jornais bispos de incitadores de greves. O conflito entre a Igreja e o Estado assume proporções que exigem alguma reflexão. O eixo deste conflito não poderia ser outro: o movimento de massas ou, melhor dizendo, a forma que assume hoje a luta de classes no Brasil.

No centro do conflito está a questão do poder. Do Estado, representando os interesses da burguesia, em controlar os movimentos de massa que se manifestam de maneira cada vez mais intensa nos últimos 2 anos. Dos trabalhadores em se constituírem enquanto força autônoma, independente, capaz de gestar suas próprias decisões e imprimir aos movimentos sociais a marca de seus interesses.

Mas este enfrentamento entre a burguesia e o Estado de um lado e as classes trabalhadoras de outro passa por mediações, por formas organizadas de se manifestarem, pela obediência de ambas as partes aos limites determinados pela atual correlação de forças. E é neste campo — o das mediações — que a Igreja e especialmente as comunidades eclesiais de base assumem grande importância.

A fé e a luta social

Organizadas principalmente no período mais negro da repressão desenhada pela ditadura militar (1969/74), as 80.000 comunidades eclesiais de base existentes hoje reúnem mais de 1.500.000 pessoas tanto no meio rural quanto nas áreas urbanas. Mas sua importância não

reside apenas no grande número de CEBs existentes. Talvez seja até mais importante considerar a prática que assumem estas comunidades, seu engajamento em atividades que implicam em um crescente nível de solidariedade, sua participação em movimentos sociais que buscam melhores condições de vida e trabalho.

Organizadas inicialmente num período em que todos os demais canais de participação estavam bloqueados à classe trabalhadora, por um longo tempo às CEBs foram a forma hegemônica de organização popular, para não dizermos a única. Sob o manto protetor da Igreja articulava-se formas mais organizadas de resistência à opressão e à exploração.

Dai surgiram a pastoral operária e os movimentos reivindicatórios de bairro. A medida porém que cresce o movimento de massas, este cria novos canais para se expressar, novas formas de organização que se constituem independentemente do trabalho de organização popular realizado pela Igreja. E na medida em que se tornam mais fortes as oposições sindicais, alguns sindicatos assumem um caráter mais combativo na defesa dos interesses das categorias, fortalecem-se os movimentos de bairro que passam a contar também com a interferência de forças organizadas de esquerda, a Igreja começa a perder o papel central que ocupava anteriormente. O que faz com que as CEBs não sejam mais o único espaço de participação onde a fé e a política se superpunham na prática da defesa de melhores condições de vida e trabalho. Passam a existir formas organizadas de resistência massiva à exploração e opressão onde a fé e a religião não estão presentes enquanto elemento de constituição destes grupos.

Definição necessária

Neste processo em que os movimentos sociais adquirem sua maioridade as comunidades eclesiais de base têm, necessariamente, de redefinir-se. E a pergunta que surge desde logo é: frente a uma conjuntura de intensa mobilização social e que exprime a irrupção do movimento de massas no plano da política, que tipo de participação terão as CEBs? Elas permanecerão organismos de base da Igreja Católica, articulando sua prática a partir da doutrina social da Igreja ou tendem a se dissolver, agregando-se às propostas partidárias tipo PT, PMDB, etc? Como a Igreja enfrentará a dualidade entre fé e política que permeia as práticas sociais dos cristãos organizados nas CEBs?

Sem dúvida, não existe uma única resposta para estas questões. E mesmo que haja várias, estas ainda não se delinearam com suficiente clareza para se-



Em São Bernardo, o apoio material e a solidariedade ao movimento grevista.

rem identificadas enquanto tendências no interior da conjuntura. O que nos parece claro é que esta questão não será resolvida pelos teólogos, mas está posta à classe trabalhadora como um desafio à sua capacidade de resolver os caminhos pelos quais avance o movimento de massas.

Neste sentido, é a dinâmica da luta de classes na atual conjuntura que explicita as formas privilegiadas de organização e mobilização dos trabalhadores. E essa dinâmica passa fundamentalmente pelos sindicatos e associações profissionais, pela luta por melhores condições de vida e trabalho.

A última greve e o apoio oferecido aos metalúrgicos do ABC por amplas camadas sociais e, especialmente, pela população da periferia — assalariados sobre os quais pesa o arrocho salarial e a opressão política — nos indica a capacidade de mobilização que bandeiras de luta como a estabilidade são capazes de deflagrar. E as comunidades eclesiais de base tiveram uma importância enorme como conduto desta solidariedade material e política que todos os trabalhadores da periferia manifestaram.

Sem a Igreja e as CEBs muito do que foi realizado permaneceria latente, esperando um espaço que permitisse uma solidariedade ativa, já presente na consciência de todos explorados. Mas desta vez, as organizações populares articuladas pela Igreja tiveram um papel auxiliar, fora do núcleo do conflito que se localizava em São Bernardo e contrapunha operários à burguesia e ao Estado.

A questão do poder

Ao que parece, prefiguram-se na sociedade brasileira novas formas de enfrentamento entre as classes que estão a exigir um salto de qualidade nas formas de organização e expressão das classes trabalhadoras. A reivindicação por estabilidade atingiu o próprio núcleo do processo de super-exploração que se abate sobre os trabalhadores, uma das molas mestras do processo de acumulação do capital no país: a rotatividade da mão-de-obra. E justamente porque questiona a própria exploração nas formas de como ela se realiza historicamente é que o conflito atinge proporções nacionais e mobiliza os trabalhadores como nunca antes se viu neste país.

Nada menos do que 14 estados da federação articularam-se no apoio à greve. E novamente a Igreja — uma organização de nível nacional — cumpre um papel fundamental permitindo que através de sua estrutura sejam canalizadas as manifestações concretas de solidariedade. Sua importância, ao mesmo tempo que realiza a condição para que o apoio à greve adquira a envergadura que teve, atesta também a necessidade de uma organização de nível nacional capaz de articular a luta dos trabalhadores, homogeneizá-la, integrá-la politicamente.

Neste novo patamar que se prefigura como condição para o avanço do movimento de massas, as comunidades eclesiais de base, assim como todas as demais formas de organização e luta dos trabalhadores, terão que se redefinir para enfrentarem a questão do enfrentamento político, a questão do poder.



Caparaó: Os antecedentes de uma guerrilha

Por Marco-Aurélio Garcia

Primero de abril de 1967. No mesmo dia em que os militares festejavam o terceiro aniversário do golpe de 1964 "uma patrulha da Polícia Militar de Minas Gerais, seguindo pista fornecida por um agricultor da região, surpreendeu um grupo de oito homens, todos armados e municiados, dispondo de material de acampamento, comunicações, saúde e arquivo de documentos". Nestes termos é que o Ministério do Exército daria conta em agosto de 67 das investigações realizadas a propósito da chamada "guerrilha de Caparaó", desbaratada meses antes na montanhosa fronteira de Minas Gerais com o Espírito Santo.

A prisão dos oito guerrilheiros de Caparaó, havia sido precedida de outras detenções e culminou, dias depois com o desbaratamento total do grupo que operava na região. Uma particularidade que não deixou de chamar a atenção do país naquele momento: a quase totalidade dos guerrilheiros detidos era composta de ex-sargentos, ex-cabos, ex-soldados e marinheiros que haviam sido afastados das Três Armas das forças armadas após as grandes purgas que se seguiram ao golpe de Estado de 1964. Nomes com projeção no movimento dos sargentos durante o governo Goulart, como Araken Vaz Galvão, Amadeu Felipe da Luz Ferreira e o ex-subtenente Jelci Rodrigues Correa, se encontravam entre os detidos.

Antes e depois, a história da esquerda revolucionária e da luta armada no Brasil registraria a presença de outros sub-oficiais: os ex-sargentos Darcy Rodrigues, Onofre Pinto, Nóbrega, Antônio Prestes de Paula, para só citar alguns, ou os cabos Mariani, Anselmo e o ex-marinho Avelino Capitani.

Este fenômeno é de tal forma marcante, que qualquer história da esquerda brasileira após os anos 60 não pode

prescindir da análise da sua "vertente militar", em particular do movimento no interior dos sub-oficiais, soldados e marinheiros, da mesma forma que a história do Partido Comunista nos anos trinta e nas décadas que se seguiram ficaria ininteligível sem a incorporação do fenômeno "tenentista".

EM TEMPO incorpora à sua **Contribuição à história da esquerda brasileira** materiais capazes de lançar luz sobre este aspecto pouco estudado das recentes lutas políticas no país. Para tanto valeu-se basicamente do depoimento do ex-sargento Araken Vaz Galvão, o "Alencar", um dos sub-comandantes do grupo guerrilheiro de Caparaó, recentemente retornado ao Brasil depois de um exílio que começou com sua fuga da prisão em 69, um período de quase um ano na embaixada do Uruguai à espera do salvo-conduto que o levaria a Montevideo, onde residiu por quase dez anos, antes de se transferir para o Equador e o Peru. Este baiano loquaz, que viveu tão intensamente a história do Brasil nos anos 60, aproveitou seu exílio para dar vazão a uma vocação literária que ele não pudera compatibilizar anteriormente com sua atividade militante e clandestina. Uma peça teatral de Araken foi premiada no Peru e há alguns meses é sucesso de bilheteria em Lima. Enquanto isto ele prepara-se para começar a rodar nas próximas semanas, nas montanhas peruanas seu primeiro filme. Nos seus projetos a curto prazo estão as **Memórias de um Sargento**, nas quais pretende dar um testemunho de sua experiência pessoal e particularmente dos agitados anos sessenta.

Araken, em longa entrevista concedida a **EM TEMPO**, da qual publicamos uma versão resumida neste e no próximo número, antecipa muito do que constará em seu próximo livro.

Casa foi cercada por tropas. A revista **O Cruzeiro**, convocada para a ocasião, noticiou a descoberta de "farto material do Partido Comunista". Começou então a caça às bruxas, especialmente entre os fuzileiros navais. Carrion foi expurgado, da mesma forma que seu sucessor, o terceiro-sargento Jambo.

"Constatando a periculosidade de uma associação de sub-oficiais das três armas e das PMs, como era a Casa, a hierarquia militar, segundo se dizia na época, estimulou, inclusive materialmente, a formação do Clube dos Sub-tenentes e Sargentos do Exército, criada por um grande "picareta" o sargento Rebello.

Depois da "novembrada"

"Nos 11 de novembro de 1955, eu era cabo. Naquela época não havia um movimento político de cunho político entre os sargentos, nem mesmo o PC, que eu sabia. Mas havia contradições no Clube dos Sargentos.

"Quando do contra-golpe de Lott, em 55, minha unidade o Regimento Escola de Artilharia, estava, em termos de oficialidade, numa posição francamente golpista. O Regimento foi cercado pelas tropas legalistas e os sargentos acabaram por se dessolidarizar da oficialidade golpista. O general Arruda, fiel a Lott, prendeu os oficiais e nos deu ordens de não obedecer aos golpistas. O quartel ficou comandado uma semana por sargentos, até que chegaram novos comandantes oficiais.

"O Exército sofreu uma grande modificação com o comando do marechal Lott, não só de modernização material como de mentalidade. Isto criou contradições. Nós tínhamos uma formação que punha ênfase no patriotismo. Ora, a aplicação do acordo militar Brasil-Estados Unidos criava situações escandalosas. Havia uma cláusula que previa que os oficiais norte-americanos podiam inspecionar nosso material, para ver se o acordo estava sendo bem cumprido. Eu vi situações humilhantes para o Exército, como a de ter que pôr todo o material militar no pátio e ouvir de um oficial estrangeiro "isto aqui está sujo". A sacrossanta disciplina militar, nem se fala. Um sargento norte-americano, português de nascimento, comia no cassino dos oficiais, fumava cachimbo diante deles e jogava, de pura sacanagem, fumaça na cara do comandante. Ele costumava dizer para nós: vocês deviam ter feito como eu que fui servir direto na "matriz"...

Os novos sargentos

"Ao modernizar o Exército, Lott necessitava de novos sargentos, não mais aquele homem de bigodes que gritava forte, mas de quadros capazes de operar os equipamentos sofisticados. Lott estabeleceu que o sargento que fizesse o ginásio ganharia quatro pontos (além daqueles que ele podia obter num ano sem nenhuma punição e...doando sangue) e que o que cursasse o científico obteria 15 pontos. Os sargentos começaram a estudar o que lhes abria novas perspectivas. Mas isto encerrava uma contradição. Nós tínhamos acesso a um nível superior de instrução mas não se nos abriam saídas na carreira militar, porque continuávamos sargentos. Lott

deu-nos estabilidade aos 10 anos (revogando a "lei Dutra"), criou ao mesmo tempo um quadro que permitia certas promoções, mas isto não atingia mais de 3% dos sargentos. Um sub-oficial formado por uma Faculdade de Filosofia não podia ser professor no Colégio Militar, enquanto um oficial que não fosse professor podia exercer o magistério. Os sargentos não podiam casar até os 25 anos e com menos de cinco anos de serviço. Isto estimulava os casamentos clandestinos. Não podíamos andar em trajes civis na rua.

Tudo isto criou efervescência entre os sub-oficiais, que vai ser canalizada para o Clube. Em fins dos anos cinquenta eu comecei a militar nele. Nesta época, começou, igualmente, a militar o sargento Garcia Filho, que mais tarde seria eleito deputado federal e o jovem sargento Manoel Raimundo Soares, que mais tarde seria assassinado pela repressão no Rio Grande do Sul.

O nacionalismo

Em 1960, Soares eu e outros companheiros compusemos uma chapa para disputar as eleições do Clube, na qual não constavam simplesmente pontos reivindicativos específicos dos sargentos, mas uma plataforma política de defesa de nossas riquezas, de nacionalização da indústria farmacêutica, etc.

Nós éramos muito influenciados pelo **Semanário**, uma publicação nacionalista, onde escreviam Gondim da Fonseca, Osny Duarte Pereira, Nelson Werneck Sodré e outros. Perdemos as eleições. Pela primeira vez aparecia uma chapa de renovação. Nós éramos chamados de "os garotos". Mas estávamos circunscritos ao Rio. No entanto, o movimento ainda estava dividido, entre os que se chamavam sargentos "de gravata" e de "uniforme", divisão que se revelou mais tarde falsa.

"Nesta época eu conheci o único sargento que era do partidão, que estava muito isolado. O conteúdo da nossa posição era então patriótico. Por aí é que chegamos ao nacionalismo, já como um movimento político, mas tudo isto a partir do chovinismo que nos metiam na cabeça, na instrução militar.

"Com o lema "sargento também é povo" pudemos unir os sargentos da Vila Militar com os do nosso movimento. Mais tarde criamos a "União Verde e Amarela, que também seria derrotada nas eleições do Clube. Mas havíamos atingido um grau mais elevado de politização. Estes elementos explicam nosso papel antes do golpe e o que ocorreria depois dele, como o episódio de Caparaó."

As memórias do sargento Araken

"A participação dos militares na política tem sido uma constante da história republicana — começa afirmando o ex-sargento Araken — mas ela não foi apenas o privilégio dos generais ou dos tenentes, como aparece frequentemente. Um lugar importante foi ocupado pelos extratos mais baixos das forças armadas, pelos sargentos e sub-oficiais em geral.

"Já no governo Floriano, o sargento Silvino Honório de Macedo sublevava as fortalezas das Lajes e de Santa Cruz, onde se encontrava preso por sua participação política e controla estes 2 fortes durante uma semana, sendo morto quando as tropas legalistas as retomaram. Silvino não mereceu mais do que poucas e contraditórias notas de rodapé em nossos livros de história. Pequeno destaque nos livros têm também a participação numerosa dos sub-oficiais na Coluna Prestes ou no levante de 35, a sublevação dos sargentos no Piauí, etc.. Muito se escreveu sobre os "tenentes". A história dos sargentos ainda está por se escrever.

Primeiros tempos

"Eu fui incorporado ao Exército em janeiro de 1955. Eu era operário soldador, baiano de nascimento, vivendo no Rio de Janeiro. Neste período, bastante conturbado de nossa história o alto comando do Exército, como já havia feito em outras ocasiões, realizou uma "limpeza" entre os sargentos, eliminando das ffaa os elementos "desagradáveis".

"Nos anos 50 havia no Rio de Janeiro a Casa dos Sargentos do Brasil (ela existe até hoje), que oferecera ao general Horta Barbosa sua sede para que, ele pronunciasse uma conferência em defesa do monopólio estatal do petróleo, uma vez que o Clube Militar lhe fora interditado. A casa era dirigida por um sargento de nome Carrion que, depois de um altercado com jornalistas norte-americanos que o entrevistaram, foi convocado ao gabinete do então general Canrobert. Novo incidente verbal e no outro dia a

Leia e assine:

EM TEMPO:

EM TEMPO:

13 de Maio

A denúncia contra o racismo

No dia 13 de Maio, em São Paulo, 2 mil negros convocados pelo MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) protestaram em ato público contra a discriminação racial e a violência policial.

Por Vanderlei José Maria

"O que esperáveis que acontecesse, quando tirastes a mordaca que tapava estas bocas negras? Que vos entoariam louvores? Estas cabeças que nossos pais haviam dobrado à força até o chão, pensáveis, quando se reerguessem, que leríeis a adoração em seus olhos?"

(Jean Paul Sartre - 1948)

Na noite do dia 13 de Maio último, as palavras inesquecíveis de Jean Paul Sartre se tornaram realidade nas ruas de São Paulo: 2 mil negros protestando contra as injustiças, a opressão e as discriminações raciais permanentes. Realizou-se naquela noite o **Ato Público** convocado pelo **Movimento Negro Unificado (MNU) Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo**. Quinhentos negros concentraram-se próximo ao monumento da Mãe Preta, no Largo Paissandú em São Paulo, enquanto nas imediações, as convocatórias do MNU corria de mão em mão chamando para o Ato Público. Lenny de Oliveira, do Núcleo de Mulheres Negras denunciou a falsidade das comemorações oficiais, que louvam as "mães pretas" mas se esquecem de lembrar que "para amamentar os filhos das esposas dos senhores de escravos, tinham que deixar seus filhos abandonados nos fundos das senzalas". Ressaltou que este é um dos vários aspectos da exploração sexual da mulher negra. Eduardo de Oliveira, integrante da Coordenadoria Executiva Nacional do MNU protestou "contra a marginalização social, econômica e política do negro, contra o atual Estado racista e saqueador que continua cultuando a falsa imagem do paraíso racial brasileiro". Antonio Leite, representante das Associações Negras da Casa Verde, conclamou todos os negros "a se organizarem em todos os lugares pois somente organizados nós negros conseguiremos lutar contra todo o tipo de racismo deste País." Também falaram Genésio Arruda, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), um membro do Comitê de Solidariedade ao ABC, representante do Grupo de Alunos Negros da PUC e o MNU de Ribeirão Preto. Foram recebidas moções de várias entidades, como o Grupo Somos, a Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, União Brasileira de Escritores e do Movimento contra o Custo de Vida. Após as intervenções dos oradores e da leitura das moções, foi lida em coro a Carta-Manifesto Do **«Dia Nacional de denúncia contra o Racismo»**.

EM TEMPO 107 • 3a 18 de Junho de 1980

O manifesto enfatiza que a "Abolição do trabalho escravo apenas aliviou os senhores de escravos do peso em que havia se transformado a escravidão, e atirou o negro no desemprego, no subemprego e na marginalidade", denuncia a violência policial que "tem como funções manter a população sob rigoroso controle para impedir a reação à exploração econômica, social e política". As várias faixas e cartazes erguidos durante a manifestação, pediam: "Contra a Violência Policial!", "Contra a Discriminação Racial!", "Pela Organização do Movimento Negro!", "Contra a Exploração Sexual da Mulher Negra!". Negros, homossexuais, mulheres, todos leram a Carta-manifesto com muita emoção terminando a leitura, convocando a se lutar contra o racismo e a discriminação racial. Após o Ato Público, os manifestantes saíram em passeata pelas ruas centrais de São Paulo gritando palavras de ordem e cantando:

Zumbi, Zumbi/
Sol da Liberdade/
No solo tupi.

Havia muito ritmo, palmas e risos. Não era apenas um ato público, mas uma imensa festa-protesto da população negra. Pelas ruas, comerciantes perplexos desciam as portas dos restaurantes, das lojas; transeuntes surpresos e meio receosos amontoavam-se nas calçadas, dando passagem aos manifestantes. Do alto dos prédios caíam papéis picados, mas nas imediações da Rua Barão de Itapetininga, atiraram uma lata d'água que confirmou a discriminação velada, escondida na surpresa medrosa. Um alinhado executivo, com sua pasta 007 na mão de tão atônito, permaneceu imóvel e boquiaberto o que foi motivo de muitos comentários hilariantes. Corria o boato de que um negro havia sido preso por uma Viatura do Tático Móvel, mas foi impossível confirmá-lo. A passeata contava com mais de 2 mil pessoas, que ao chegarem no Teatro Municipal se agruparam nas escadarias, erguendo mais alto as faixas, cantando e gritando os palavras de ordem.

Milton Barbosa, integrante da Coordenadoria Executiva Nacional do MNU, após convidar todos os negros a assistirem o filme "Amuleto de Ogum" de Nelson Pereira dos Santos na Sala Guiomar Novaes, FUNARTE, encerrou a manifestação dizendo: "Nossa luta continua. O 13 de Maio é um dia de Denúncia contra a marginalização do negro brasileiro, contra a falsa Abolição, contra a repressão policial e a opressão social e política do negro".



Cena do Ato Público

O dilema da Abolição

Uma das coisas que todo negro aprende dos brancos é que ele não seria nada sem a Princesa Isabel. Sem o 13 de Maio, seria escravo até hoje. Mas será verdade? Qual o significado da Abolição para os negros?

Daqui a oito anos estaremos comemorando o Centenário da Lei Auréa com a rubrica da Princesa Isabel no dia 13 de Maio de 1888. Oitocentos mil negros neste dia foram emancipados do trabalho escravista que perdurara por cinco séculos no Brasil. A emancipação veio somente legalizar uma situação de fato que era o declínio do escravismo colonial e dar um ponto final, entre outras dificuldades, aos conflitos diplomáticos e bélicos com a Inglaterra. A maioria negra em 1888 já se encontrava "de facto" emancipada, fazendo pequenos serviços, morando na periferia: das cidades, nas favelas nascentes e integrando, na medida do possível os espaços do trabalho livre.

A Lei Auréa foi mais uma vitória para os setores liberais das novas classes emergentes em seu atrito com os setores conservadores, anti-republicanos e menos a definitiva aquisição da cidadania e das oportunidades sociais para os negros. O Brasil e Cuba foram os últimos países a "emancipar os escravos"; persistiram mesmo sob as pressões da Inglaterra, sob o temor de uma revolta negra como a chefiada por Toussaint L'Overture no Haiti, ou de uma confrontação militar como a Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América.

O 13 de Maio é, portanto, uma data histórica extremamente controversa. Não somente por ser o marco histórico da "ideologia do paraíso racial brasileiro" mas para os próprios negros que de tanto usar o cachimbo do oficialismo, já apresentam traços tortos na boca. Um dos orgulhos do Sistema brasileiro é afirmar a inexistência de racismo no Brasil, de forma a afetar as oportunidades de empregos, escolas, etc.

Isto fica bem claro nas palavras do autor de "Casa Grande e Senzala", Sr. Gilberto Freyre que, em artigo intitulado "Racismo no Brasil?" (*Folha de São Paulo*, 6.5.79) afirma não conhecer país no mundo onde haja tanta "harmonia racial". "Tanta oportunidade para o brasileiro de origem afro-negra ou ameríndia ou japonesa ou síria atingir posições importantes na vida e na cultura nacionais". Para 70 milhões de "não-brancos" as palavras do Sr. Gilberto Freyre é um desejo utópico que é desmentido, infelizmente pela realidade circundante.

Os trabalhos entre outros dos professores Florestan Fernandes ("A Integração do Negro na Sociedade de Classes") e Carlos A. Hasenbalg ("Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil") são suficientemente eloquentes para revelar que a "harmonia racial" não existe devido a ausência de conflitos abertos, mas sim por toda uma dominação sócio-política que se estende desde o voto censitário e a negação ao voto ao analfabeto até a implementação de uma política emigracionista, a manutenção institucional do retrato ideológico (estereótipo) do negro e a exclusão do item cor dos censos demográficos.

O 13 de Maio se significou para o negro a possibilidade de integrar-se à sociedade brasileira, por outro lado abriu as portas para a sua assimilação, à busca de se "embranquecer" para poder usufruir das mesmas oportunidades da minoria branca, detentora de todos os privilégios sociais, econômicos e políticos.

A Abolição foi, enfim, uma faca de dois gumes. No interior da

população negra, esta controversia assume aspectos no mínimo dramáticos. Muitas famílias negras possuem avós ou mesmo pais que relatam as dores do cativeiro, a alegria da Abolição e o infortúnio da liberdade. Alguns preferem celebrar o 13 de Maio como uma conquista, outros como uma dívida de uma princesa branca muito bondosa e cristã, repetindo a ladainha oficial.

Outros negros ainda negam ao 13 de Maio qualquer importância histórica, pois acentuam os aspectos negativos que trouxe para o negro, a falsa liberdade que não abria perspectivas sociais mais amplas para as massas negras. Simplesmente afastaram os negros das senzalas para lançá-los à liberdade de perambular pelas ruas, sem empregos sem possibilidades de adquirir algum lote de terra e muito menos de frequentar as escolas. Foram 500 anos que ficaram para trás sem que houvesse no horizonte alguma perspectiva de vida. Nos anos seguintes à Abolição, o negro se viu concorrendo com um adversário desleal: o emigrante branco europeu, que passa a ocupar e mesmo expulsar os negros de suas atividades produtivas. Isto se confirma em 1908 com a introdução da mão-de-obra japonesa, impulsionada sob o medo de se utilizar da mão-de-obra negra nativa ou africana, pois as classes dominantes temiam um "enegrecimento" da população brasileira. Será o privilégio racial do emigrante europeu que efetivará a marginalização social e econômica do negro brasileiro.

Por tudo isso, o dia 13 de Maio, deve ser um **Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo.**(VJM)

“Negro é antes de tudo suspeito”

“O negro é antes de tudo um suspeito”. Com a declaração acima um delegado de polícia de Minas Gerais confirma ao EM TEMPO a violência policial, diária e permanente contra a comunidade negra. Por que a violência policial contra os negros?

Aqui, o repórter Dalmir Francisco, do MNU de Minas, discute esta realidade comparando-a com os acontecimentos recentemente ocorridos nos Estados Unidos.

Por Dalmir Francisco

É grande o número de negros nas prisões, penitenciárias, casas de detenção, reformatórios (?). Situados na base da pirâmide social, os negros enfrentam o racismo, discurso de poder, de consequências práticas, em todos os sentidos.

Desde a Abolição da escravatura que os negros são sistematicamente afastados do processo de produção, do mercado de trabalho. A Pesquisa Nacional Por Amostragem de Domicílio — PNAD/76-IBGE, veio confirmar o fato. Demonstrou que os negros estão localizados nos setores produtivos menos qualificados e pior remunerados. Têm reduzido acesso aos bens primários. Vivendo do subemprego, enfrentando o desemprego, a massa negra é vítima da violência policial, este “big-stick” da classe dominante tupiniquim.

Esta violência fustiga bairros, favelas e alagados, em “busca de supostos criminosos”, mantendo os espoliados sob permanente pressão e repressão, disseminando o medo e a insegurança.

Em termos nacionais e internacionais, a violência policial contra os negros é um fato incontestado. Recentemente, em Miami, EUA, distúrbios raciais explodiram após a absolvição de policiais que espancaram até a morte, o correitor Arthur MacDuffie, negro, 33 anos. Estopim que levou a comunidade negra a gritar (como em 1967) “queima, neném, queima”, cansada de denunciar o desemprego (17% para negros, contra 8% para brancos e latinos, além da violência policial exercida nos bairros negros. Ali, abaixo da linha da pobreza, estão 10% de brancos, 18% de latinos, contra 38% de negros.

Na África do Sul, a comunidade negra enfrenta o racismo cristalizado em leis separatistas, que proíbem o direito de ir e vir, o de associação e livre manifestação, além é claro, da exploração e exclusão sócio-econômica. Há 19 milhões de negros, contra 4,5 milhões de brancos. Estes controlam 87% das terras, detêm 75% da renda nacional sul-africana. Os negros possuem apenas 13% das terras, sobrevivendo com menos de 20% da renda nacional. A mortalidade infantil entre brancos é de 27 em cada 1000. Entre os negros da cidade, é de 200/1000 e do campo, 400/1000.

Lutando contra o **apartheid**, os negros vem se organizando, mesmo enfrentando uma feroz repressão policial-militar, que igualmente prende e arrebeta, assassinando negros pela tortura, cinicamente publicadas como suicídio. Que se lembre de Luke Mazwembe, 32 anos, estrangulado em 02/12/76. E de George Botha, 30 anos, assassinado em 15/12/76.

Aqui no Brasil, o racismo é oficialmente proibido, sua discussão dificultada. Historicamente, sempre foram reprimidas as organizações sociais de negros, tanto em termos culturais, quanto políticos — principalmente Clubes e Associações de negros de ontem e de hoje (clubes de soul) foram e são fustigados pela polícia. A religiosidade negra formou um capítulo na delegacia de costumes. Politicamente, as tentativas de organização dos negros sempre foram pressionadas e fechadas, sob a alegação cínica de “racismo às avessas”, o que equivale à confissão do racismo exercido **contra os negros**. O racismo e a discriminação racial não são pensados, mas está cris-

talizado no comportamento de pessoas e grupos, institucionalizado pela educação escolar e outras formas de sociabilidade, pela qual a repetição de frases sedimenta o preconceito, que apontam no negro a “massa bruta”, a “preguiça, indolência e vadiagem congênitas”, ou que busca consolidar a imagem de “máquina de trabalho” e “objeto sexual de consumo... descartável” para a mulher negra.

A violência contra os negros é “comumente” aceita. A frase “negro parado, um suspeito; correndo, um ladrão” é, na aparência, apenas infame, mesquinha, menor. Na realidade, ela expressa a prática social e histórica (praxis) do racismo, que consente e legitima a violência policial contra os negros.

A miopia crítica de setores oposicionistas tradicionais e economicistas, tema em **não ver** no racismo, o discurso do poder (cumplicidade), que arranca a pele dos negros, usando-a como tecido a recobrir a exploração e o massacre da maioria da população brasileira.

No avanço da história, a luta contra a violência policial exercida contra os destituídos, começa a ser anotada e cobrada. Desde que o Movimento Negro Unificado protestou em praça pública contra o trucidamento do operário negro Robson Silveira da Luz, morto em 1978, em ato público que congregou centenas de negros, na capital paulista, que esta grave questão vem sendo levantada. Registre-se o concurso de outros setores da sociedade civil, ao lado dos oprimidos, a levantar tal bandeira.

Assim, já não passa em branco, o assassinato de menores como Cosme Vieira de Lima, 14 anos, em 06/12/79, em Minas. Ou o espancamento brutal de dois presos, por vários policiais armados, na Colônia Correccional de Pedra Preta, em março último, na Bahia. Nem o assassinato do servente Aézio da Silva Fonseca e do feirante Paulo Pereira Soares, 18 anos, em setembro de 79. Sobre tudo, a situação vai mudando, na medida em que a população destituída, negra e não-negra, conscientiza-se de que sua segurança e o respeito aos seus direitos, ela mesmo tem de conquistar e manter. Marli, mulher, negra, doméstica, enfrentou 805 soldados do 20º Batalhão da Polícia Militar fluminense. Reconheceu matadores de seu irmão, Paulo Soares. Abriu caminho para a cobrança de outros trucidamentos, praticados e acobertados pela corrupção e cumplicidade de policiais, integrados ou envolvidos nos grupos de extermínio, a serviço de quadrilhas de criminosos, apelidados “Esquadrão da Morte”.

O Mito da Lei e da Ordem

A arbitrariedade e violência policial, contra os excluídos em geral e os negros em particular, passa pelas batidas e prisões indistintas. A polícia não aceita documentos que atestem a identidade. Exige a carteira de trabalho, para que o indivíduo, principalmente o negro, comprove não ser um marginal. “Associa-se o negro, diz Maria Lúcia de Oliveira, advogada, integrante do MNU, ao crime contra o patrimônio”. Lembrou ainda, que a arbitrariedade policial “empurra os negros para a marginalização”. Preso, ele é fichado, o que diminui suas possibi-



lidades de emprego, pela “ficha suja”, que funciona como o “index proibitório” dos explorados e excluídos, da mesma forma que as “cassações brancas” atingem intelectuais e as “listas” atingem trabalhadores combativos. “Quer dizer, explica Lúcia de Oliveira, desempregado ou subempregado, o negro é transformado em **vadio compul-**

sório, ser acossado pelas batidas e prisões policiais, empurrado para a criminalidade”. Oliveira vê ainda, na violência policial um meio — eficiente — da sociedade de classes transformar o destituído num “marginal”: “A polícia não respeita os mais elementares direitos humanos. Quando preso, um negro quase sempre é torturado.”

índios

Kremaks retomam terras

A luta de uma tribo indígena de Minas Gerais para retomar as terras que possuíam desde 1808 e das quais haviam sido expulsos há quase 10 anos.

Da Sucursal

No último dia 11 de maio, 26 índios Kremaks deixaram as terras da Fazenda Guarani, para onde foram transferidos à força em 1972 pela FUNAI, em busca de sua identidade e sua história. Eles retornaram à terras do Município de Resplendor, nas margens do Rio Doce, em Minas Gerais, onde seus antepassados viveram desde tempos imemoriais. A história dos Kremaks, últimos remanescentes dos Botocudos, é como a da maioria das nações indígenas, uma história de violenta repressão.

Desde 1808, os Botocudos são vítimas de violência sistemática dos civilizados, de dizimação direta à indução ao alcoolismo. Em 1920, foi doada à União uma área de 4 mil hectares, situada na margem esquerda do Rio Doce, para ser ocupada principalmente pelos índios Pojité e Kremaks, que de fato já ocupavam a área. Em dezembro de 1972, após entendimento entre a FUNAI e o Governo do Estado, resolve-se trocar a área do Rio Doce, que a essa altura era de apenas 13 alqueires, pela Fazenda Guarani. Na verdade, essa era uma saída “resolver pacificamente” o problema dos invasores das terras indígenas, fazendeiros que alegavam ocupá-las a mais de 50 anos, apesar do documento de doação de 1920 provar o contrário.

Ninguém mencionou também, na época, que a Fazenda Guarani, que ficava para os índios, era economicamente improdutivo, ao contrário da área do Rio Doce, de solo fértil, rica em minérios e com pesca abundante. Porém, mais que uma questão de sobrevivência, as terras significam para os índios sua tradição e sua razão de ser.

A transferência feita à força, sob ameaça de prisão, teve sérias consequências. O líder da tribo, Joaquim Grande, que se recusava a deixar

a terra, foi levado algemado e ficou demente após este ato de força. O grupo entrou em processo de desintegração, uma vez que alguns foram para o Parque Indígena Vanuê, em SP (45), outros para o Município de Resplendor, MG (5) ou ainda para Belo Horizonte (2). Os que foram para a Fazenda Guarani são obrigados a conviver, numa área insuficiente e sem condições de sobrevivência, com outros dois grupos, criando-se um clima de tensão e conflitos.

Mas os Kremaks, herdeiros de uma tradição de resistência e recusa a se integrarem na sociedade civilizada, afirmam desde 73, que não ficarão naquelas terras. Agora, 26 deles — 4 homens, 4 mulheres, 2 velhas e 16 crianças — voltaram ao seu antigo lugar de moradia. Encontraram-no semi-destruído e possuíam alimentação para apenas uma semana.

Sua decisão de lá permanecerem com todos os riscos vem sendo apoiada pelo CIMI, pelo Grupo de Estudos da Questão Indígena (CREQUI), pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH-UFMG e pela Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA). Estas entidades têm procurado o apoio de outros organismos e da população em geral, lançando uma campanha de denúncia, através de um Seminário com várias personalidades e um Manifesto de Apoio, e recolhendo alimentos. Esta solidariedade será fundamental, pois a FUNAI espera vencer os indígenas pelo cansaço.

No entanto, índios e entidades insistem na ilegalidade da transferência à força realizada pela FUNAI em 72, e esperam que os grupos de Kremaks que se desagregaram voltem às terras retomadas, engrossando a luta dos que lá estão.

O ocidente e a «verdade» do sexo

A teoria e prática do topless no Brasil faz ressurgir uma questão pouco discutida: quando a burguesia investe no seu próprio sexo por meio de uma tecnologia de poder e de saber muito bem elaborada, ela faz valer o alto preço político de seu próprio corpo, de suas sensações, de seus prazeres, de sua saúde e portanto, de sua sobrevivência enquanto classe.

Por Olga Nascimento

O topless — apresentação dos seios nus em público, foi lançado no Brasil em novembro do ano passado, em Ipanema. A partir daí começou a lentamente espalhar-se nas principais cidades litorâneas do país, sempre acompanhado de repressão policial, repressão machista e cobertura sensacionalista da grande imprensa.

Alguns fatos relacionados ao aparecimento do topless no Brasil e da polêmica que desencadeou merecem especial atenção por parte daqueles que pretendem analisar o comportamento sexo-social do brasileiro.

O primeiro deles é que, no Rio de Janeiro, por exemplo, o topless só foi permitido na praia em frente ao Hotel Sol Ipanema. Já na Bahia o governador o liberou para todo o estado. O Rio Grande do Sul anunciou que seios nus constituem uma transgressão ao artigo 233 do Código Penal, que trata do atentado ao pudor e prevê penas de três meses a um ano de prisão e multas de 2000 a 6000 cruzeiros.

Em segundo lugar, o que significa o topless ser praticado em alguns lugares privilegiados e por determinadas pessoas?

Parece haver no ar uma grande confusão: um país em que os costumes sejam mais liberados é necessariamente um país mais livre?

Esta questão faz remeter a uma um pouco maior que seria a de ver como o Ocidente vem tratando o comportamento sexual — a sexualidade — enquanto objeto científico.

A arte erótica

Há cerca de três séculos não se fala em outra coisa. Por volta do século XVIII nasce toda uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. Não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob a forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação.

Para Michel Foucault — filósofo francês interessado nessa pesquisa — se tratava de falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de to-



dos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. "Existem historicamente dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo".

Um que Foucault denomina "arte erótica", presente em algumas sociedades como a China, Japão, Índia, nações árabe-muçulmanas etc. Na arte erótica a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência. Dessa forma constitui-se um saber que deve permanecer secreto, não em função de uma suspeita de infâmia que marque seu objeto, porém pela necessidade de mantê-lo na maior discrição, pois segundo a tradição perderia sua eficácia e sua virtude ao ser divulgado.

A ciência sexual

O outro seria a "ciência sexual", cultivada pela cultura ocidental. A nossa civilização aparentemente não possui arte erótica. A ciência sexual do Ocidente procura definir seus parâmetros dentro dos quais opera a inclusão do que é aceitável no campo da normalidade, e a exclusão do que é inaceitável deste mesmo campo (topless, por exemplo). Mas ao excluí-los é preciso estudá-los conscientemente. Trata-se então de estu-

dar o sexo das crianças, dos homossexuais, das mulheres, dos loucos, dos enfermos, dos presos, dos criminosos, dos que praticam incesto etc.

Este processo acaba gerando, a partir do século XVIII quatro grandes procedimentos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo: a histerização do corpo da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer "perverso".

Foucault defende que esta proliferação discursiva contraria a idéia de que o sexo foi reprimido, interditado ou envolvido por um tabu todo-poderoso. E pondera sobre as razões que levaram à falsa identificação deste tabu. A seu ver, o fenômeno se explica, pelo mesmo paradoxo que fez o indivíduo falar sobre um assunto e ao mesmo tempo acreditar que sobre tal assunto não se fala. E não é bem uma hipocrisia, no sentido ético da expressão (dizer o que não se pensa), mas sim uma maneira de contornar o verdadeiro estatuto da censura: uma técnica que obriga em lugar de proibir.

O alvo do poder

Qualquer análise atual que tentasse dar conta da sexualidade ou, em menor instância, da questão específica do topless, seria precipitada em emitir um enunciado, uma vez que ambas as coisas estão em franco processo de realização, tanto teórica como prática.

Contudo, isso não impede a reflexão a respeito, muito pelo contrário, denuncia a necessidade de estudo e pesquisa séria a respeito de um fato que seria, aparentemente, uma pequena alteração nos costumes brasileiros, mas que no fundo se presta entre outras coisas à incitação discursiva, alvo do poder.

Se considerarmos que o topless só está sendo feito hoje no Brasil por mulheres burguesas, "bonitas", bronzeadas e magras, pode-se partir para um tipo de análise como a de Foucault.

A burguesia foi quem pela primeira vez problematizou a sexualidade das

crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; foi alertada para uma patologia possível do sexo, uma necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção das "perversões". Foi a burguesia quem inventou receitas de práticas sexuais, de técnicas científicas e de discursos. Ela "descobriu" que a mulher tinha sexo, que o adolescente se masturbava e que a criança burguesa devia ser observada, cercada em seu berço por uma ronda de parentes, babás, pedagogos e médicos, atentos às mínimas manifestações de seu sexo.

Um sexo de classe

Assim, as camadas populares "esparam" durante muito tempo dessa sexualidade. Esses mecanismos de sexualização só penetraram lentamente em tais camadas e, segundo Foucault em três etapas sucessivas.

Primeiro em relação à questão da natalidade, quando descobriram que se podia "enganar" a natureza. Depois, quando a organização da família em torno da religião pareceu ser um controle político e de regulação econômica indispensável para a sujeição do proletariado urbano. Por último quando se difundiu a idéia de que era necessário um controle judiciário e médico das perversões, por conta de uma proteção da sociedade e da raça humana.

Pode-se dizer que a partir daí o "dispositivo de sexualidade" elaborado de acordo com suas formas mais complexas e mais intensas para e pelas classes privilegiadas, difundiu-se no corpo social como um todo. Entretanto não recebeu em todos os lugares as mesmas formas, nem os mesmos instrumentos.

Parece que a "moda" topless não foge a essa regra. Ele é testado primeiro pela burguesia, dentro do seu projeto de inventar técnicas de maximizar a vida. "Ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se primeiro do corpo, do vigor, da longevidade, da progeneridade e da descendência das classes que 'dominavam'".

Quando investe no seu próprio sexo, por meio de uma tecnologia de poder e de saber inventada por ela própria, a burguesia faz valer o alto preço político de seu próprio corpo, de suas sensações, seus prazeres, sua saúde, sua sobrevivência. Assim, a valorização do corpo deve ser ligada ao processo de crescimento e estabelecimento da hegemonia burguesa através do que pode representar para o presente e para o futuro da burguesia a "cultura" do seu próprio corpo.

Para Foucault é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou antes, que a sexualidade é o originária, e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos.

Novo lançamento da Codecri!

O beijo da Mulher Aranha

Recém-chegado do México, Manuel Puig, o conhecido escritor latino-americano, autor de «Boquinhos Pintadas», «Buenos Aires Affair» e outros livros de sucesso, pretende se fixar definitivamente no Rio de Janeiro.

«O Beijo da Mulher Aranha», que alcançou estrondoso sucesso internacional, com mais de cem mil exemplares vendidos na Espanha e trinta mil nos Estados Unidos, além de tradução em alemão e inúmeros outros idiomas, será lançado agora pela Editora Codecri, com tradução de Glória Rodriguez e revisão do próprio autor.

EDITORA CODECRI LTDA

Rua Saint Roman, 142 - Tel.: 287-6796 - ZC 37 — Copacabana — Rio de Janeiro — RJ

Planejamento familiar

Uma “questão de estado”?

A polêmica sobre o controle da natalidade no Brasil, tem envolvido numerosas personalidades e instituições públicas, sem contudo, abrir campo à expressão das mais diretamente interessadas: as mulheres.

Por Maria Tereza Verado

Noticia-se na grande imprensa que o Ministro da Saúde está realizando estudos para lançar, em âmbito nacional, um programa de controle da natalidade que se iniciaria por uma campanha de “esclarecimentos” sobre a fisiologia humana e planejamento familiar.

Os representantes da CNBB - D. Ivo Lorscheiter e D. Luciano M. Almeida — por sua vez se antecipam a esse lançamento. A nota da CNBB adverte que o governo “nunca terá o direito de impor ao povo uma regulação compulsória de natalidade, sob o pretexto de com ela combater a miséria e viabilizar o desenvolvimento e progresso econômico. Não se luta eficazmente contra a pobreza limitando-se a natalidade; regula-se a natalidade erradicando a miséria. Mais do que programas de controle da natalidade, o que se espera do governo são medidas de política econômica com equitativa e justa distribuição da renda”.

Já o deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) pensa exatamente o contrário. Ele propõe um curioso e eficiente método de coação às “proles numerosas”. O sistema consistiria simplesmente em aplicar punições salariais às famílias desregradadas. O salário família para o primeiro filho seria de Cr\$ 1.000,00; para o segundo Cr\$ 500,00. A partir do terceiro filho do empregado, ele não mais seria pago.

A polêmica, contudo, há muito tempo transbordou o campo da medicina social para se incorporar aos temas da geopolítica. Nesse sentido, fazendo eco a um argumento conhecido dos chamados “militares nacionalistas”, o general Serpa denunciou, em abril, a existência de um plano de fundações norte americanas (Ford e Rockefeller) que pretendem implantar no Brasil cerca de 900 centros de esterilização, visando esterilizar cerca de 15 milhões de mulheres brasileiras, tal como ocorre em alguns países da América Latina e ocorreu na Índia. Segundo uma velha tese desses militares, este plano faria parte de uma estratégia mais ampla de dominação imperialista.

O fato é que todos os lados da polêmica invocarão extensos argumentos pró e contra, mas até aqui a tendência tem sido a de envolver as decisões

numa redoma que as proteja do “cheiro do povo”. “Nacionalistas” e “entreguistas” dificilmente deixarão de encarar o problema como questão de Segurança Nacional, consolidando a tradição autoritária.

Enquanto isso, evitando programas espalhafatosos e retardando posições oficiais, um planejamento “na moita”, oficioso, continua sendo posto em prática (e se prepara sua ampliação) no Ministério da Saúde.

Em São Paulo, o secretário do Planejamento, Vaz da Costa, informou, em abril, sobre esses processos, realizados através da iniciativa privada, convênios com Prefeituras do Interior, Faculdade de Medicina de Campinas e Secretaria de Promoção Social. Evitando a “vulgarização do debate”, abre-se campo para a aplicação de métodos e medicamentos cujos efeitos são desconhecidos pelas pacientes.

Enquanto isso, a Assembleia Legislativa paulista acolheu, em maio, uma moção da Comissão de Promoção Social contrária à aprovação da Lei do Aborto. O parecer da Comissão justifica essa atitude com o argumento de que a prática do aborto constitui verdadeiro genocídio e atentado a “nossos” dogmas religiosos, filosóficos, morais, etc. O deputado Fernando Moraes apresentou substitutivo em que propõe, antes da aprovação de qualquer sistemática nesse sentido, um amplo debate nacional com vistas a democratização das decisões.

A “moção antiaborto” vem assinada por quatro deputados — entre eles a parlamentar Nodeci Nogueira — que ao que se deduz, julga representar a “consciência moral” de todos os brasileiros. É justamente esse o ponto questionado por Fernando Moraes: “Com efeito, não pode o legislador paulista manifestar-se contrário a uma lei que legaliza o aborto sem, antes, procurar compreender o problema no quadro mais amplo de uma política nacional de controle da natalidade” (...) Diferentemente de outros países, no Brasil a política de controle da natalidade converteu-se, autoritariamente, em ‘questão de estado’. O Executivo formula e propõe iniciativas neste campo sem se preocupar em consultar amplamente os interessados diretos, as mulheres e as famílias em geral”.

O fim do crime do adultério

Uma lei que favorece principalmente à mulher.

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 299, de 1979, do Senado Federal o adultério deixa de ser crime no Brasil e entramos assim no século XX. Essa lei revoga o artigo 240 do Código Penal instituído pelo Decreto-lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940 que fazia parte do conjunto de leis brasileiras baseadas no Direito Romano. O artigo 240 era uma quase cópia da chamada Lei Júlia, que na Roma Antiga castigava os praticantes de adultério com o pagamento de determinadas quantias em dinheiro ou com o exílio perpétuo ou temporário, segundo os casos. No Brasil, a lei estipulava para esse “atentado ao casamento” penas que variavam de 15 dias a 6 meses de prisão.

Embora o fato de se riscar do estatuto penal, esse texto sobre o adultério, venha beneficiar homens e mulheres, ele toca principalmente às mulheres.

Prova disso é a leitura do projeto (5-11-79) e do parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (21-11-79). Ela revela, entre outros detalhes interessantes, o fato de que a discussão sobre o adultério é geralmente centrada sobre a mulher adúltera: as autoridades policiais eram convocadas para lavar flagrante de adultério, geralmente pelo marido, com o fim único de entregar uma prova de infidelidade do cônjuge no Juízo Civil; o direito canônico chegou a condenar a adúltera ao enclausuramento num Convento; e a moral permitia e até estimulava o homem a ter seus “casos” fora do casamento.

Anacronismo? Talvez um anacronismo que tenha mudado de forma no tempo. Afinal, boa parte da literatura naturalista do século passado substitui a noção de pecado (punível com penitências) pela de doença social (punível com a desgraça, a fatalidade, etc.). E o ser “doente” é, via de regra, a mulher.

Seguindo essa tradição não é de surpreender a recomendação do próprio autor do projeto Amaral Furlan: “O adultério, o mais das vezes é ditado por razões fundamentalmente psicológicas, ou seja, por carências afetivas ou mesmo pela frieza de um dos cônjuges. A solução para o problema deve ser encontrada com o auxílio de psiquiatras e psicólogos e nunca através da repressiva tipificação do ato como crime. Esse enfoque moralista e ignóbil há de ser extirpado de nosso estatuto penal”. Ou seja, mais uma vez, as relações “extra conjugais” são tratadas como patologia. E o casamento como o normal e sadio.

De qualquer modo, justamente pelo fato de ser a mulher o alvo principal da lei sobre o adultério, essa revogação tira, de alguma forma, uma pena que pendia, quase exclusivamente, sobre sua cabeça. (MTV)



Marie Helene na Bahia, pouco antes de sua expulsão.

Pela volta de Marie Helene ao Brasil

Vamos trazer Marie Helene de volta, como trouxemos Flavia!

Com essa palavra de ordem teve início no último dia 19, na Bahia, um ato público pela volta de Marie Helene Russi ao Brasil. O ato contou com a participação de mais de 150 pessoas, do CBA-BA, CBA-Rio, CBA-Alagoinhas, PT, DCE e DA de Economia da UFBA, pais, amigos e várias outras entidades. O evento teve como objetivo principal o lançamento do Comitê pela volta de Marie Helene que passou a funcionar desde então na sede do CBA-BA (Rua Caetano Moura nº 16 todos os dias a partir das 20:00 horas).

Marie Helene chegou ao Brasil com 4 anos de idade vinda da Suíça, com os seus pais. Aqui ela estudou, cresceu e criou suas raízes afetivas e culturais. Foi expulsa do Brasil em 1976, com 29 anos.

Ela foi secundarista, no Colégio Central da Bahia e estudante de História da UFBA em 1968 e 69, ano em que foi presa. Ao sair da prisão, em 71, se preparou para novo vestibular e ingressou na Escola de Economia da UFBA em 1974. Foi novamente presa, em janeiro de 76, na porta da escola de Economia e em maio, ainda presa, foi surpreendida com o decreto de expulsão.

Em 79 ela foi anistiada, mas o decreto de expulsão permanece. Ela está pagando assim, duas vezes pelo mesmo crime.

Marie-Helene é brasileira. É no Brasil que ela quer viver, junto com seus pais, irmã, sobrinho e amigos. Como ela própria diz numa carta escrita de Lausane no dia 6 de maio: «A minha história, aquela a qual sinto pertencer, se passa aí na Bahia, no Brasil, no Tiers Monde, como dizemos aqui. Eu não sou daqui, minha gente e quero ver Irene dar sua risada! Eu gostaria, eu quero muito voltar» Todo apoio à campanha!

Jamil Almansur Haddad
em entrevista exclusiva:

«A religião não é apenas o ópio do povo»

Jamil, escritor, poeta, poeta-tradutor, abarca também em sua vida a formação científica como médico psiquiatra.

Na ocasião da feitura de sua última obra — «Aviso aos Navegantes» (para que não naufraguem) — ele converte-se ao islamismo porque, «já estava na linha da Revolução islâmica que culmina com Khomeini no poder em 1979». Dificultado no Brasil pela censura, o livro foi editado em Paris pela Maspero em 1977. Aqui ele nos fala sobre o Irã, os profetas e os heróis, numa perspectiva político-religiosa.

Por Olgária Matos, Mary M.C. News e Rachel de Andrade

— As mobilizações de massa no Irã que levaram à derrubada da ditadura situam-se entre as mais amplas do mundo. Você acredita que isto tenha algo a ver com o caráter religioso da direção daquele movimento?

— Primeiramente eu gostaria de ressaltar a dificuldade em se tratar esse assunto, dadas as idéias herdadas e acomodadas que no ocidente todos têm, tanto sobre culturas como a iraniana como sobre as relações entre política e religião. Ora, política e religião são, basicamente, visões do mundo. E, nesse sentido, são a mesma coisa. Por outro lado, todo movimento religioso é também um movimento político e assim poderíamos qualificar desde as heresias medievais — quando as lutas de classe ligavam-se diretamente às questões religiosas — até a cisão islâmica do sunismo e do xiismo. Khomeini é um líder que escapa da definição corrente de política como simples jogo de poder e ambição imediata de poder que é a visão burguesa da política. Ele é um líder carismático. Por isso ele não pode ser moderado, não pode fazer o jogo da conciliação.

Desta forma, ele escapa ao “realismo político” de cujo ponto de vista ele só pode cair e morrer. Por outro lado ele é também um líder religioso islâmico, o que nos remete outra vez para a questão de qual visão de mundo, ele representa.

Do ponto de vista do «realismo político ocidental» Khomeini só pode cair e morrer. Porque ele não pode ser moderado. Não pode conciliar.

— Então, fale um pouco do islâmico. Qual o significado da cisão entre sunismo e xiismo?

— Ela se prende à questão da sucessão de Maomé. Os xiitas se apegaram à descendência de Fátima, filha de Maomé. O marido dela, genro de Maomé é o que representaria sua herança (e nesse sentido seriam heréticos). Já os sunitas, pretenderam representar diretamente Maomé e na defesa da ortodoxia assassinaram todos aqueles que se ligaram à linhagem de Fátima. Esse fato é muito importante para se entender a política no Irã hoje: dado esse passado, os xiitas consideram o martírio como uma força atuante. Ele não é nem inócuo, nem belo: o martírio é uma militância. Por outro lado, o xiismo desenvolveu duas

seitas: a septimana e a duodecimana relacionadas com a questão da chefia. Uns consideravam a existência de sete imans (onde o sétimo se ocultou) e os outros consideram a existência de doze imans (onde o 12º se ocultou). Em ambas as seitas se considera que o iman oculto algum dia vai voltar para estabelecer a justiça e o julgamento final. Eu me pergunto se Khomeini não seria hoje a representação desse iman oculto.

Por causa dos seus antepassados assassinados os xiitas consideram o martírio como uma força atuante. O martírio é uma militância.

— Mas como se desenvolveram essas seitas dentro do xiismo?

— O xiismo heterodoxo corresponde à facção pobre do islamismo, e foi responsável, historicamente, por uma série de revoluções sociais, inclusive a revolta de escravos da Idade Média. Para o islamita, toda a vida política é a busca do Éden, fato que tem, também, a conotação de busca de uma sociedade sem classes, ou uma realização anarquista da sociedade.

O móvel ideológico essencial do Corão é uma palavra: justiça. O Evangelho também tem sua palavra mágica: amor. E como não há justiça sem amor e vice-versa, o mundo pode estar salvo com a confluência das duas religiões. Salvar-se é chegar ao Éden. Desta maneira, é preciso reavaliar a famosa expressão “a religião é o ópio do povo”.

Repetição secular, mas sempre destacada de seu contexto. O que Marx diz em seguida é que a religião é o Espírito das épocas que perderam o espírito. No mundo vazio de valores é que surge a proposta, aparentemente idealista, da revolução islâmica, o comunismo sendo o “Islã do século XX”. Isto é um impacto na realidade atual e futura. Somos, não podemos esquecer, os herdeiros imediatos no séc. XIX e de seu ateísmo, da maçonaria, etc. Tudo isso é leigo.

— Levando-se em conta as questões até agora suscitadas, como você vê as possibilidades de desenvolvimento da revolução no Irã?

— O destino do movimento depende da correção de forças. É claro que todo socialismo teme Pinochet, quer dizer, todas as alternativas são possíveis. Se a revolução islâmica for derrotada, ficaremos sem esperanças como um todo.



Somos herdeiros imediatos do século XIX e de seu ateísmo. É essa tradição que não nos deixa ligar religião e política

Reiterando o que disse há pouco, é a nossa tradição do século XIX que não nos deixa ligar religião e política. Nunca pensamos em ligar movimento religioso com socialismo. Eu acho que a religião pode traduzir um vocabulário, uma sintaxe nova, dinamizadora. Veja-se a importância das palavras. Não é sem sentido o empenho das classes dominantes nos estudos linguísticos. Além disso é preciso reavaliar o papel do herói na História. Eu penso que sem Fidel não haveria revolução cubana. No caso de Kadafi, também. Kadafi começa sua militância ainda no Liceu, aos 16 anos. Todos eram contra o rei na Líbia. Kadafi diz: “eu vou derrubar o rei”. É um negócio messiânico. Se Jango tivesse essa garra, 64 não teria vencido. O mártir muçulmano tem a promessa de que, se morrer pela fé, terá a recompensa no outro mundo. Para o cristão, o mártirio não é militância. Voltando ao herói: é difícil dizer que se não houvesse Maomé teria havido outro. Às vezes, há oportunidades históricas mas não há o homem. O herói tem que arriscar, tem que apostar. Ou vai ao poder e fuzila ou é fuzilado fora do poder.

Às vezes existem oportunidades históricas mas não existe o homem. O herói tem de arriscar. Ou vai ao poder e fuzila, ou é fuzilado fora do poder.

— O que representa no Corão a repressão ao homossexualismo? Baseado em que leitura dele, volta-se a punir a mulher adúltera?

— O problema no Irã não é com o homossexualismo, é com a sexualidade. Esse problema é de todo o islamismo. Quando se encara o islamismo como uma realidade contemporânea, é preciso ter em conta o tipo de sociedade em que Maomé e o islamismo surgiram. Quero dizer, o muçulmano não deve permanecer aferrado a textos socialmente ultrapassados. Assim, não se pode negar ao Corão um espírito que desagradaria profundamente às feministas de hoje. Expressões como aquelas que colocam a mulher sob a subordinação do homem são, modernamente, chocantes. Mas é preciso lembrar que a coisa mais comum que acontecia no tempo de Maomé às mulheres, era elas serem mortas ao nascer. Havia uma extrema degradação da mulher antes de Maomé. Quando ele coloca a mulher sob a proteção do homem, isto é um tremendo avanço. Ele indicou quem as amparasse. De execrada, a mulher passou a tutelada. É para o espírito da época que os textos do Corão

foram redigidos, e aí houve uma proteção à mulher; essa tutela continuou, abrandada pelas influências ocidentais. O islamismo surgiu numa sociedade selvagem, onde as mulheres eram agredidas pelos homens. O véu, por exemplo, foi uma forma de defendê-las, foi uma espécie de “blindagem”. A intenção era correta. Houve uma melhora na situação da mulher com o véu e com a poligamia. Agora, poligamia não é só querer ter muitas mulheres... Maomé tinha nove e atendia corretamente a todas elas. Quanto ao uso do véu, hoje, tenho a dizer que a massa de mulheres do Irã quer o véu. Não há imposição. Por que elas querem, eu não sei. Acho que o véu tem uma dimensão que se ignora. Tem a ver com a ocultação da mulher ou seu desnudamento. O Ocidente desnuda; o véu oculta. No Ocidente o velamento da mulher é coisa maliciosa. Parece que há uma lei fisiológica que diz que o estímulo, alcançando um certo limiar ou sendo repetitivo, abole o reflexo, ou seja, o desnudamento da mulher acaba anulando a resposta sexual. Nesse contexto, acho que o peso cultural da tradição sofre o impacto das idéias ocidentais.

Maomé tinha nove mulheres e atendia corretamente a todas. Mas é óbvio que não posso defender Khomeini do ponto de vista feminista.

Acho que uma das grandes manifestações do racismo é o europocentrismo, é achar que os valores europeus devem ser universais, eternos. Uma curiosidade: o Kemal Attaturk, que na década de 20 foi ditador na Turquia, tinha uma amante norte-americana que não suportava os turcos barbudos... Attaturk baixou um imposto sobre as barbas; com esse “ato legislativo” os turcos passaram a tirar as barbas, o que obedecia ao imperativo da “Gilette”, que relacionava barba comprida com medievalismo, e rosto limpo com modernidade. Então pergunto: Quantas “gillettes” o ocidente impôs ao oriente? Mas, voltando ao problema feminista. A punição do adúltero cai no código da tutela da mulher, que continua. Com relação ao homossexualismo, o ayatollah não corresponde nem à tradição, nem à realidade social. O homossexualismo sempre foi exaltado na poesia islâmica. O lesbianismo não é citado na cultura árabe. Havia tolerância quanto a esses hábitos. Acho que, ainda hoje, o combate ao homossexualismo no Irã está na linha da revolução cultural chinesa, e mesmo na do Pol Pot do Camboja: pensavam em reformar o país na base da “purificação” do povo. Há a elaboração de uma ética que vem de cima para baixo, na qual o homossexualismo é visto como miséria, como “tara” moral. O ayatollah tem uma ética de cúpula na sua visão das coisas. Ele contraria a tradição e sabe disso, mas quer retificar condutas. Mas é óbvio que eu não posso defender Khomeini do ponto de vista feminino.

Censor Plenipotenciário

*Proíba a noite para menores
Faça cortes no amanhecer
Enquadre na lei o meio-dia
E suspenda sine-die o anoitecer*

*Diga à primavera: não floresça
E à folha de platano no mês de maio:
não caia*

*Grite à onda na praia: não corra não
venha, não morra*

*Ordene ao vento: pare
E à memória, esqueça*

*Arranque as asas das borboletas
Voar é sobretudo um vício
Rompa o silêncio e cale o som
Faça do mar um aquário
Do amor um suplicio
E do espaço enorme gaiola
mas atenção*

*Torça o pescoço do primeiro gabola
Que piar fora do tom*

*Diga à ampulheta: corra para cima
E ao ponteiro: marque outra hora
Diga à chuva: não me venha com
desculpas*

*E quando te arrancarem das mãos
A tesoura-condão que tanto acalentaste*

*Diga logo ao pequeno ferro: volte aqui
a tarefa não acabou
Se há outro poder
Quem sabe corto tudo ao contrário
o que já cortei
E para não deixar dúvidas
Entregue a alma a Deus
E mande o Diabo te carregar*

Flávio Aguiar, de Paris

Repensando a Cultura Popular

Arte em Revista nº 3, Ed. Kirós 1980, 106 pg — Cr\$ 150,00

Por José Mario Ortiz Ramos

Após se deter nos seus dois primeiros números na produção cultural dos anos 60, **Arte em Revista** nº 3 lança em cena uma questão intimamente ligada à produção daquele período: o popular, ou para alguns o nacional-popular, é o centro das atenções. O tema reveste-se também de uma importância atual se atentarmos para a intensificação do movimento popular hoje.

A revista alterou uma diretriz anterior de só publicar textos documentais, veiculando agora também a produção que se concretiza atualmente sobre a controversa questão.

Num primeiro bloco da publicação concentram-se os artigos que delimitam a problemática da cultura popular de forma mais ampla, buscando um aprofundamento teórico do problema. Destaca-se então o artigo de Marilena Chauí — “Notas sobre a Cultura Popular”, que retoma e aprofunda suas próprias reflexões, anteriormente explicitadas no texto “Cultura do Povo e Autoritarismo das Elites” (publicado em **A Cultura do Povo** Ed. Cortez e Moraes — 1979). Marilena avança de forma inovadora e instigante, sacudindo a poeira da questão e incentivando a polêmica. O centro teórico do artigo é o repensamento do conceito de alienação, que serviu de ponto de apoio a toda “arte conscientizadora” do início da década de 60. Na verdade o alvo da autora, o ponto onde descarrega a sua municação crítica, é o papel autoconferido por intelectuais e artistas visando

exercer uma função desalienadora do povo. Para Marilena “...este iluminismo vanguardista e inconscientemente autoritário carrega em seu bojo uma concepção instrumental de cultura e povo e uma das suas expressões lapidárias encontra-se no Manifesto do CPC, de 1962, publicado no primeiro número desta **Arte em Revista**.” Fundamental no artigo de Marilena é a integração de toda uma produção antropológica atual, que está procurando apreender concretamente as formas de pensar e agir desenvolvidas pelas classes dominadas. Assim, a autora alicerça as suas reflexões sobre arte e religião populares sobre as bases sólidas das análises concretas.

Uma grande parte da revista é dedicada aos movimentos de cultura popular do passado, como o MCP do Recife e o CPC ligado à UNE. Reeditam-se desta forma, entre outros textos, os dois primeiros capítulos de “Cultura Posta em Questão” de Ferreira Gullar, bem como poemas da série “Violão de Rua”. Temos ainda neste terreno o depoimento do sociólogo Carlos Estevan Martins, um dos presidentes do CPC, que refuta as críticas de populismo e autoritarismo hoje imputadas à prática do Centro. Carlos Estevan parece retrucar ao artigo de Marilena, e nem sempre com argumentos muito convincentes: “Evidentemente, nós levávamos ao público determinadas idéias e informações. Se isso é ser paternalista, então todos autores que li e que me abriram a cabeça também foram pater-

nalistas comigo e eu muito lhes agradeço.”; ou em outros trechos antológicos: “...eu lutei para que cada vez mais se baixasse o nível, não do conteúdo, mas da forma. Plagiávamos por exemplo...O Chico de Assis queria aplicar técnicas de Brecht e eu disse: — Nada de Brecht por aqui.” Carlos Estevan reluta em aceitar a crítica a um processo, confundindo-a e identificando-a com uma crítica pessoal aos agentes.

Além de um artigo de Mario Pedrosa — “Arte Culta e Arte Popular”, temos ainda vários estudos sobre a literatura de cordel, e sem pretender negar a importância destas pesquisas pergunta-se: porque não se diversificou a pauta, alargando o campo abordado pela publicação? Assim é incompreensível por exemplo a ausência do cinema brasileiro na revista. Mesmo que inexistam subsídios acadêmicos, porque não republicar o debate travado em torno de “Amuleto de Ogum” em 1974? No campo de teatro, com perspectivas populares, porque não falar do trabalho do grupo “União Olho Vivo” de César Vieira? Esperamos que as respostas a estas questões não estejam permeadas e marcadas pelas malhas do academicismo que às vezes nos envolvem despercebidamente.

O brilho de **Arte em Revista** no entanto permanece, e a publicação já está concretizando suas metas de servir de fonte para debates e pesquisas mais aprofundadas, tanto assim que o primeiro número da revista esgotou-se rapidamente.

LEIA E ASSINE REVISTAS

“EL VIEJO TOPO” E “TRANSICIÓN” (ESPANHA)



EDITORIA COMBATE SOCIALISTA - Distribuidora exclusiva do EL VIEJO TOPO e TRANSICIÓN para todo o Brasil

Não é necessário qualquer pagamento antecipado. O assinante pagará cada revista mensalmente, quando recebê-la através do reembolso postal.

Preço: EL VIEJO TOPO e TRANSICIÓN. Cr\$ 150,00 cada exemplar, inclusive os números atrasados e números Extras.

Preencha o cupom ou escreva uma carta para
EDITORIA COMBATE SOCIALISTA
Rua Jerônimo Coelho, 206 — Caixa Postal, 10.319
90.000 — Porto Alegre (RS)

Nome: CEP: Estado:
Endereço:
Cidade:

EL VIEJO TOPO ☐ Assinatura 1 ano ☐ Assinatura 6 meses ☐ Coleção Completa nº 1 ao nº
Números atrasados:

TRANSICIÓN ☐ Assinatura 1 ano ☐ Assinatura 6 meses ☐ Coleção Completa nº 1 ao nº
Números atrasados:

EL VIEJO TOPO Ns EXTRAS 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐
OBS: Os números atrasados desejo receber parceladamente, números cada mês.

EL VIEJO TOPO números atrasados

- Os herdeiros de Marx/Imprensa Revolucionária na sociedade burguesa
- Mandel (entrevista) / Dossiê Anarquismo
- Sartre (entrevista) / Dossiê Eurocomunismo
- Anarquismo e Comunismo / Fernando Claudín / Anti-psiquiatria
- China depois de Mao / Luis Althusser
- Pela reconstrução popular/imperialismo/Foucault
- Militância e Revolução/Dossiê Stalinismo/Gramsci e os Conselhos Operários
- Filosofias de Underground/Homossexualidade
- Índios Metropolitanos/Feminismo/FBI
- Novos Filósofos/Dossiê Ilustração do Proletariado
- Ernest Bloch / A Comunidade de Paris
- Contra o Cárcere / Rosa Luxemburgo
- A crise da esquerda revolucionária / Gramsci
- Alemanha: gulag ocidental / O novo subproletariado
- Pedagogia e Marxismo / O orgasmo é revolucionário
- Fascismo
- Postulantes / Lucio Magri / Surrealismo

- Pierre Boue / Sartre / Eduardo Galeano
- Dossiê Maio 68 / Althusser e Coletti: a crise do marxismo
- Marxismo e Irracionalismo / Debate no PCF
- Velho e nova política do PCF / Foucault
- Comunicação alternativa
- Autonomia Operária / Ciência e Sociedade
- Luís Inácio / Cinema e guerra civil
- Agnes Heller / E. Ballbar
- Samir Amin / Universidade contra a Vida / Dossiê Transição
- Conversas com a esquerda da esquerda
- Socialismo e Revolução sexual / Militância de esquerda
- Cuba 20 anos / Dossiê Freud / Stalinismo: ideologia da burguesia de Estado
- Cultura pós-fraquist / Reflexões sobre a tortura
- Dossiê Cidade / Marcuse / Miséria da Filosofia
- Do terrorismo à guerrilha / Dossiê Einstein
- Do terrorismo à guerrilha / Dossiê Einstein
- Antropologia e Marxismo
- Última entrevista com Pininfarina / Lesbianismo: uma alternativa política?
- Socialismo — Social-democracia — “Yo, Toni Negri” / Lidia Falcon

EUA

Brucutu pode chegar ao poder

Ameaçado, o colosso imperialista se torna mais perigoso:
para salvar a barbárie capitalista, o governo americano aumenta
o risco da destruição nuclear

Por A. Duret

Os EUA passam atualmente por um período de grande crescimento do conservadorismo. A onda de reação que varre o país fez Jimmy Carter esquecer seu pretensão pacifismo inicial e caminhar para posições cada vez mais belicosas, e perigosas, como ficou claro na fracassada operação no Irã. Isto deu algum alento à sua desacreditada campanha pela reeleição, e uma grande vantagem sobre seu rival «liberal» Ted Kennedy.

Por outro lado, pela primeira vez desde muitos anos há chances reais de que a direita mais brucutu, representada pelo ex-ator Ronad Reagan, chegue ao poder. Fala-se em um «novo conservadorismo» americano.

Esta onda reacionária é certamente uma enorme ameaça mundial. Mas não tem nada de inexplicável: a classe dominante americana e os meios de comunicação que ela manipula estão tentando desesperadamente recuperar as condições políticas para realizar intervenções militares diretas, condições que foram perdidas após a traumática derrota no Vietnã.

Diante do ascenso da revolução anti-imperialista e proletária a nível mundial — no Irã, na América Central —, o Tio Sam se assusta e não pode brincar: novas explosões como a que levou o xá ao chão podem ocorrer, e não é aceitável que o imperialismo fique de novo sem condições de salvar um precioso aliado.

Este o sentido da enorme campanha reacionária que empurra os EUA para a direita, campanha que foi ajudada por erros graves da burocracia soviética, como a intervenção militar no Afeganistão.

Publicamos um artigo sobre a situação militar e política do imperialismo americano, transcrito do semanário francês «Rouge».

Desde 1975, desde a vitória da revolução vietnamita, produziu-se uma modificação das correlações de forças entre classes em detrimento do imperialismo. Esta mudança é o resultado cumulativo da derrota americana na Indochina, com suas repercussões sobre a cena política dos Estados Unidos; do declínio da hegemonia americana sobre o mundo capitalista; da crise da economia capitalista internacional, com as contradições sociais exacerbadas que decorrem daí, e o aguçamento da concorrência inter-imperialista. Tudo isto se traduz na crise da direção política imperialista, frequentemente apresentada pelos meios de comunicação de massa sob a forma do «caráter vacilante» de Carter.

Curar do traumatismo vietnamita

Neste contexto, uma série de acontecimentos estouraram no último período: a derrocada por uma mobilização popular sem precedentes da ditadura do xá, gendarme regional que merecia toda a consideração da Casa Branca, da CIA e, em geral, de todas as chancelarias das potências imperialistas; o estouro da revolução na América Central e nas Caraíbas, com a liquidação de Somoza por uma insurreição popular; um novo ascenso da mobilização anti-imperialista no Irã cristalizado em torno da «tomada de refens» da embaixada dos Estados Unidos, com um eco em

muitos países «islâmicos». A intervenção soviética no Afeganistão para impedir o afundamento do regime nascido do golpe de Estado de 1978, sublinha a perda relativa da capacidade de intervenção americana em uma região-chave. Carter não podia simplesmente curvar a espinha.

Todos estes golpes desfechados contra o imperialismo — sobretudo americano — não devem fazer esquecer o aspecto aparentemente paradoxal desta crise: sobre o plano militar, os EUA continuam a principal potência a escala mundial. Eles dispõem dos maiores meios de destruição militar, e os mais terríveis de toda a sua história.

Mas para fazer um uso mais eficiente desta força militar, para poder se lançar em uma nova etapa da «corrida armamentista», para poder utilizar melhor o trunfo que constitui a consolidação militar de novas «bases» (da Tailândia ao Egito, passando pelo Paquistão e pela Turquia), para enfrentar diretamente uma revolução ascendente, é preciso antes que o imperialismo americano «cure» as massas trabalhadoras americanas do «traumatismo» vietnamita. Carter se dedicou a isso desde a sua chegada à presidência. Esta tarefa está sendo conduzida com uma resolução reforçada nos últimos meses.

Em primeiro lugar, Carter lançou a política dos «direitos humanos», com o fim de criar uma ideologia que tome o lugar da difundida por Kennedy e que desabou sob os golpes duros da revolução vietnamita. Chomsky notou bem a propósito «que é notável que a 'descoberta' do Gulag se tenha produzido no fim da guerra do Vietnã, no momento em que era conveniente desviar a atenção para outras atrocidades» (Le Monde, 22 de fevereiro de 1979).

Em seguida, tomou forma uma campanha que, ultimamente, se articula em torno do perigo representado pelos «tanques soviéticos» na fronteira da Europa capitalista, a «descoberta» da brigada soviética em Cuba, o ataque colorido de racismo contra a revolução iraniana (multiplicado por dez com a «tomada de refens») e, hoje, o «barulho de botas do Exército vermelho» na Ásia Central (Afeganistão).

Tudo isto tem uma função: fazer aceitar às massas americanas a idéia de uma ação armada americana, se necessário, contra a mobilização anti-imperialista de um povo e também fazer aceitar o aumento importante do orçamento militar dos EUA no momento em que a política de austeridade ataca violentamente todas as despesas sociais. O imperialismo procura superar o obstáculo político interno a uma intervenção vigorosa e eficaz contra o ascenso das revoluções. Carter quer então por um fim ao período pós-vietnamita. Ele intensifica seu esforço atualmente.

Desarmamento e nova etapa do armamento

É bem conhecido que quando o imperialismo quer transpor uma nova etapa no seu superarmamento e reorganizar suas posições para preparar o contra-ataque, ele fala de «desarmamento» e faz uma enorme algazarra sobre a «iminência»

da guerra. Alguns esclarecimentos são necessários diante desta onda de propaganda.

Entre SALT I (Strategic Arms Limitation Talks, discussões sobre a limitação das armas estratégicas), em 1972, e o acordo de princípio sobre SALT II, o arsenal das principais potências não parou de crescer, quantitativamente e, sobretudo, qualitativamente. Os tetos fixados pelos acordos são tão altos que eles não podem de nenhuma maneira ser um fator de desarmamento. As limitações representam, além disso, um estimulante para a pesquisa da produção de armas nos domínios que escapam das regulamentações. Os gigantescos investimentos necessários a este «avanço tecnológico» estimulam a necessidade de exportação de armas, inclusive da penúltima geração (ver a este respeito o estudo de Michael Iare «o senhor Carter e o limite das entregas de armas ao estrangeiro», Le Monde Diplomatique, novembro de 1977). Não há portanto desarmamento.

O imperialismo americano se lança em uma nova etapa da produção de armas que, ou combina técnicas conhecidas desde muito tempo com a eletrônica de ponta ou se efetua em um domínio tecnicamente novo. Neste período de crise econômica, estes novos projetos vem ajudar as indústrias de ponta do imperialismo.

Segundo o «Herald Tribune»: «se os planejadores de armas têm sucesso, a próxima década vai inaugurar um período de tamanha inovação no armamento que ela transformará a guerra como é conhecida (sic) em terra, nos oceanos, no ar e no espaço» (janeiro de 1980).

Robert Fossum, diretor dos projetos de pesquisa do Pentágono, declara: «tais desenvolvimentos foram tornados possíveis pela aparição de coisas como os micro-computadores, menores que a unha de um dedo, e que possuem milhares de elementos ativos. E isto, é um primeiro domínio da tecnologia onde os russos estão atrasados e no qual ainda ficarão mais atrasados». (Herald Tribune, janeiro de 1980).

Uma parte desta nova fase do armamento americano já possui nome: o submarino «Tridente», capaz de lançar vinte-quatro mísseis de sete cabeças nucleares cada um, com uma precisão de quatrocentos e cinquenta metros: «ele poderá atirar sobre o território soviético ficando ao abrigo dos mares controlados pelos americanos» (projeto nº 139, novembro 1979; Jean Paucot, «Na hora do SATL II»); os mísseis Cruise, bombas voadoras, que para responder ao novo bombardeio soviético Backfire «podem modificar seu programa de vôo em marcha, depois de observações por satélite da trajetória do Backfire» («As armas em ação no teatro europeu», André Jal-



lon, Le Monde Diplomatique, dezembro de 1979); os mísseis móveis MX, que possuem dez cabeças nucleares cada um e devem estar em condições de operar entre 1985 e 1989. E nós não enumeramos a bomba de nêutrons que Carter faz fabricar em "peças separadas" (Michael Klare, "Carta de Washington", em The Nation, 8/2/79) ou o raio laser de alta energia, assim como a vasta rede de satélites necessários para o bom funcionamento dos mísseis, dos aviões, da "munição dirigida com precisão"!

Se os russos não existissem, seria preciso inventá-los

Eis o que há por detrás da campanha sobre o "desarmamento" e sobre a necessidade de reforçar a "defesa do mundo livre". Eis o que explica os orçamentos militares (em números absolutos, o que é mais importante do que as porcentagens do PNB).

Para encobrir e justificar este novo esforço no armamento, bem como a consolidação de novas "bases" para o imperialismo, é preciso criar o mito da superioridade da URSS no plano militar. Claude Julien sublinha com razão: "nenhum especialista ignora que a correlação de forças real não corresponde à impressão superficial causada por uma comparação puramente quantitativa... A insistência com a qual, nos EUA, são evocados certos dados numéricos não deve induzir ao erro; amplamente difundidos pela imprensa, tais argumentos tendem essencialmente a convencer o Congresso a se mostrar mais generoso para o orçamen-

to militar. Os oficiais do Pentágono não são os únicos a tocar esta tecla: a indústria tira daí seu lucro. Mas este exagero não exclui a serenidade, porque nenhuma autoridade desconhece a superioridade qualitativa da potência militar americana" (5).

Uma superioridade que traduz as diferenças de nível de desenvolvimento sobre o plano tecnológico em domínios específicos, mas decisivos no plano do armamento. Alain Joxe, explicando a ofensiva dos meios da OTAN para dotar as potências europeias de PGM (mísseis guiados com precisão) - o caso Pershing II e Cruise - escrevia: "se passamos a este nível de alarme, é que o momento do desenvolvimento dos PGM chegou e que uma vasta operação comercial e militar está em curso. Reabilita-se a nível dos meios de comunicação de massa a ameaça de um ataque surpresa de uma coluna blindada no momento em que a coluna blindada é considerada obsoleta. Para justificar o desenvolvimento dos PGM anti-tanques e anti-aviões, é preciso que estejamos diante de um alvo atingível por estas armas. Se os russos não existissem, seria preciso inventá-los" (Alain Joxe, "Erosão e subversão nacional", "Le Monde Diplomatique", agosto de 1978).

Indicando a superioridade tecnológica americana (inclusive diante das armas de ponta dos soviéticos, como o bombardeio Backfire e os mísseis SS 20), André Jallon conclui que "o custo da instalação pelos soviéticos de um tal sistema anti-mísseis (em resposta ao Pershing II e ao Cruise) avaliado em oitenta bilhões de dólares, é insuportável para a economia do Pacto de Varsóvia" (Monde Diplomatique, dezembro de 1979).

Uma outra faceta da "corrida armamentista" se esclarece aqui. "O armamento é sobretudo uma arma econômica americana visando fazer sofrer a economia russa, que apenas segue

o movimento, como o mostra o fato de que os avanços sejam sempre qualitativos do lado americano e quantitativos do lado soviético". (Monde Diplomatique, junho de 1979). "Nos países ocidentais, a produção de material de guerra é uma necessidade econômica... Para os países do Leste, a indústria pesa de maneira forte sobre a economia e constitui um freio ao desenvolvimento". (André Jallon, "Os lucros do desarmamento", Monde Diplomatique, agosto de 1978).

É certo que o imperialismo exerce, pela via do desenvolvimento qualitativo (e também quantitativo) de seu arsenal uma pressão importante sobre a burocracia soviética em consequências diretas na repartição dos investimentos produtivos.

Pressão econômica sobre a burocracia soviética

Enfim, é incontestável que a URSS reforçou seu potencial militar - inclusive naval e aeronaval - mas é também certo que os EUA continuam superiores no domínio da força de intervenção. "A superioridade numérica das forças americanas de intervenção é acentuada pela qualidade das suas performances: ausência de capacidade de reabastecimento em vôo para os aviões de transporte soviéticos, ausência de unidades de helicópteros integrados às forças anfíbias... Mais importante ainda, a URSS não tem verdadeiros porta-aviões de assalto; não possuindo superioridade aérea no campo de batalha, as forças terrestres soviéticas seriam altamente vulneráveis", escreve um pesquisador americano (Michael Klare, "Um arsenal muito elaborado") Monde Diplomatique, julho de 1979).

Tirar partido das dificuldades momentâneas do imperialismo americano para efetuar uma intervenção militar clássica - sem riscos aéreos - em um país que justapõe a sua fronteira à da URSS - como vimos no Afeganistão - ou ainda, levar seu apoio logístico como em Angola ou na Etiópia, é uma coisa. Uma outra seria desencadear operações do tipo das efe-

tuadas pelo imperialismo americano na Coreia e no Vietnã. Nós não consideramos aqui o papel destas intervenções da burocracia no plano social. O exemplo de Angola mostra bem que não se trata para ela de estimular a revolução e a mobilização das massas, o que não é sem consequências sobre o plano dos equilíbrios de força internacionais. Desde alguns anos, e especialmente desde a queda da ditadura Pahlevi, os EUA fazem um esforço considerável para reforçar o arsenal militar - e repressivo - de muitos aliados. Assim, o Senado americano tomava a decisão de entregar aviões de combate mais sofisticados ao Egito, à Arábia Saudita, a Israel. A administração Carter, para este início de ano, acaba mesmo de decidir pôr à disposição de vários de seus aliados os F 16, que Israel foi o primeiro a ter.

Um cálculo foi estabelecido para avaliar os fornecimentos de armas no Oriente Médio. Para os anos fiscais 1976 e 1977, o total das vendas de governo a governo se elevava a dez bilhões e quatrocentos milhões de dólares (se excetuamos as vendas ao Irã); para os anos 1978 e 1979 o montante é de dezesseis bilhões e quatrocentos milhões de dólares. (Max Holland, "A diplomacia das armas e seus perigos", Monde Diplomatique, janeiro de 1980).

O essencial destas vendas se faz para à Arábia Saudita, o Yêmen do Norte, o Egito (projeto de dez bilhões de dólares). Israel (desde 1973, doze bilhões de dólares de ajuda militar lhe foram concedidos), o Marrocos (os créditos militares americanos foram aumentados de 50%), o sultanato de Oman. Os EUA constroem então na região um novo "cinto de segurança" e preparam tropas para intervir no Golfo Pérsico. A isto, é preciso acrescentar a consolidação das posições militares da Tailândia, da Coreia do Sul, as entregas de armas a Taiwan (duzentos e quarenta milhões de dólares, no início de janeiro, de mísseis anti-aéreos), o apoio militar dado à Nigéria, ao Quênia, à África do Sul, as medidas tomadas para intervir na América Central e nas Caraíbas. Hoje, o Paquistão tem direito a uma nova onda de ajuda militar - e desempenha o papel de intermediário para a "resistência afgã" - dos EUA. A Turquia também é ajudada massivamente. Enfim, é certo que Washington fará tudo para retomar o pé no Irã, aproveitando talvez os efeitos políticos da intervenção soviética no Afeganistão.

Uma distensão um pouco mais tensa

Contrariamente aos dizeres da onda de propaganda, nós assistimos é à preparação de uma contra-ofensiva imperialista. O imperialismo sofreu muitos reveses. Ele está embaraçado - o que foi possível constatar por ocasião da revolução iraniana e da derrubada de

Somoza na Nicarágua - mas não está paralisado e dispõe de uma força militar enorme.

Tomar medidas de retorsão ou responder militarmente de maneira "localizada" - o que os próprios "progressos" do armamento devem pela sua definição permitir - para impedir a queda de um aliado, o desenvolvimento de um ascenso revolucionário ou a perda de posições adquiridas, torna-se eixo de uma política imperialista que procura sair do período da "derrota no Vietnã".

A realização do golpe de Estado preventivo em El Salvador foi um indício, mesmo se a crise está longe de ser superada.

A resposta feita por Carter aos soviéticos se inscreve nesta perspectiva. Esta resposta não está ligada apenas às necessidades de cerrar as fileiras de eleitores em vista das eleições presidenciais. Ela deve também permitir introduzir uma nova coesão na direção do mundo imperialista; isto já foi notado por ocasião das decisões de bloqueio econômico do Irã. Ela deve também preparar o terreno para concretizar, se necessário, esta contra-ofensiva por uma intervenção militar na América Central, nas Caraíbas ou no Golfo Pérsico e, isto, limitando ao máximo o preço político a ser pago. Neste sentido, há uma certa modificação do clima político da distensão (détente), que não deve ser confundida com uma supressão dos acordos de conjunto entre a burocracia do Kremlin e Washington.

A burocracia, como a história mostra desde 1947, pode se aproveitar de uma situação de crise do imperialismo, pode registrar os progressos do desenvolvimento da luta anti-imperialista das massas para tentar marcar pontos e para tecer laços com as direções nacionalistas pequeno-burguesas. Ligação ao status quo não significa congelamento absoluto das posições, mas vontade de não romper o equilíbrio global e de freiar o ascenso da revolução mundial. Esta vontade tem sua raiz na natureza social conservadora da burocracia, como seus métodos de intervenção refletem aqueles com os quais ela garante a sua dominação.

Entretanto, a profunda crise do sistema imperialista, as correlações de força entre as classes farão que toda intervenção imperialista tenha repercussões políticas importantes e será por sua vez um elemento de prolongamento da sua crise.

Apenas a derrota das massas trabalhadoras em uma série de países poderá permitir ao imperialismo dar um passo decisivo em direção a um enfrentamento militar. Neste sentido, a luta dos trabalhadores e camponeses pobres contra a dominação capitalista e imperialista, para a derrubada do sistema capitalista continua a ser a única garantia contra o perigo da guerra nuclear que é a imagem refletida da barbárie capitalista.



Suécia

O fim do mito da estabilidade

Quando a burguesia sueca decidiu congelar os salários para fazer face a crise do capitalismo, o conflito social voltou a eclodir com toda a força pondo fim à "paz social" no antigo "paraíso"

Por Christian Picquet

O conflito social mais grave que a Suécia já conheceu desde 1909 terminou no 11 de maio. Mais de um quarto da população ativa foi atingida pela greve. Este enfrentamento marca uma virada nas lutas de classes. Os comentadores falam do fim da "paz social", em um país famoso por sua estabilidade.

Terá sido portanto necessária uma prova de força particularmente espetacular para que o patronato sueco volte atrás na sua decisão de congelar os salários. Finalmente, a Confederação Geral do Trabalho (LO) aceitou um compromisso no percentual de aumento (6,8%) que se acrescenta à promessa do governo de diminuir o imposto sobre a renda.

Tudo tinha começado com o fracasso das negociações para a renovação das convenções coletivas. Os sindicatos reivindicavam 11,3% de aumento para fazer frente a uma inflação galopante. Os sindicatos convocaram inicialmente uma greve de horas extra. No 25 de abril, o setor público parou o trabalho. No 2 de maio, foi a vez do setor privado entrar em greve. O patronato respondeu pelo lock-out de mais de 750 000 trabalhadores. Durante uma semana, a Suécia ficou totalmente paralisada. Os transportes coletivos, os aeroportos, os hospitais foram atingidos. A greve dos transportadores de gasolina ameaçava de uma falta rápida de combustível. Mesmo o pão e o leite ficaram difíceis de encontrar.

O fim da paz social

A greve geral que acaba de acontecer é o conflito social mais importante desde décadas na Suécia. É verdade que houve no passado algumas greves selvagens, como a dos mineiros de ferro em 1969 e 1970, ou a dos operários florestais em 1975. Mas, no conjunto, as relações entre as classes estavam encerradas num sistema bem aceitado que lançava as bases de um consenso social. Desde 1918 (data dos acordos de Saltsjöbaden) sindicatos e empregadores negociavam os salários a nível central, cada 3 anos. Os acordos feitos neste nível tinham valor de lei. Em caso de impasse, era chamado um mediador encarregado de chegar a uma solução de compromisso.

A expansão econômica permitia então ao patronato consentir em aumentos do poder de compra, sem prejuízo para os lucros. A força de um partido social-democrata, no go-

verno desde 44 anos, e controlando em todos os níveis o movimento operário, facilitava a estabilidade do sistema.

Mas este belo edifício não resistiu à agravamento da crise econômica. Em dezembro de 1979, o déficit da balança comercial alcançou 750 milhões de dólares. A inflação de novembro a março passou 8%.

Os estaleiros, a siderurgia, a indústria de papel, sofreram os golpes.

Diante desta situação, a burguesia, e a coalizão de direita que substituiu no governo os social-democratas, em 1976, reagiram por métodos tradicionais: política de austeridade, arrocho salarial, diminuição dos gastos públicos... Desde 1979, o poder de compra dos assalariados parou de crescer.

Para a burguesia e para a burocracia sindical, as margens de manobra para a recondução da paz social foram reduzidas.

Lições preciosas

O acordo realizado está longe de satisfazer as exigências operárias. Mas a mobilização dos trabalhadores fez recuar um patronato que estava decidido no início a não fazer concessões. Por menor que seja, este recuo mostra as dificuldades da burguesia para desenvolver coerentemente sua política de austeridade.

A prova de força terminada não pode deixar de marcar a consciência operária. Para centenas de milhares de trabalhadores, em greve ou sofrendo lock-out, o "modelo sueco" sofreu um golpe duro. Fizeram a experiência da sua capacidade de parar o país, de brear a intransigência patronal.

Isto não significa que tenha terminado a colaboração de classes neste país. A burocracia sindical usará todos os meios para restaurar as bases de negociação de uma política de austeridade.

É nesta linha que Olof Palme, o dirigente da social-democracia, declarou: "a austeridade se impõe, mas o fardo deve ser dividido equitativamente. Os trabalhadores devem ter uma maior influência nas decisões das empresas".

De qualquer modo, a greve pode ser uma virada nas lutas de classes neste país. Haverá enfrentamentos se o patronato levar adiante, por exemplo, suas ameaças de limitar o direito de greve no setor privado. Um mito se esvai. Como disseram muitos comentaristas: "o espírito de Saltsjöbaden e o modelo sueco de negociação estão bem mortos".



Manifesto do dia 5 de maio em Estocolmo

Peru

Direita leva vantagem

Por Manoel Manrique, de Lima

A campanha eleitoral encerrada com a eleição do dia 18, na qual participaram 15 candidatos, teve um início tardio, fundamentalmente devido aos problemas que quase todos os partidos e frentes políticas, quase sem exceção, tiveram que encarar.

Tanto os partidos políticos representativos da direita como as forças da esquerda peruana viveram os dois primeiros meses do ano submersos em agudas disputas internas. O APRA, o mais antigo partido político do país, com cinquenta anos de existência, ficou gravemente dividido com a morte de seu chefe Victor Raul Haya de la Torre. A cisão que os apristas tentaram ocultar ficou visível com o processo eleitoral. De um lado, ficaram as forças que controlam o aparato partidário, e que no plano ideológico se dizem seguidoras do pensamento originário de Haya de la Torre, e que são também aquelas que aproximaram o partido da social-democracia internacional. Do outro, as forças que concebem para o APRA uma posição mais liberal e recalcitrantemente anti-comunista. No final, foi o primeiro setor, encabeçado por Armando Villanueva del Campo, o que se impôs, com a candidatura Villanueva.

Por outro lado, a Acción Popular, o partido que em 1968 governava o país, quando os militares que agora saem deram um golpe, sofreu também os efeitos da luta caudillesca no seu interior que só puderam ser resolvidas por sua cabeça máxima, o arquiteto Fernando Belaunde Terry, que se fez candidato, mais uma vez, à presidência. Acción Popular representa uma espécie de populismo de direita que no

momento de seu surgimento representava uma força de oposição à então todopoderosa oligarquia peruana.

O Partido Popular Cristiano, que é a terceira força importante da direita, também esteve livre de dificuldades internas. Um setor de dirigentes acusaram aos cabeças do partido de atuar anti-democraticamente, às costas das bases, e a de confundir o país com uma empresa, pelo que resolveram abandonar o partido.

Como informamos em ocasiões passadas, pelo lado da esquerda também se produziram sérios problemas, quando um amplo espectro de unidade, agrupado na Alianza Revolucionária de Izquierda (ARI) entre janeiro e fevereiro fracassou totalmente, produzindo-se uma dispersão que influi notavelmente na colocação da esquerda no fim do processo eleitoral.

Uma primeira constatação dos efeitos da divisão na esquerda fica evidente quando se analisa o tom que assumiu a campanha eleitoral. A direita conseguiu deslocar a contradição esquerda-direita do primeiro plano, em favor de uma confrontação entre diversas alternativas de direita. Os partidos políticos da burguesia tiveram um comportamento onde puseram em jogo uma gama de diferenças de segundo nível entre eles.

Apoiada em milionárias campanhas propagandísticas por todos os meios de comunicação, a direita se ofereceu ao eleitorado quase sem tomar em consideração as forças de esquerda. E isto, sem dúvida, se deve ao debilitamento sofrido como consequência da ruptura da ARI.

Além disso, o APRA, a

Acción Popular e o PPC aproveitaram a chegada de refugiados cubanos para por em prática uma campanha macartista cujo fim foi retirar votos à esquerda.

O resultado das eleições

O resultado das eleições teve surpresas. Esperava-se a vitória de Belaunde, beneficiado pelo desgaste dos militares que o depuseram: representava a negação aparente da ditadura. Mas a porcentagem de 43% foi acima das expectativas. Do mesmo modo, a queda do APRA (26,5%) foi além.

A derrota da esquerda correspondeu ao esperado. Contudo, a queda da votação de Hugo Blanco foi uma surpresa. Blanco representou a esperança de unidade da esquerda com a ARI, e foi o candidato mais prejudicado com sua ruptura. Sobre ele se concentrou uma intensa campanha, da direita por seu "radicalismo", da esquerda culpando-o pela divisão. Ficou com aproximadamente 4%.

A liderança da esquerda passou a ser disputada pela UNIR, que obteve quase 4% dos votos com seu candidato Horácio Zeballos. Seu grande trunfo é ter a direção do SUTEP (Sindicato Unico dos Trabalhadores do Ensino do Peru), que dirigiu uma longa greve de professores no ano passado (quatro meses de duração).

Grande surpresa foi a baixíssima votação do general Leónidas Rodríguez, do PSR "velasquista" (identificado com Velasco Alvarado, da primeira fase do regime militar), e que contou com o apoio do PC oficial. Esses partidos passaram de 13% dos votos somados para 2,8%.

Genaro Ledesma, o candidato da FOCEP, legenda que obtivera 12% dos votos nas passadas eleições, e que ele ganhou fraudulentamente (à moda de Ivet Vargas) teve apenas 1,8%.

O recuo da votação da esquerda reformista foi maior que o da esquerda revolucionária. Consolidou-se uma situação que já se manifestara na Constituinte.

Mais que tudo, fica evidenciado o desastre representado pela ruptura da ARI. A esquerda peruana perdeu grande parte da força conseguida em 1980. Perdeu a esperança de unidade que foi a FOCEP, e a esperança ainda maior representada pela ARI. Será preciso retomar o caminho.

(J. Machado)

PAR TOUROS

Livros à prazo? A Parto vende!

"OBRAS ESCOGIDAS em doze tomos", de Lenin, em espanhol, 12 volumes, Editorial Progresso de Moscou.
À VISTA Cr\$ 3.600,00
ou 3 vezes Cr\$ 1.320,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 4.540,00

"OBRAS ESCOGIDAS em três tomos", de Lenin, em espanhol, três volumes, Editorial Progresso de Moscou.
À VISTA Cr\$ 1.200,00
ou 3 vezes Cr\$ 440,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 1.320,00

"OBRAS ESCOLHIDAS em três tomos", de Lenin em PORTUGUÊS, três volumes, editado pela Editorial Progresso de Moscou em convênio com a Editora Avante de Portugal.
À VISTA Cr\$ 1.830,00
ou 3 vezes Cr\$ 671,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 2.013,00

"OBRAS ESCOLHIDAS em três volumes", de Marx e Engels.
À VISTA Cr\$ 1.200,00
ou 3 vezes Cr\$ 440,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 1.435,50

"O CAPITAL" de Karl Marx, seis volumes.
À VISTA Cr\$ 2.100,00
ou 3 vezes Cr\$ 770,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 2.310,00

"COLEÇÃO BASES", 28 volumes, contendo: obras de John Reed, Maiakovsky, Marx, Maria Harnecker, Turgot, Alexandra Kollontai, Trotsky, Wilhelm Reich, Lenin, Stalin, Engels, Samora Machal, J. Posadas, Kreptokin, Bakunin, Malatesta, Althusser, Badiou, Sweezy, Eric Hobsbaum, Kautsky, Adam Smith e outros.
À VISTA Cr\$ 3.980,00
ou 3 vezes Cr\$ 1.460,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 4.380,00

"COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIALISTA", com seis volumes: "Apontamentos sobre a teoria do Autoritarismo" (Florestan Fernandes), "O Caminho do Poder" (K. Kaustsky), "A Era do Imperialismo" (Harry Magdoff), "O Estado e a Revolução" (Lenin), "Os Princípios Fundamentais do Marxismo" (Plekkanov) e "Que Fazer?" (Lenin).
À VISTA Cr\$ 1.300,00
ou 3 vezes Cr\$ 477,00
TOTAL A PRAZO Cr\$ 1.431,00

Apareça em nossa livraria ou nos escreva pedindo. Atendemos em qualquer local do país. Atendemos por Reembolso Postal. E se você quiser parcelamento maior, estudaremos o seu caso. Vendemos também exemplares avulsos.

Parto — Livros, Jornais, Revistas, Ltda.
R. São Bento, 545 — loja 14 — térreo superior
CEP: 01011 — São Paulo — SP
(Em frente à estação S. Bento do metrô)

Em defesa da política da Unidade Sindical e do PMDB

Senhores redatores

Li com atenção a entrevista do Sr. Paulo Skomov presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo publicada nesse periódico de número 105. As questões levantadas na mesma, merecem algumas considerações, principalmente no tocante a greve do ABCD. O sindicalista depois de discorrer sobre esse movimento, faz certas críticas ao comportamento da Unidade Sindical no episódio. Chega a afirmar em determinado trecho de sua entrevista que a greve geral em apoio ao ABC só não se efetivou porque a Unidade Sindical se opôs a isto. Segundo ainda suas palavras, o representante dessa organização teria dito que tal proposta era utópica. Constituinte-se assim no fator determinante para a não deflagração da greve geral!

Ora, ao meu ver o sr. Paulo superestimou a capacidade de mobilização da classe trabalhadora nesse momento, inclusive do sindicalismo atual. Pois é evidente que dos milhares de sindicatos existentes em nosso país, somente um número ínfimo tem na sua direção elementos realmente combativos e mesmo assim porque foram direções conquistadas nos últimos três ou quatro anos, tempo insuficiente para efetiva reorganização dos trabalhadores submetidos que foram, a dezessis anos de sistemática dispersão. E só mais recentemente é que algumas categorias mais esclarecidas estão se mobilizando, mas ainda tendo como fundamentação as reivindicações estritamente econômicas. O ABC e particularmente São Bernardo, não pode ser tomado como exemplo pois se trata de uma situação peculiar. E portanto, a greve de solidariedade é política por excelência e nesse sentido o conjunto da classe trabalhadora no Brasil infelizmente devido ao longo tempo de submissão a ditadura ainda está muito longe de atingir o grau de consciência para uma tomada de posições dessa magnitude. Acho estranho o sr. Paulo como dirigente sindical não ter a compreensão de questões tão elementares como estas. Já tivemos exemplos de sobra aqui em São Paulo, de que mesmo a tentativa de greve por reivindicações salariais terem sido um fracasso total, como a dos bancários, jornalistas, dos metalúrgicos no ano passado e

por último a dos condutores de ônibus. E isto em se tratando de categorias relativamente combativas e mobilizadas, imaginem as outras que se encontram totalmente dispersadas.

De qualquer modo, porque o sr. Paulo junto com outros dirigentes sindicais da mesma linha de pensamento, não fizeram a greve de solidariedade pelo menos em seus setores de atuação? Seria um feito extraordinário e davam uma "lição na Unidade Sindical".

A propósito, onde andam os coureiros? Infelizmente não conseguimos ainda captar a presença dessa categoria em nenhuma movimentação de trabalhadores por mais modesta que fosse.

OPT e o PMDB na greve

Achamos que para que o operariado possa dar um salto qualitativo em termos políticos, as suas direções têm de ter uma preocupação fundamental que é o de organizá-lo nas suas empresas a partir das reivindicações imediatas, conquistar as direções sindicais dominadas por pelegos e através desse processo chegar-se até a formação da C.U.T. Atingindo esses objetivos não tenho dúvidas de que o caminho estaria aberto para a mais ampla participação das classes trabalhadoras nas decisões que lhes dizem respeito e com muita força para lutar pela definitiva queda da ditadura e por uma democracia autêntica em benefício de todo o povo brasileiro. É nesse sentido que devemos canalizar todas as nossas energias e o nosso trabalho.

Outra questão que nos chamou a atenção na entrevista foi a relacionada com o PT e sua participação na greve. Acompanhei algumas assembleias e participei do 1º de Maio em São Bernardo e pude constatar em todas essas ocasiões que os operários ali reunidos em nenhum momento deram a mínima atenção ao problema partidário e ao PT em particular. Apesar, de alguns parlamentares, intelectuais e estudantes terem insistente acenado a bandeira dessa agremiação. Mas o povo não lhes deu a menor importância essa é a realidade dos fatos. Talvez tenha contribuído para isso a desta-



Joaquim dos Santos Andrade, da Unidade Sindical.

cada participação de políticos da envergadura de um Teotônio Vilela ou de um Tito Costa, ambos do P.M.D.B.. Sentimos porém, que a liderança do Lula é incontestável, mas como dirigente sindical e em momento algum os operários associaram o seu nome ao P.T.. Sendo esse comportamento muito significativo, pois mostrou que a preocupação maior dos trabalhadores nesse instante é com suas necessidades imediatas que são cruciais tais como: melhores salários, estabilidade no emprego, habitação, saúde, educação, transporte, etc.

Assim sendo, concordamos em gênero, número e grau com a posição da Unidade Sindical em ter considerado utópica a proposta de greve geral defendida por alguns líderes sindicais. E a prática mostrou essa inviabilidade ao não registrar nenhuma mobilização grevista em solidariedade ao ABC, nem mesmo dos coureiros.

Finalizando, gostaríamos de repetir que uma coisa é o nosso desejo, outra é a realidade concreta que nos apresenta que é bem diferente.

Rubens Coelho — SP

Homossexuais denunciam violência policial

Nos dias 23 e 24 deste mês, São Paulo e mais precisamente o Largo do Arouche foi vítima de mais uma onda de violência policial. Várias viaturas, com policiais portando armas de grosso calibre, invadiram aquele local e prenderam indiscriminadamente mais de 500 pessoas, no que eles chamam de Operação Arrastão.

Ao contrário das «batidas policiais» onde se costuma pedir os documentos, nesses dois dias os policiais nada argumentaram, simplesmente carregavam as pessoas e os colocavam nos camburões. Depois dos carros devidamente lotados, seguiam para o distrito onde se processava a triagem. Uma

das pessoas presas que tentou protestar contra os métodos da prisão, foi levada para uma sala separada e espancada. Um outro preso sofreu dois ataques epiléticos sem ser socorrido.

Mais uma vez a repressão policial agiu impunemente nas ruas, atemorizando as pessoas, numa verdadeira onda de violência.

Interessante notar, porém, que essa repressão, não se localizou somente sobre os homossexuais, mas que foi generalizada, atingindo também as prostitutas, negros e as pessoas de uma maneira geral. Todos nós, temos direitos constitucionais e esses

direitos foram violados e esquecidos pela polícia que no «cumprimento do dever» levou para a delegacia portadores de carteiras profissionais assinadas e carteiras de identidade.

Nós os participantes dos Grupos Homossexuais Organizados, repudiamos esses atos e denunciamos a onda de repressão que se abateu sobre os cidadãos.

São Paulo, 25 de Maio de 1980

Grupos: Somos; Libertos; Eros; Ação Lésbico-Feminista; Ação Homossexualista.

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto Borges, Sergio Papi

SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Av. Cristovão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 • PORTO ALEGRE: — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20 • RIO DE JANEIRO: — Praia do Botafogo, 316, sala 209 • SALVADOR: — Av. Joana Angélica, 8, sala 44 • FORTALEZA: — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristovão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010.

Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiro — São Paulo — CEP: 05414 — Fone: 852-8880

cadernos do
ceas

Centro de Estudos e Ação Social

Rua Aristides Novis, 101 —
Federação — 40000 — Salvador

— BA —

Assinatura 1980 (6 números):

normal Cr\$ 400,00

estudante Cr\$ 340,00

Número avulso: Cr\$ 80,00 nas
melhores livrarias

EM TEMPO 107 • 3 a 18 de junho de 1980

MOVIMENTO

Leia e
assine

Geraldo Castro da Silva:

«Sou testemunha da morte de Manoel Fiel Filho»

O depoimento de Geraldo, assim como outras revelações estão contidas no livro: «Manoel Fiel Filho, quem vai pagar por este crime?», do jornalista, Carlos Alberto Luppi.

«...Depois me perguntaram se eu estava com fome e me mandaram para a cela. Lá me encontrei com José Teixeira da Silva e Antonio Albuquerque, que eu não conhecia anteriormente. Ambos estavam também com maquiagem. José Teixeira me disse na ocasião que ele estava com choque na cadeira do dragão, com sal na boca, que ficou todo ferido e o carcereiro o colocou debaixo d'água para aliviar as dores dos sofrimentos. No dia seguinte, José Teixeira foi novamente levado à cadeira do dragão, e voltou em estado horrível, estava cambaleando e se encontrava desesperado. Procurei ajudá-lo. No dia 17, pela manhã eu estava ainda na cela quando ouvi o carcereiro chamar pelo preso Manoel Fiel Filho. Pelo barulho de abertura da porta, pelos ruídos das vozes, a cela de Manoel Fiel Filho deveria ficar umas duas celas à esquerda da que eu estava».

«José Teixeira levava tanta choque na «cadeira do dragão», com sal na boca, que ficou todo ferido e o carcereiro o colocou debaixo d'água para aliviar as dores. No dia seguinte, foi novamente levado e voltou em estado horroroso. Estava cambaleando e se encontrava desesperado.»

Dez ou quinze minutos depois, fui chamado e levado, encapuzado, para o piso superior e passei a ser interrogado. Me tiraram o capuz e este interrogatório foi feito com o mesmo respeito com que estou sendo interrogado agora. Tratava-se de um senhor de meia idade, aparentando 60 anos, cabelos grisalhos e que usava um anel de pedra azul clara no dedo. Antes de ser retirado da cela, logo após Manoel Fiel Filho ter sido chamado, ouvi gritos: «Pelo amor de Deus não me judiem tanto que vocês me matam». Quando estava sendo interrogado ouvi gritos mais cansados que vinham do piso inferior do DOI-CODI. Ouvi também gritos dos torturadores insultando o que gritava de dor. Os torturadores gritam muito enquanto torturam. Eu me lembro que quando estava sendo torturado e pedia pelo amor de Deus que parassem de bater um dos torturadores disse aos berros: «Aqui não adianta pedir nem a Deus nem ao diabo, se eles caírem também aqui, vão entrar no pau do mesmo jeito». Enquanto eu ouvia os gritos, foi ligado o rádio. Com o barulho do rádio as pessoas que se encontravam na cela não ouvem bem os gritos, mas de onde eu me encontrava dava para ouvir os gritos e o barulho do rádio. Enquanto eu estava sendo interrogado, subitamente, se deu um silên-

cio, os gritos pararam e o rádio foi desligado. Passados uns cinco ou dez minutos a porta foi aberta e eu ouvi quando um homem disse: «Chefe, o omelete está feito». Eu iniciei uma resposta a uma pergunta que me tinha sido formulada, mas meu interlocutor que se mostrou chocado e surpreendido com o que ouvira por parte de quem entrara na sala, me disse: «Depois nós conversamos, depois do almoço nós continuamos o interrogatório». Determinou então que fosse colocado o capuz em mim e eu fosse levado para a cela. Notei então, quando voltava, um silêncio medonho. Depois, foi servido o almoço e eu estava na cela iniciando a refeição quando o carcereiro disse que nós deveríamos parar de almoçar para acomodá-lo, levando-nos de rosto descoberto até o extremo oposto do corredor do DOI-CODI onde na cela à esquerda da entrada encontrava-se o corpo de um homem estendido, em diagonal à cela, com os pés para a porta e a cabeça encostada no vaso sanitário tipo prisão turca. Nós éramos dezenove presos e então todos nós fomos levados à cela. Vi então uma meia amarrada ao pescoço do homem estendido e à porta estavam dois homens com características asiáticas, altos. Um deles disse então: «Observem bem, esse louco se suicidou, não havia necessidade para isso. Se vocês disserem o contrário lá fora nós temos o endereço de um por um e vocês vão pagar pelas consequências». Depois fomos interrogados de que se nós não confirmássemos o que havíamos dito (o que eles nos obrigaram a fazer) no DOI seriamos novamente levados para lá e eles disseram que então não se responsabilizariam pelo que pudesse vir a acontecer. Assim já estávamos no DOPS».

«No dia 17 pela manhã ouvi o carcereiro chamar pelo preso Manoel Fiel Filho. Logo após, ouvi gritos: «Pelo amor de Deus não me judiem tanto que vocês me matam». Os gritos, cada vez mais cansados, vinham do piso inferior do DOI-CODI. Ouvi também os gritos dos torturadores insultando o que gritava de dor.»

E assim que o atendimento de enfermagem Geraldo Castro da Silva conta o que viu e ouviu naquela manhã do dia 17 de janeiro de 1975, dentro do DOI-CODI do 11.º Exército, em São Paulo — onde se encontrava preso — no exato momento em que outro preso, o operário Manoel Fiel Filho, de 49 anos, estava sendo torturado e executado pelos torturadores de serviço naquela unidade militar. A frase «chefe, o omelete está feito», soou estranha para

Geraldo Silva, mas logo depois ele entendeu o que havia acontecido no DOI-CODI naquela manhã: o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho — preso ilegalmente e por engano 21 horas antes na Metal Arte, firma onde trabalhava — havia sido assassinado, não suportando os sofrimentos físicos a ele impostos por vários policiais do DOI-CODI.

«Subitamente se deu um silêncio. Os gritos pararam. Eu também estava sendo interrogado. Passados uns cinco ou dez minutos a porta de onde eu estava foi aberta e ouvi quando um homem disse: «Chefe, o omelete está feito.» Meu interlocutor se mostrou chocado e surpreendido e interrompeu o meu interrogatório.»

Revelações como estas estão contidas no livro «Manoel Fiel Filho, quem vai pagar por este crime?», do jornalista Carlos Alberto Luppi, recém-lançado pela Editora Escrita/Veriente. Revelações que mostram o que de fato aconteceu com o operário metalúrgico, cuja morte provocou a imediata exoneração do então comandante do 11.º Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, de seu cargo, mas sobre a qual ainda não se fez Justiça.

Até pelo contrário: durante quatro anos, todos os fatos que cercaram o assassinato de Fiel Filho no DOI-CODI permaneceram obscuros. O IPM instituído foi arquivado em tempo recorde (20 dias) concluindo pelo «suicídio» do operário sem provar em nenhum momento; a família de Fiel Filho foi impedida de se manifestar, respeito de sua morte pelos policiais; as pessoas que estiveram presas juntamente com Fiel no DOI-CODI foram ameaçadas caso contassem a verdade; os laudos feitos são estranhos e contraditórios e os gritos «se esqueçam» de relatar pelo corpo assassinado de Fiel Filho foi totalmente silenciado antes da autopsia e da chegada da Polícia Técnica, exatamente para que os torturadores se vissem livres de qualquer homicídio premeditado.

Mas, a despeito disso tudo, a verdade aparece. E aparece com toda a força. O livro «Manoel Fiel Filho, quem vai pagar por este crime?», de Carlos Alberto Luppi levanta todos os fatos acontecidos com o operário, durante as 21 horas entre sua prisão ilegal e seu assassinato numa prisão política. O livro é um relato jornalístico, entre outros depoimentos novos e reveladores, os laudos confusos e estranhos, os pareceres das autoridades militares, entrevistas com os torturadores do operário (soldados Alfredo Umeda e Anto-

nio José Nocete; tenente Tamotu Nakao, delegados Harim Sampaio d'Oliveira e Edevarde José; sargento do Exército Luiz Shinji Akaboshi), entrevistas com a viúva do operário, Teresa de Lourdes Martins Fiel, com o general Ednardo D'Ávila Melo, além de parecer de peritos competentes que examinam os laudos integrantes do IPM. No livro também estão as principais peças dos autos do processo que a viúva de Fiel Filho atualmente move contra a União ação cível de indenização por perdas e danos — em curso na Quinta Vara Federal de São Paulo e cujas audiências oficiais iniciam-se agora no próximo dia 13 de junho às 14 horas.

O livro de Luppi mostra claramente que o operário metalúrgico foi torturado e assassinado nas celas do DOI-CODI após ter sido submetido a várias torturas, inclusive a «cadeira do dragão». E no livro se pede que a Justiça seja feita e que os responsáveis pelo violento crime sejam punidos. Na apresentação do livro, o jornalista deixa claro que a memória do país é muito fraca e que há uma tendência da parte do governo de fazer com que tais crimes caiam no esquecimento. Mas o autor lembra que «se a memória é fraca, o coração se lembra». Além de advertir que fatos como os contados com o operário podem acontecer com qualquer pessoa em um país onde a arbitrariedade e a ilegalidade dos prepotentes dominam a voz da maioria. Por isso pede Justiça, a partir de fatos novos revelados com inúmeros detalhes (inclusive o fato de que o que aconteceu com Fiel Filho aconteceu entre 74 e 76 com quatro outros cidadãos presos no mesmo DOI-CODI sempre com a justificativa das autoridades de «suicídios» e «tentativas de suicídios»). O livro mostra claramente todos os crimes cometidos contra Fiel Filho pelos agentes do governo: prevaricação, maus tratos, comissão de socorro, homicídio qualificado, torturas, abuso de autoridade e ameaças.

«Éramos dezenove presos. Fomos todos levados até o extremo oposto do corredor onde na cela à esquerda encontrava-se o corpo de um homem estendido. Eles então disseram: «Observem bem. Esse louco se suicidou. Se vocês disserem o contrário lá fora nós temos os endereços de um por um e vocês vão pagar pelas consequências.»

Espera-se que durante a ação cível em curso contra a União, Justiça se faça com todo o rigor contra torturadores e assassinos que ainda andam à solta. Impunemente.